



Relatório de Atividades

da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Visitas às Delegacias de Mulheres de Belo Horizonte
e Região Metropolitana

PRIMEIRO ANO | 2019



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Atividades

da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Visitas às Delegacias de Mulheres de Belo Horizonte
e Região Metropolitana

PRIMEIRO ANO | 2019

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Agostinho Patrus
Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes
1º-vice-presidente

Deputado Cristiano Silveira
2º-vice-presidente

Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-vice-presidente

Deputado Tadeu Martins Leite
1º-secretário

Deputado Carlos Henrique
2º-secretário

Deputado Arlen Santiago
3º-secretário

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Luíza Homen Oliveira
Secretária-geral da Mesa

FICHA TÉCNICA

Elaboração e revisão de texto:

Diretoria de Processo Legislativo

Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT)

Gerência de Direitos Humanos e Segurança Pública

Projeto gráfico da capa:

Diretoria de Comunicação Institucional

Gerência de Publicidade e Comunicação Visual (GPCV)

O texto desta publicação foi elaborado pela Diretoria de Processo Legislativo e, com o objetivo de preservar o seu conteúdo original, não foi submetido a qualquer alteração linguística pela Diretoria de Comunicação Institucional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Deputado Agostinho Patrus.....	5
PREFÁCIO – Deputada Marília Campos.....	7
O FEMINICÍDIO É UM CRIME DE ÓDIO, NÃO DE AMOR – Promotora Patrícia Habkoug.....	11
RELATÓRIOS DAS VISITAS REALIZADAS	
1 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Belo Horizonte, em 25/4/2019.....	15
2 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, Belo Horizonte, em 29/5/2019.....	19
3 – Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente, Ribeirão das Neves, em 29/5/2019.....	22
4 – Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, Belo Horizonte, em 3/6/2019.....	26
5 – Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios, Belo Horizonte, em 28/6/2019.....	29
6 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Contagem, em 1º/7/2019.....	32
7 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Betim, em 4/7/2019.....	38
8 – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Belo Horizonte, em 15/7/2019.....	46
9 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Santa Luzia, em 18/7/2019.....	55
10 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Vespasiano, em 29/8/2019....	65
11 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Nova Lima, em 30/8/2019....	70
12 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Ibitiré, em 5/9/2019.....	73
13 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Sabará, em 19/9/2019.....	80
14 – 1ª Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais, em 11/10/2019.....	84
15 – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 30/10/2019.....	89
16 – Reuniões e atividades da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG.....	94

APRESENTAÇÃO

Tem sido lenta, embora constante, a mudança social que envolve a condição feminina na sua luta pela igualdade de direitos e oportunidades. Acelerar essa tendência é uma das urgências de nosso tempo.

A Assembleia mineira vem promovendo e apoiando o embate, tornado entre nós permanente, contra a inadmissível discriminação de gênero, no horizonte de uma sociedade mais democrática, justa e sem violência.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada Marília Campos, diuturna e corajosamente confronta a complexa situação, que, apesar de todas as leis produzidas e em vigor, ainda acusa dados alarmantes de feminicídio e agressão às mulheres.

Superar preconceitos arraigados na história e entranhados na antiga legislação, que, felizmente, estamos substituindo, de acordo, inclusive, com convenções internacionais, requer a combinação de ações efetivas e uma inabalável vontade política, dando visibilidade a cada caso que atenta contra a integridade do gênero.

O relatório que se segue é um amplo retrato do compromisso que esta Casa e sua comissão assumiram em busca de uma mudança de hábitos e mentalidades, não apenas negando qualquer forma de violência como criando iniciativas de prevenção à criminalidade e de amparo às vítimas.

Pensamos que violações à completude física e psicológica da mulher impactam toda a sociedade e também a economia, com seus reflexos negativos incidindo no respeito ao outro e à sua própria capacidade profissional. A devida igualdade salarial, além de ética e digna, haverá de gerar uma série de benefícios para o País como um todo.

Coibir e erradicar qualquer forma de violência deve ser preceito fundamental de uma nação. Além da quebra da impunidade, ainda recorrente e motivo de reincidências criminais, é preciso o efetivo cumprimento das leis de proteção à mulher. Um mundo de relações mais igualitárias entre as pessoas não pode ser questão de um futuro remoto e ideal.

O Parlamento mineiro é a casa de nossas cidadãs e defensor implacável de seus direitos. Seguiremos no combate a todas as formas de abuso ou segregação de meninas e mulheres nas esferas públicas e privadas.

Deputado Agostinho Patrus

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

PREFÁCIO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG é uma conquista das mineiras. Por meio de debates, audiências, visitas técnicas e outras atividades, a comissão vem se consolidando como um espaço de mobilização e organização das mulheres, que reivindicam direitos, oportunidades, participação e igualdade. Falamos de mulheres no plural porque aprendemos que são singulares, diferentes e diversas. A cada encontro, há novas provocações e aprendizados, ampliando olhares, gramáticas e práticas.

Enquanto deputada e presidenta dessa comissão, sou representante no Parlamento de tantas que muitas vezes não tiveram a oportunidade de expressão e fala em espaços que ainda são predominantemente ocupados por homens. A exemplo do que acontece na própria Assembleia, onde ocupamos apenas 10 entre as 77 cadeiras da Casa, houve um ligeiro avanço em relação à legislatura anterior, quando éramos apenas 7. Sou também uma ouvinte atenta, interessada em aprender sobre realidades e experiências, em diálogo com mulheres negras, periféricas, indígenas, privadas de liberdade, jovens, idosas, artistas, deficientes, doutoras, donas de casa, especialistas, ativistas, fortes e lutadoras por melhores condições de vida digna e livre das violências.

Avanços legislativos

Em Minas, conseguimos instituir o 23 de agosto como o Dia Estadual de Enfrentamento ao Femicídio, por meio da Lei nº 23.144, de 2018, da qual sou autora. A data marca o assassinato de Lílian Hermógenes, cujo marido foi apontado pelas autoridades policiais como mandante do crime. Trata-se de uma oportunidade a cada ano para que não nos esqueçamos de todas aquelas que perderam a vida pelo fato de serem mulheres e para que possamos evitar que tantas outras sejam vítimas dessa violência letal. O desafio é que as leis sejam colocadas em prática em defesa das mulheres.

Comissão atuante e itinerante

Além de uma intensa agenda dentro da Assembleia, a comissão foi ao encontro das mulheres em suas realidades e em seus municípios. Realizamos no 8 de março de 2019 uma audiência pública na Praça Sete, em Belo Horizonte, levando para a rua o debate “Sempre vivas: mulheres em luta contra a violência”. Além disso, a comissão esteve em nove municípios da Região Metropolitana para visitar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, colocando na pauta a necessidade de estruturação dessas delegacias, o fortalecimento das redes de atendimento às mulheres em situação de violência, e ações de atendimento e de responsabilização dos agressores, por meio de políticas públicas que priorizem a prevenção.

Delegacias da mulher

Considerando que a violência contra as mulheres é um fenômeno complexo e multicausal, compreendemos que precisamos enfrentá-lo somando esforços e articulando ações. As visitas às Delegacias de Belo Horizonte e da Região Metropolitana foram importantes para que pudéssemos conhecer de perto esses equipamentos públicos que são a porta de entrada para mulheres que buscam romper com o ciclo da violência. Nem sempre elas desejam que seus agressores sejam presos, mas certamente almejam que não sejam mais ameaçadas, agredidas e permaneçam em risco de morte.

Chegar até uma delegacia para fazer uma denúncia contra alguém com quem se teve, ou ainda se tem, um vínculo afetivo tem alto custo para as mulheres, do ponto de vista emocional e até material, sobretudo quando há relações de dependência afetiva e econômica. Por essas e tantas outras questões, é fundamental que o acolhimento ofertado às mulheres em situação de violência considere os aspectos psicossociais e jurídicos, sendo efetivo nas atribuições que competem à Polícia Civil e assertivo nos encaminhamentos para a rede de atendimento e de proteção social, em consonância com os dispositivos da Lei Maria da Penha. Caso isso não aconteça, corre-se o risco dessa mulher ser revitimizada, ficando ainda mais exposta e vulnerável à violência.

As visitas técnicas às delegacias de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Sabará, Vespasiano, Nova Lima, Ibirité, Santa Luzia e Ribeirão das Neves, que são detalhadas nesta publicação, trouxeram aprendizados e preocupações. Tivemos a oportunidade de conhecer profissionais engajadas(os), que com grande esforço realizam o trabalho da melhor maneira possível. Servidoras e servidores dedicados, que se desdobram cotidianamente para garantir atendimento digno às mulheres vítimas de violência doméstica e de feminicídios tentados e consumados. Mas nem todo empenho é capaz de suprir a defasagem de pessoal e a precariedade das estruturas, conforme constatado. Muitas dessas questões estruturais são descritas ao longo desta publicação e exigem providências de curto, médio e longo prazo, de recomposição das equipes à mudança para imóveis com acessibilidade adequada, melhor estrutura e localização.

Em grande parte das delegacias não temos delegadas titulares e exclusivas, o número de escrivãs(es) é insuficiente e faltam investigadores e inspetores para dar celeridade aos procedimentos, instaurar inquéritos e requerer as medidas protetivas de urgência. O tempo de espera é significativo e muitas mulheres ficam sem atendimento, sobretudo à noite e aos finais de semana, períodos em que acontece o maior número de agressões, conforme informado pela própria polícia. Faltam plantões especializados e acesso rápido aos exames de corpo de delito, o que pode comprometer as provas. Além das violências contra as mulheres, preocupou-nos o grande número de casos de abuso e crimes sexuais contra crianças e adolescentes no Município de Ibirité.

Outro aspecto que nos chamou a atenção durante as visitas foi em relação aos feminicídios tentados e consumados. A competência para a apuração dos tentados é das Deams, enquanto que os consumados são investigados pelas Delegacias de Homicídios. Apenas em Belo Horizonte existe o Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios, que também recebeu a visita da nossa comissão. Considerando o crescimento alarmante desses crimes em nosso estado, é necessário que analisemos a capacidade de resposta das delegacias especializadas para a investigação adequada desses crimes e o indiciamento dos autores, a fim de coibir o agravamento dessas violências.

Outras ações

Como desdobramento dessas visitas, estivemos com o Gen. Mario Lúcio Alves de Araújo, titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, para solicitar atenção especial para os altos índices de feminicídio registrados em Contagem. Reunimo-nos em setembro com a delegada-geral da Polícia Civil de Minas Gerais, Ana Cláudia Oliveira Perry, que responde pela Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, para solicitar a nomeação de delegadas titulares para as delegacias visitadas, priorizando Ibirité. Visitamos a 1ª Companhia de Prevenção à Violência Doméstica contra as Mulheres, com a Maj. Cleide Barcelos, para conhecer de perto essa iniciativa da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – que apresenta bons resultados.

Visitamos também o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, Nelson Messias de Moraes, responsável pela implantação da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Inquéritos Policiais da Comarca de Contagem. Compreendendo a importância do atendimento psicossocial, visitamos o Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, a fim de fortalecer esse serviço ofertado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Por fim, visitamos o defensor público-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, Gério Patrocínio Soares, para avaliar a ampliação e reestruturação dos Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – no Estado.

Constatamos, por meio dessas visitas, a necessidade de estabelecer uma Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica que una governos estadual e municipais e a sociedade civil para garantir um atendimento integrado, que inclua amparo psicológico, afetivo e material, de forma a evitar que a vítima volte à convivência com o agressor por dependência econômica, por medo da perda da guarda dos filhos e filhas ou por desamparo. Em alguns lugares, a rede funciona efetivamente e em outros ainda precisa ser articulada, estruturada e potencializada.

Políticas de prevenção

Aprovamos a Lei nº 24.998, de 2019, que institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. A lei, que transforma a prevenção em uma política de Estado, permanente, é um avanço para Minas Gerais. Garante autonomia para que iniciativas como Fica Vivo, Mediação de Conflitos, Central de Penas e Medidas Alternativas – Ceapa – e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp –, que já atuam em áreas e com públicos em vulnerabilidade social, continuem a existir independentemente das preferências dos governos eleitos.

Outra proposta que articulamos foi o concurso de redação que terá como tema “A importância da educação na prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio”. A proposta é envolver a comunidade escolar – pais, mães, estudantes e educadores – em um processo importante para debater o machismo e ajudar a criar uma cultura de prevenção e combate à violência contra a mulher. Para valorizar ainda mais a iniciativa, apresentei emenda parlamentar à Lei Orçamentária, destinando recursos para as unidades onde estudam os premiados. Serão R\$1.150.000,00 para as escolas, do 1º ao 5º colocado. O concurso envolve uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o Ministério Público – por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Política pública se faz com orçamento

Destinei cerca de R\$ 298.000,00 em emendas na Lei Orçamentária de 2019 para a aquisição de equipamentos para as Deams visitadas. Em 2020, mantenho o compromisso de novamente destinar parte das emendas a que tenho direito como deputada para políticas públicas que atendam às mulheres. Precisamos reconhecer no orçamento público os valores destinados a essas políticas e também disputar recursos que assegurem os investimentos em políticas de prevenção, de amparo e de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e no enfrentamento aos feminicídios. Seguiremos na luta pela vida das mulheres e por uma sociedade mais justa e igualitária para todos e todas.

Boa leitura.

Marília Campos

Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

O FEMINICÍDIO É UM CRIME DE ÓDIO, NÃO DE AMOR

Patrícia Habkoug¹

“Quem ama não mata!” foi um grito de protesto em 1980, iniciado pelas mulheres mineiras e que se espalhou pelos muros de Belo Horizonte. Grupos feministas desencadearam uma ampla campanha nacional para denunciar que homens assassinavam suas esposas/companheiras, e que esses crimes permaneciam impunes amparados pelo argumento da legítima defesa da honra.

Em Minas Gerais, os protestos se iniciaram depois do assassinato de duas mulheres por seus maridos, inconformados com a ideia da separação. Em março do mesmo ano, a ocorrência de dois assassinatos mobilizaram as mulheres dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo para uma ampla denúncia pública da violência cotidianamente dirigida contra as mulheres.

Como ensina a professora Wânia Pasinato, as delegacias da mulher surgiram em resposta às demandas feministas, embora a primeira delegacia não tenha sido ideia dos movimentos feministas e de mulheres, mas sim do governo paulista que a criou, em 1985².

A primeira delegacia de mulheres mineira foi inaugurada em 19/11/1985, em Belo Horizonte, tendo como delegada responsável a Dra. Elaine Matozinhos³. Ainda que não haja dados oficiais apontando o número exato de delegacias especializadas em funcionamento em todo o Estado, pode-se afirmar que o número não atinge 10% dos 853 municípios mineiros, com destaque para a circunstância de que, afora a da capital, nenhuma funciona em regime de plantão 24 horas por dia.

Desde a década de 1980, as delegacias de mulheres ocupam papel central no debate sobre o enfrentamento à violência contra a mulher como principal via de acesso à Justiça, especialmente após a Lei Maria da Penha, que consolidou as delegacias como porta de entrada do requerimento de medida protetiva, além de estabelecer diretrizes para o atendimento especializado, humanizado e ininterrupto de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por determinação do disposto nos arts. 10, 10-A, 11 e 12 da Lei Federal nº 11.340, de 2006.

A Constituição Federal de 1988, que completou 31 anos em outubro deste ano, foi fruto de um processo constituinte que ficou marcado pela inovadora participação popular, motivada pelo anseio de redemocratização do País, para o qual concorreram, também, mulheres de diversos setores da sociedade, que redigiram a conhecida *Carta das mulheres brasileiras aos constituintes*.

1 Promotora de Justiça. Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – MPMG.

2 Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Wânia Pasinato e Cecília Macdowell Santos, 2008.

3 Disponível em: <<http://draelainematozinhos.blogspot.com.br/2016/07/19111985-e-inaugurada-delegacia-dos.html>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

É sempre importante destacar que a incorporação da dignidade humana – art. 1º, III – como princípio maior da Constituição Federal se relaciona com o princípio da igualdade, previsto no art. 5, I, segundo o qual “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, traduzindo o compromisso do Estado Brasileiro de adotar ações, programas e políticas que permitam assegurar a efetiva igualdade de oportunidade para todos, corrigindo as condições desfavoráveis criadas a partir de um contexto histórico e cultural.

Também não se pode deixar de ter presente o compromisso da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, em que haja a promoção do bem de todos, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, *ex vi* do disposto no art. 3º, I e IV, da Constituição Brasileira.

Os princípios constitucionais mencionados se amoldam às convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, dentre as quais se destacam a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw –, ratificada, sem reservas, em 1994, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”, ratificada pelo Brasil em 1995.

A partir da construção do novo modelo de Estado, sob o enfoque da igualdade entre homens e mulheres e da proteção destas últimas, várias alterações legislativas ocorreram, dentre as quais destacam-se: a Lei Federal nº 9.520, de 1997, que revogou a previsão do Código de Processo Penal que exigia a autorização do marido para que a mulher casada exercesse o direito de queixa; a Lei Federal nº 10.886, de 2004, que alterou o Código Penal, criando o tipo especial denominado “violência doméstica”; a Lei Federal nº 10.224, de 2001, que tipificou o crime de assédio sexual; a Lei Federal nº 11.106, de 2005, que revogou a previsão do crime de adultério, excluiu a expressão “mulher honesta” do Código Penal e revogou a extinção da punibilidade no tocante aos crimes contra os costumes quando o agente se casasse com a vítima. Finalmente, cabe mencionar-se a Lei Federal nº 12.015, de 2009, que alterou para crimes contra a dignidade sexual os então considerados crimes contra os costumes.

A Lei Maria da Penha – Lei Federal nº 11.340, de 2006 –, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, merece destaque, assim como a Lei Federal nº 13.104, de 2015, que previu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Os índices alarmantes da violência contra a mulher demonstram que toda a recente produção normativa não tem sido suficiente para diminuir os números de mulheres agredidas e mortas no País. Nenhuma lei sozinha é capaz de solucionar um problema tão grave e complexo, mas a existência de leis, a par de representar o cumprimento por parte do Brasil de compromissos internacionais firmados, confere visibilidade a essa temática.

Segundo o *Mapa da Violência 2015*, o Brasil ocupa a vergonhosa 5ª posição no *ranking* de países mais violentos do mundo para mulheres.

A violência contra a mulher é fenômeno antigo e global, admitido em muitas sociedades.

Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis. Pouco se sabe sobre essas mortes, inclusive sobre o número exato de sua ocorrência, mas é possível afirmar que ano após ano muitas mulheres morrem em razão de seu gênero, ou seja, em decorrência da desigualdade de poder que coloca mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade e risco social nas diferentes relações de que participam nos espaços público e privado. (ONU Mulheres, 2012) ⁴

Minas Gerais registrou, em média, nos últimos três anos, 145 mil casos, e não se pode deixar de ter presente que pesquisa recente evidenciou que mais da metade das mulheres agredidas não adotou qualquer providência.

A Lei Maria da Penha é considerada um grande avanço, por partir da premissa de que o enfrentamento do fenômeno da violência demanda ações integrais de promoção, assistência e garantia de direitos, que vão para além da punição do agressor. Com sua edição, o Estado deixa de ser omissivo e torna-se parceiro e protetor.

Se é verdade que campanhas educativas são sempre necessárias, porque conscientizam toda a sociedade sobre a gravidade e os efeitos da violência contra a mulher, informando os caminhos para as denúncias e o atendimento, deve-se observar que os serviços de segurança pública têm sido mais exigidos e precisam ter condições de atender a demanda crescente.

Ainda que não se tenham estatísticas seguras que apontem os dados das mortes de mulheres decorrentes do menosprezo ou discriminação, as mortes decorrentes da violência doméstica, em sua grande maioria, são de autoria de parceiros, ex-parceiros, e decorrem do sentimento de posse do agressor em relação à vítima, resultante de uma cultura patriarcal que normaliza a violência disciplinar contra o gênero feminino.

Ao comparecer à delegacia, normalmente depois de já ter suportado várias agressões psicológicas, morais e físicas, a mulher não tem noção dos trâmites legais que se seguirão depois de dar o primeiro passo para sair de uma relação abusiva. Na unidade da Polícia Civil, após relatar a violência sofrida, o depoimento colhido terá duas finalidades: instruirá o requerimento de medida protetiva – feito com o objetivo de afastar, distanciar ou proibir o contato do agressor, por exemplo

⁴ Diretrizes Nacionais Feminicídio – Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, SPM, Brasília, abril/2016, p 14.

– e também fará parte do inquérito policial que instruirá a eventual futura ação penal, constituindo dever dos integrantes do sistema de Justiça informar a mulher sobre os andamentos dos feitos por ela iniciados.

Como assevera o professor e promotor de Justiça Thiago Pierobom,

a intervenção em crimes de violência doméstica contra a mulher é absolutamente distinta de outras formas de criminalidade, em que não há, usualmente, relações continuadas entre agressor e vítima, nem uma relação de poder que prende a vítima na relação violenta. Portanto, a atuação policial precisa compreender a complexidade das relações de gênero para ser efetiva no enfrentamento dessa modalidade criminal.⁵

Decorre dessa circunstância a necessidade da incorporação da perspectiva de gênero desde a investigação criminal, de forma que todos os que participam do atendimento e atuam nos procedimentos, iniciados no mais das vezes na delegacia de polícia, entendam as peculiaridades de que se reveste a condução das investigações desses crimes.

Cumprindo com dedicação o papel que lhe cabe, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, que tem dentre suas competências a matéria afeta ao combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio, realizou visitas às delegacias de mulheres de Belo Horizonte e da Região Metropolitana e apresenta a toda a sociedade o resultado do que apurou.

Será importante conhecer o trabalho realizado e saber qual a atual estrutura das unidades policiais, para as devidas intervenções, cobranças, reconhecimentos e ajustes.

O feminicídio é um crime de ódio, não de amor, e como dizia Roberto Lyra, “o amor é, por natureza e por finalidade, criador, fecundo, solidário, generoso. Ele é cliente das pretorias, das maternidades, dos lares e não dos necrotérios, dos cemitérios, dos manicômios.”.

Ainda temos um longo caminho a percorrer em busca de uma sociedade livre da violência contra as mulheres. Sigamos firmes.

5 ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Violência contra a mulher: consequências da perspectiva de gênero para as políticas de segurança pública. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 3, p. 103-132, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rfdupr.v62i3.51841>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

RELATÓRIOS DAS VISITAS REALIZADAS

1 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Belo Horizonte, em 25/4/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 165/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 25/4/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, de Belo Horizonte, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita as deputadas Marília Campos (presidente), Delegada Sheila e Celise Laviola, acompanhadas de Danúbia Helena Soares Quadros, delegada-chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítima de Intolerância – Demid; Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada-geral do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais; Maria Cecília Pinto e Oliveira, defensora pública especializada na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência; Dalcira Ferrão, diretora-presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região; Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Santuza Fernandes Rodrigues, membro da Rede de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, do Movimento Popular da Mulher e da União Brasileira de Mulheres; Cecília Rabelo Martins Bié, atendida pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Carla Renata França Carvalho, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais; Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Jeanete Mazzeiro, conselheira titular em Minas Gerais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Gabriela Gervason, chefe de gabinete da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –; Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Isabel Araújo Rodrigues, membro da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra Mulher; Ana Luisa Afonso Guimarães; e outros servidores da Demid.

A deputada Marília Campos esclareceu à delegada Danúbia Helena Soares Quadros, chefe da Demid, que recepcionou as deputadas e demais visitantes, que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Deam. A deputada lamentou os altos índices de violência contra a mulher e de feminicídios no Estado e declarou sua preocupação com a elevação diária desses números. Além disso, destacou a importância de os equipamentos que amparam as mulheres vítimas de violência possuírem estrutura adequada.

A chefe da Demid apresentou as dependências da delegacia às deputadas e demais visitantes, esclareceu seu funcionamento e explicou que a Divisão é composta por várias delegacias,

sendo elas: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam; Delegacia de Plantão Especializado de Atendimento à Mulher – Depam; Delegacia Especializada no Combate à Violência Sexual; Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes de Racismo, Xenofobia, LGBTfobia e Intolerâncias Correlatas – Decrin; e Delegacia Especializada em Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso – Deadi.

Danúbia Helena Soares Quadros explicou que a nova sede está em funcionamento desde janeiro de 2019 e que, apesar de apresentar estrutura melhor que a anterior, ainda não é a ideal, já que é uma estrutura vertical e possui apenas um elevador de acesso. Destacou dois avanços relacionados ao atendimento: a sala do Instituto Médico-Legal – IML – e a instalação de uma brinquedoteca.

Na sala do IML é realizado o exame de corpo de delito, que visa à coleta de vestígios para obter prova material a fim de anexar ao inquérito. De acordo com a delegada, a realização da coleta no mesmo local da denúncia agiliza o procedimento, garante a anexação da prova ao processo e evita deslocamentos e maior desgaste da vítima. Porém, lamentou que o atendimento no IML da delegacia seja realizado somente de segunda a sexta-feira durante o dia e que à noite e nos fins de semana a vítima tenha que ser encaminhada para o plantão do IML.

Explicou, ao ser questionada pela deputada Celise Laviola, que nos casos de violência sexual, pelo protocolo humanizado de atendimento a vítimas desse tipo de violência, as mulheres realizam o primeiro atendimento no hospital de referência.

A brinquedoteca serve tanto para acolher as crianças enquanto a mulher aguarda atendimento quanto para o próprio atendimento de crianças, que ocorre à noite e nos fins de semana. Ela está equipada com pequenas mesas e brinquedos de madeira, estante com livros infantis, além de contar com uma ambientação própria.

Além dessas salas (IML e brinquedoteca), o equipamento conta com salas de espera, banheiros, duas celas, sala para atendimento psicológico e sala para inspetores, escrivães, delegados.

A chefe da Demid explicou, ainda, o fluxo do atendimento prestado à mulher vítima de violência. De acordo com ela, a recepção do plantão elabora uma listagem das pessoas que estão aguardando atendimento e a inspetoria é encarregada de colocar em ordem de prioridade. É oferecido atendimento psicológico antes de iniciar os procedimentos específicos e após esse atendimento, se for o caso, a inspetoria confecciona o Registro de Eventos de Defesa Social – Reds – e encaminha a vítima para que o(a) delegado(a) tome o depoimento. Em seguida, a mulher é direcionada para o cartório, onde o(a) escrivão(ã) faz a oitiva e formaliza a denúncia. Nos casos de violência física, há ainda o encaminhamento para o IML.

A delegada destacou que a Depam possui cinco equipes, compostas por 1 delegado(a), 2 escrivães e 4 ou 5 inspetores(as), que realizam plantões das 7 horas às 19 horas e das 19 horas às 7 horas e enfatizou que, levando-se em consideração o elevado número de atendimentos, que são cerca de mil por mês, considera as equipes pequenas.

De acordo com ela, a demanda aumentou consideravelmente com a edição, pela Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, da Resolução nº 8004, de 2018, que estipulou que a delegacia de plantão atenderia todos os casos de violência doméstica, bem como os casos envolvendo crianças e adolescentes, mulheres e idosas aos fins de semana. Além disso, disse acreditar que a edição da Lei Federal nº 13.718, de 2018, que tipificou a importunação sexual como crime, e a inclusão, em abril de 2018, do crime de descumprimento de medida protetiva – art. 24-A – na Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, também contribuíram para o aumento da demanda.

Questionada pela deputada Celise Laviola, a chefe da Demid informou que nos municípios que não possuem delegacia especializada o atendimento é realizado pela regional ou pelo plantão, que fazem o registro da ocorrência e o pedido de medida protetiva, se for o caso, mas nos municípios que possuem a delegacia especializada, os pedidos de medidas protetivas devem ser realizados por ela, apesar de o registro poder ser realizado em qualquer delegacia.

Questionada pela deputada Marília Campos sobre o maior problema enfrentado, a delegada informou que a escassez de servidores nos quadros da PCMG é geral, mas que isso tem causado grandes transtornos na Demid, já que o aumento do número de servidores não foi proporcional ao aumento da demanda e que a carreira que mais precisa de servidores é a de escrivão. Destacou que tem havido muitas licenças e pedidos de férias prêmio e que, além do adoecimento dos servidores, essa situação compromete o atendimento, acarretando maior espera e gerando insatisfação nas mulheres que precisam desse atendimento.

Danúbia Helena Soares Quadros explicou, ainda, que os casos de flagrantes encaminhados pela PMMG também geram atrasos no atendimento, pois se tornam prioridades em relação à demanda espontânea, tendo em vista que os encaminhamentos devem ser realizados o mais rápido possível para que os policiais militares retornem para o policiamento ostensivo. Informou, também, que desde agosto de 2017 as equipes estão sem agentes penitenciários e que isso causa acúmulo de funções para os investigadores, que passaram a se responsabilizar pela retirada de pertences e pelo deslocamento de presos, o que desfalca a equipe para realização dos atendimentos.

Questionada pela deputada Marília Campos se uma modificação na Resolução nº 8004, de 2018, resolveria a situação, a delegada-chefe da Demid informou que o aumento das atribuições prejudicou o atendimento das mulheres. De acordo com ela, uma estrutura mais adequada, inclusive com mais servidores, favoreceria a especialização, que é importante, mas da

forma como está, o atendimento está pior e que muitas vezes é difícil estabelecer a ordem de prioridade. E enfatizou que os atendimentos de crianças requerem uma escuta diferenciada e acabam demorando mais.

Informou que em agosto de 2016 foi firmado convênio com a Universidade Fumec, por meio do qual estagiários de psicologia e de direito prestam atendimentos que buscam cobrir todos os horários, inclusive nos fins de semana, e destacou a importância do serviço por eles prestado.

A coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, Maria Izabel Ramos, lembrou que as delegacias de mulheres foram criadas no Brasil em 1985, após muita luta dos movimentos feministas. Para ela, ampliar o atendimento para vários outros públicos no mesmo local é uma forma de dismantlar a estrutura, ainda que esses outros atendimentos também sejam importantes e prioritários.

Cecília Rabelo Martins Bié, atendida pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, já participou de audiência na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG e agora é militante em defesa das mulheres. Contou que seu primeiro atendimento na delegacia foi em 2007, após agressão do ex-companheiro. Disse que passou o dia na delegacia acompanhada de seu pai e, quando já era noite, foi encaminhada para o IML e que só não desistiu de ir por causa do seu pai. Ela elogiou a instalação do IML na delegacia, mas reclamou da demora do atendimento. Declarou que geralmente no domingo de manhã é mais vazio e o atendimento é mais rápido, e, por isso, aguardava esse dia para ser atendida, mas que, mesmo vazio, o tempo de espera é de aproximadamente três horas. Contou que sempre via casos piores que o dela, que sempre havia mães que ficavam esperando com os filhos ou mulheres com situação financeira pior e que muitas vezes levava lanches para compartilhar ou comprava para alguém. Elogiou, também, a ideia da brinquedoteca e o atendimento psicológico, que é fundamental. Relatou que após seu primeiro registro de ocorrência, em 2007, acabou reatando com o ex-companheiro e que, a partir daquele momento, passou mais dez anos sendo violentada. Ponderou que se naquele primeiro momento, em 2007, tivesse tido apoio psicológico, talvez não tivesse passado tantos anos sofrendo. Enalteceu ainda o trabalho do Centro de Apoio à Mulher – Benvinda e do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem.

A seguir, apresentamos trechos de depoimentos das mulheres em situação de violência que estavam aguardando atendimento no dia visita.

- A vítima relatou já ter procurado atendimento no passado, relacionado à agressão de um ex-companheiro, tendo sido solicitada medida protetiva, que foi indeferida pelo juiz por falta de provas. Por uma agressão mais recente procurou a delegacia novamente, mas como a previsão de atendimento era de 6 horas, desistiu de aguardar. Contou que estava retornando

naquele dia porque precisava fazer uma representação, mas que foi difícil descobrir que era ali que deveria comparecer. Relatou que foi a uma base móvel da PMMG e obteve a informação de que poderia ir a qualquer delegacia, mas que após essa informação, passou por três delegacias antes de chegar à Deam. De acordo com ela, muitas mulheres desistem de fazer a denúncia pela demora do atendimento e pela burocracia, e muitas por medo, vergonha de falar e de se expor. Por fim, elogiou a acolhida que teve nesse retorno.

- A vítima declarou que foi agredida pelo pai do filho que está esperando e que não foi a primeira agressão. E informou que foi instruída a ir ali após registrar ocorrência policial.
- A vítima relatou que é agredida verbalmente e fisicamente, além de já ter sido ameaçada com faca pelo ex-marido, que bebe demais. Contou que já não vivem juntos há quatro anos e há dois está divorciada, mas que ele invade a casa dela e a quer internada para ficar com a casa, tendo, inclusive, já acionado a PMMG com esse intento. Informou que já era a terceira vez que procurava a delegacia e que na segunda o juiz negou a medida protetiva. Ao final elogiou o atendimento recebido naquele dia.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que haverá, na ALMG, um encontro de delegados(as) e servidores(as) de outras carreiras envolvidas no fluxo de trabalho da delegacia para discutir a situação do atendimento prestado às mulheres, com a finalidade de produzir um documento em que constem os ajustes necessários para a prestação de um atendimento digno, bem como para evitar o adoecimento dos servidores da PCMG. De acordo com ela, após esta visita, já se pode apontar como demandas a necessidade do retorno de pelo menos um agente penitenciário em cada equipe do plantão, bem como a inserção de legistas nessas equipes e o aumento do número de servidores(as), especialmente de escrivães.

A deputada frisou que, além da importância de ter equipamentos capazes de acolher de forma eficiente e humanizada as mulheres em situação de violência, é necessário realizar trabalhos de prevenção relacionados à violência doméstica.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Deam e dos demais equipamentos.

2 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, Belo Horizonte, em 29/5/2019

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 729/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 29/5/2019, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – para avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, como pedidos e decisões de

medidas protetivas urgentes, entre os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça, nos moldes do que já ocorre, atualmente, com as informações relativas ao cumprimento de pena no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – Seeu.

Participaram da visita as deputadas Marília Campos e Andreia de Jesus, acompanhadas do desembargador Nelson Missias, presidente do TJMG; da desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG; dos juízes de Direito auxiliares da Presidência do TJMG, Delvan Barcelos Júnior e Pedro Aleixo Neto; de Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada de Polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da PCMG; de Kiria Silva Orlandi, delegada de Polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina; da promotora de Justiça Patrícia Habkoux, integrante da 18ª Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; de Fernanda Costa de Vasconcelos Martins, secretária da Comissão da Mulher da Subseção de Contagem da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB/MG –, representando a presidente da Subseção; de Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Contagem; de Erlinda Maria Silva, presidente da Subseção de Betim da OAB/MG; de Elza Aguiar, vereadora do Município de Betim; de Daphinne Nogueira, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Subseção de Contagem da OAB/MG; e de Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, desembargador Nelson Missias, a desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, e os juízes de Direito auxiliares da Presidência do TJMG, Delvan Barcelos Júnior e Pedro Aleixo Neto, receberam a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na sala de reuniões da Presidência do TJMG.

A deputada Marília Campos esclareceu que a visita se destinava a avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, como pedidos e decisões de medidas protetivas urgentes, entre os órgãos estaduais de segurança pública e do sistema de justiça, nos moldes do que já ocorre, atualmente, com as informações referentes ao cumprimento de pena no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – Seeu. A parlamentar pontuou que um projeto-piloto, denominado Sistema Penha, criado pela delegada de Polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina, Kiria Silva Orlandi, já está em funcionamento no citado município e ponderou que essa iniciativa poderia se expandir para todo o Estado. A deputada aproveitou a oportunidade para agradecer ao presidente do

TJMG a inauguração, que ocorrerá no próximo dia 6/6/2019, da vara especializada em violência doméstica contra a mulher na Comarca de Contagem.

A delegada de Polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina, Kiria Silva Orlandi, apresentou aos presentes o Sistema Penha, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – com o objetivo de sanar um problema existente nos processos relacionados à Lei Maria da Penha: o registro exclusivamente manual das decisões judiciais que concedem ou extinguem medidas protetivas. Segundo ela, atualmente, se a mulher vítima de violência doméstica possuir uma medida protetiva deferida pelo Poder Judiciário e acionar a Polícia Militar para relatar algum descumprimento, é necessário apresentar às autoridades uma cópia física do documento para comprovar que o agressor está descumprindo a decisão judicial. O sistema informatizado permitiria às autoridades policiais verificar a validade da decisão judicial no momento do atendimento da ocorrência, dispensando a necessidade de apresentação da cópia física e evitando que as autoridades sejam induzidas a erro: seja deixando de prender o agressor porque a mulher não apresentou cópia da decisão judicial; seja prendendo o agressor com base em decisão já revogada.

Diante disso, a delegada esclareceu que resolveu tomar a iniciativa de criar um banco de dados eletrônico com todas as medidas protetivas de urgência que estão válidas na Comarca de Diamantina, para que as autoridades policiais possam consultar eletronicamente e, assim, confirmar a validade da decisão judicial em tempo real.

O desembargador presidente do TJMG, Nelson Missias, relatou, primeiramente, que a criação da vara especializada na Comarca de Contagem derivou de uma visita da Comissão Extraordinária das Mulheres ao TJMG em 2018, na qual lhe foram apresentados os altos índices de violência contra a mulher no citado município e que tal situação o impactou bastante. Acerca do sistema eletrônico para armazenamento de informações relativas às medidas protetivas, o presidente acatou prontamente a sugestão, e ressaltou que um sistema eletrônico que já existe no TJMG pode ser aperfeiçoado para que nele constem também as medidas protetivas em vigor, o que exigirá que as forças de segurança tenham acesso a esse sistema para que possam realizar consultas. Por fim, o presidente estabeleceu que o TJMG e a Polícia Civil de Diamantina trocarão informações e marcou uma reunião, em 20 dias, para verificar o andamento dos trabalhos.

As deputadas Marília Campos e Andreia de Jesus agradeceram a postura do presidente do TJMG em atender prontamente a demanda e de já tomar a iniciativa de troca de informações entre o Tribunal e a Polícia Civil de Diamantina para a implantação de um sistema eletrônico que abranja todo o Estado.

Ao final da visita, cujo objetivo foi avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha entre os órgãos

estaduais de segurança pública e os do sistema de justiça, os membros da comissão entenderam que a decisão do TJMG de acatar prontamente a proposta do Sistema Penha, apresentada pela delegada de Polícia Kiria Silva Orlandi, em muito contribuirá para garantir maior segurança para as mulheres vítimas de violência doméstica no Estado.

3 – Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente, Ribeirão das Neves, em 29/5/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 388/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 29/5/2019, a Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente, em Ribeirão das Neves, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita as deputadas Marília Campos (presidente) e Andréia de Jesus (vice-presidente), acompanhadas de Carla Conceição Pereira Amorim, delegada da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente; Cristiane Dias, escrivã da delegacia; Francisca Maria da Silva, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Ribeirão das Neves; Aldireni Salomão, do Projeto Dellas; Vanessa Borges, do Projeto Dellas; Ana Luiza, vítima de violência doméstica; Eni Aleixo do Nascimento, do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Ribeirão das Neves; Maria das Graças Senna, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ribeirão das Neves; Denise Aleixo Avelar, secretária-geral da Comissão da Mulher da OAB de Ribeirão das Neves; Rogéria Sampaio, psicóloga do Creas; Habib Ribeiro David, presidente da OAB de Ribeirão das Neves; Roseli Augusto, do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Ribeirão das Neves; além de outros servidores da delegacia.

A deputada Marília Campos esclareceu a Carla Conceição Pereira Amorim, delegada que recepcionou as deputadas e demais visitantes, que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da delegacia, além de colher informações sobre as demandas do local, para que possam ser apresentadas à Chefia da Polícia Civil posteriormente. A deputada lamentou os altos índices de violência contra a mulher e de feminicídio no Estado e declarou sua preocupação com a elevação diária desses números. Enfatizou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher está priorizando essa causa, que deve ser trabalhada tanto por meio da prevenção, a exemplo da Lei nº 23.144, de 2018, que institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, quanto pelo enfrentamento, na busca de soluções, por meio de discussão com as secretarias, de políticas públicas mais efetivas e pelo fortalecimento e estruturação dos equipamentos que amparam as mulheres vítimas de violência.

A deputada Andréia de Jesus destacou que essas visitas são importantes, pois possibilitam que os servidores apontem as carências e destaquem os pontos que merecem mais atenção dos gestores. Além disso, podem viabilizar a troca de experiências entre as delegacias, a multiplicação do conhecimento, resultando em melhora na qualidade dos atendimentos.

A delegada apresentou as dependências da delegacia, que conta com dois cartórios, sala da delegada, sala da inspetoria, sala para atendimento psicológico e um banheiro. Em uma das salas, foi adaptado um espaço para acolhimento e atendimento das crianças, com uma mesa pequena, lápis de colorir e alguns brinquedos. E destacou que na equipe há uma psicóloga voluntária e não há assistente social.

Carla Amorim explicou que a delegacia conta com uma recepcionista, servidora cedida pela Prefeitura de Ribeirão das Neves, que faz a triagem para dar início aos atendimentos. A inspetoria é responsável por preencher o Registro de Eventos de Defesa Social – Reds – e, depois, encaminhar a vítima para que a delegada tome o depoimento. Em seguida, a mulher é direcionada para o cartório, onde a escrivã faz a oitiva e formaliza a denúncia e, nos casos de violência física, há o encaminhamento para o IML. Em relação a esse encaminhamento, a delegada esclareceu, respondendo a pergunta da deputada Marília Campos, que a vítima, em vez de ir por conta própria ao IML, é levada por servidores da delegacia, de forma a evitar que ela desista de realizar o exame de corpo de delito.

A delegada destacou que a equipe é composta por uma delegada, uma escrivã e três investigadores e enfatizou que a equipe é reduzida para o elevado número de atendimentos, que são cerca de 100 por mês. Ressaltou que há, atualmente, mais de 5 mil inquéritos em tramitação na delegacia, a maioria de ameaça e lesão corporal em casos de violência doméstica contra a mulher, mas também muitos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Carla Amorim informou que atende também, em revezamento com outros colegas, outra delegacia da região, que está sem titular, e que em sua delegacia há apenas uma escrivã, que é responsável por todas as oitivas – com vítimas, testemunhas e agressores –, demonstrando a necessidade de mais servidores para a efetividade do trabalho.

Carla Amorim ressaltou que os servidores da delegacia se concentram no atendimento e acolhimento das vítimas e no seu encaminhamento para outros atores da rede, como psicólogos, para garantir a interrupção do ciclo da violência. De acordo com ela, é necessário muita sensibilidade para trabalhar no atendimento das vítimas, evidenciando a necessidade de capacitação dos servidores. Nesse ponto, a deputada Andréia de Jesus destacou que há previsão para essas capacitações no Plano Decenal de Políticas para Mulheres e que deve haver uma articulação com os gestores para sua execução.

Questionada pela deputada Marília Campos, se acredita que o aumento da violência contra a mulher está relacionado à ausência de efetividade da Lei Maria da Penha, a delegada respondeu que sim. De acordo com ela, pelo fato de a delegacia contar apenas com uma escrivã, a oitiva do autor acaba ficando pendente, o que gera nele uma sensação de impunidade, provocando muita reincidência.

Questionada pela deputada Andréia de Jesus se a delegacia possui uma estatística do perfil das vítimas, a delegada respondeu que possui esses dados, mas que eles foram levantados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. E esclareceu que a maioria da população atendida é jovem, negra, de baixa escolaridade e sem renda.

A escrivã Cristiane Dias relatou a falta de preparo tanto de servidores da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Realçou que em várias oitivas há relatos de descaso dos policiais durante os atendimentos. Destacou que a Patrulha de Atendimento à Violência Doméstica da Polícia Militar – PPVD –, que começou a funcionar em Ribeirão das Neves há pouco mais de um ano, amenizou o problema, tendo em vista que é composta por profissionais capacitados. A patrulha trabalha em parceria com a delegacia, que indica os casos em que as mulheres ou crianças estão em maior vulnerabilidade para que os militares façam visitas regulares para conversar com vítimas e agressores de forma a evitar violências mais graves. De acordo com ela, o problema é que a PPVD do município conta com apenas dois policiais, um homem e uma mulher, o que é pouco para atender uma cidade de 400 mil habitantes.

Questionada pela deputada Marília Campos sobre o maior problema enfrentado na delegacia, Carla Amorim informou que a escassez de servidores, especialmente de escrivães, a falta de recursos materiais e a má distribuição dos recursos humanos entre as delegacias estão entre as maiores dificuldades. Ela esclareceu que há delegacias que estão com aproximadamente 2.400 inquéritos e possuem quatro escrivães.

Habib Ribeiro David, presidente da OAB de Ribeirão das Neves, destacou a importância de se ter uma delegacia especializada de atendimento à mulher vítima de violência doméstica como forma de dar efetividade à Lei Maria da Penha. Lamentou a inexistência, no município, de uma vara judicial específica para atender os casos de violência doméstica, o que dificulta a especialização dos entendimentos.

Rogéria Sampaio, psicóloga do Creas e integrante do Conselho Municipal de Mulheres, enfatizou a importância de se realizarem ações de empoderamento das mulheres. Informou que o Creas realiza trabalho de prevenção nas escolas, por meio de palestras, em conjunto com o Poder Judiciário.

Francisca Maria da Silva, integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Ribeirão das Neves e vítima de violência doméstica, apresentou seu

depoimento. Relatou que foi mantida em cárcere privado por 10 anos. Destacou que fez oito denúncias e que na época não havia delegacia especializada. Contou que buscou ajuda no Centro de Apoio à Mulher Benvinda e depois foi para a Casa Abrigo – Sempre Viva, de onde foi resgata pelo ex-marido e brutalmente agredida, fato que a fez perder a visão de um olho e parcialmente do outro. Além desse episódio, descreveu o acidente de carro provocado pelo ex-marido, no qual ele jogou o carro, com ela e as filhas do casal, dentro de uma lagoa. Falou que após esses episódios e com intervenção do Conselho Tutelar conseguiu afastar-se do ex-marido e reconstruir sua vida.

Ana Luiza, vítima de violência que estava aguardando atendimento no dia da visita, também apresentou seu depoimento. Relatou sofrer agressões do ex-companheiro desde 2015, já tendo realizado mais de 20 registros de ocorrência policial. Informou já possuir medida protetiva a seu favor e que, no ano de 2018, conseguiu uma autorização da Justiça para morar em outro estado com a filha de 3 anos de idade. Após dois meses no Rio de Janeiro, o ex-companheiro conseguiu a guarda provisória da filha, alegando alienação parental. Ela compareceu à delegacia para pedir ajuda, já que tentou ver a filha no momento de uma consulta médica em uma clínica e foi agredida, assim como seu advogado. Contou que já havia dois meses que não se encontrava com a filha.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que haverá, na ALMG, um encontro de delegadas e delegados e servidoras e servidores de outras carreiras envolvidos no fluxo de trabalho da delegacia para discutir a situação dos atendimentos às mulheres, com a finalidade de produzir um documento em que constem todos os ajustes necessários para a prestação de atendimento digno, bem como para evitar o adoecimento dos servidores da Polícia Civil. Ademais, a deputada frisou que, além da importância de se ter equipamentos capazes de acolher de forma eficiente e humanizada as mulheres vítimas de violência, é necessário realizar trabalhos de prevenção relacionados à violência doméstica.

Por fim, a deputada Andréia de Jesus falou da necessidade de ampliar a Defensoria Pública do município, de forma a se criar o Núcleo de Defesa da Mulher. Segundo ela, para conseguir atendimento no órgão, é necessário dormir na fila para pegar uma senha de atendimento.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Adolescente, em Ribeirão das Neves.

Em sua decorrência, foram aprovados requerimentos⁶ com o seguinte teor:

- pedido de providências ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para a criação de uma vara de família exclusiva na Comarca de Ribeirão das Neves, de forma a contribuir para a especialização dos atendimentos.

⁶ Requerimentos de Comissão n^{os} 2.398 e 2.399/2019, aprovados na 8^a Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 4/6/2019.

- pedido de providências à Defensoria Pública de Minas Gerais para a instalação de um espaço de atendimento da Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência – Nudem – em Ribeirão das Neves.

4 – Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, Belo Horizonte, em 3/6/2019

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 2.002/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 3/6/2019, o Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, localizado no Centro de Belo Horizonte, para verificar as condições do atendimento prestado pelo órgão, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e conhecer as ações programadas pelo governo do Estado para sua reestruturação.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada de Polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da PCMG; do juiz de Direito Marcelo Gonçalves de Paula, representando a desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –; de Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, representando Elizabeth Jucá, secretária de Estado; de João Paulo Santos Barbosa, da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –; de Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese; de Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem –; de Solange Rodrigues Barbosa, integrante do Grupo de Mulheres do Cerna; de Andréa Socorro Luiz, coordenadora do Cerna; de Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; do Maj. PM Jovânio Campos Miranda, da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –; de Lauriza Pinto, integrante do programa de extensão Para Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –; de Carmélia Maria Viana, vice-presidente do Conselho Estadual da Mulher; de Renata Regina de Abreu Rodrigues, assessora da deputada Andreia de Jesus; e de Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira.

Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Sedpac⁷, recebeu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Casa dos Direitos Humanos, espaço no qual, entre outros órgãos estaduais, encontram-se as dependências do Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna. Após guiar a comissão por uma breve visita aos citados órgãos, o subsecretário encaminhou os presentes para uma sala de reuniões.

A deputada Marília Campos esclareceu que a visita se destinava a verificar as condições do atendimento prestado pelo Cerna, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e conhecer as ações programadas pelo governo do Estado para a reestruturação do órgão.

Questionado pela deputada Marília Campos se as atividades do Cerna seriam encerradas, conforme denúncia apresentada em audiência pública da comissão, o subsecretário negou veementemente que o centro será fechado. Afirmou que é possível que ele mude de local devido a questões contratuais relativas à propriedade do imóvel, contudo, caso mude, os atendimentos não serão prejudicados. Esclareceu que atualmente o Cerna está funcionando com apenas duas psicólogas, contudo mais três já estão em treinamento, além de uma assistente social. O subsecretário pontuou, ainda, que em breve um decreto será publicado para formalizar, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, uma Coordenadoria de Política para as Mulheres, com o objetivo de fortalecer a política pública. Questionado pela deputada Marília Campos para onde o Cerna iria caso a pendência contratual não seja resolvida, o subsecretário afirmou que o novo local ainda nem mesmo foi pensado, mas garantiu que, no caso de uma mudança, o Cerna se instalará em local ainda mais adequado e, provavelmente, com outras estruturas de acolhimento à mulher vítima de violência.

Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogo Social da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese, pontuou que o centro está passando por uma reorganização. Além da contratação das novas profissionais, em breve será implantado o Sima, que é um novo sistema de dados e informações que vem sendo desenvolvido há três anos. Nesse sistema, foram estabelecidos dois fluxos de atendimento: um para atender demandas encaminhadas por programas e instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher; outro para atender demandas espontâneas, de mulheres que procuram diretamente o Cerna. Em ambos os casos haverá o registro do início do atendimento no sistema, por meio de um cadastro que antecede o agendamento. Cada atendimento, por sua vez, originará um plano de atuação com acompanhamento psicológico. Questionada pela deputada Marília Campos acerca dos atendimentos das mulheres que moram no interior do Estado, a superintendente respondeu que, tão logo a reforma administrativa seja aprovada, ações para a interiorização dos atendimentos serão iniciadas.

⁷ Atualmente sob a responsabilidade da Sedese, conforme a Lei nº 23.304, de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

O juiz de Direito Marcelo Gonçalves de Paula, que, na visita, representou a desembargadora Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, parabenizou a mobilização das mulheres para o fortalecimento do Cerna, o qual, segundo ele, constitui uma importante ferramenta de combate à violência contra a mulher. Após colocar a Escola do TJMG à disposição para promover capacitação dos profissionais que atuam no Cerna, explicou o funcionamento das quatro varas que compõem o Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital, frisando que, caso o agressor seja agente das forças de segurança, a regra é que, no caso de deferimento de medida protetiva, esta já suspende o porte de arma de fogo. O juiz de Direito também afirmou que entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai – podem atuar na capacitação e formatação de currículos para as mulheres vítimas de violência, com vistas a promover a empregabilidade. Para ele, grande parte das mulheres vítimas de violência são dependentes financeiramente dos agressores e, com a capacitação e a consequente redução da vulnerabilidade econômica, elas podem deixar o relacionamento abusivo.

Solange Rodrigues Barbosa, integrante do Grupo de Mulheres do Cerna, ressaltou que os novos fluxos de trabalho apresentados pela superintendente não podem prejudicar a continuidade dos grupos de discussão que já existem no Cerna. Segundo Solange, esses grupos tiveram um importante papel em seu caso pessoal, haja vista que foi neles que ela se sentiu acolhida e, assim, pôde iniciar o processo de saída da situação de violência que vivia.

Questionada acerca da continuidade dos grupos de discussão, a coordenadora do Cerna, Andréa Socorro Luiz, garantiu que eles não serão afetados. Contudo, frisou que todas as mulheres, inclusive aquelas que já foram atendidas pelo Cerna, deverão passar pelos novos fluxos de atendimento.

A delegada de Polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da PCMG, Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, que, na visita, representou o chefe da Polícia Civil, pontuou que as delegacias de mulheres são os primeiros locais que as vítimas de violência procuram em busca de ajuda, mas, segundo ela, estão com grande déficit de servidores.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos enfatizou a importância de as atividades do Cerna não serem suspensas. Segundo a parlamentar, equipamentos como o Cerna são muito importantes, pois amparam a mulher em um momento de muita fragilidade. Por fim, destacou que o próximo passo da comissão será o fortalecimento da estrutura das delegacias de mulheres de todo o Estado, haja vista que, conforme destacou a delegada de Polícia, é nesses espaços que, primeiramente, as mulheres vítimas de violência buscam auxílio dos órgãos públicos.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo verificado as condições do atendimento prestado pelo Cerna, relativamente a recursos humanos e infraestrutura, e tomado ciência das ações programadas pelo governo do Estado para a reestruturação do órgão.

Em decorrência da visita foram aprovados, posteriormente, requerimentos⁸ com o seguinte teor:

- pedido de providências à Coordenadoria de Mulheres, órgão da Sedese, para fortalecer os centros de atendimento às mulheres localizados no interior do Estado e promover a capacitação dos profissionais que lá desempenham suas funções;
- pedido de providências ao TJMG para que promova parceria com o programa de extensão Para Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós, da Faculdade de Medicina da UFMG, com o objetivo de fortalecer o atendimento às mulheres vítimas de violência no Estado;
- pedido de providências ao TJMG para a criação de uma vara de família exclusiva na Comarca de Ribeirão das Neves, de forma a contribuir para a especialização dos atendimentos.

5 – Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios, Belo Horizonte, em 28/6/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 1.946/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 28/6/2019, o Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios, na Av. Presidente Antônio Carlos, 901, Bairro São Cristóvão, em Belo Horizonte, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Wagner Silva da Conceição, delegado chefe do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa; Ingrid Estevam, delegada coordenadora do Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios; Emerson Moraes, delegado; Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, juíza da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comsiv/TJMG; Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; Santuza Fernandes Rodrigues, membro do Movimento Popular da Mulher e da União Brasileira de Mulheres; Isabel Araújo Rodrigues, membro da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e da OAB; Larissa Maia, delegada assessora adjunta da Presidência da ALMG; Simone Silva, escrivã do Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios; Gláucia de Assis Fernandes, investigadora do Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios; Samantha Marinho, da Assessoria de Comunicação da PCMG;

⁸ Requerimentos de Comissão nºs 2.399, 2.400 e 2.401/2019, aprovados na 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 4/6/2019.

Bernadete Esperança, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Isabel Cristina Lisboa, Douglas Estevão de Miranda e Daniela Tiffany P. Carvalho, assessores da deputada Marília Campos; e Renata Regina, assessora da deputada Andréia de Jesus.

A deputada Marília Campos esclareceu ao chefe do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura do Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios. A parlamentar explicou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elegeu como pauta principal, neste ano, a luta contra o feminicídio, e que as visitas às delegacias de mulheres da região metropolitana fazem parte das várias ações que estão sendo realizadas. As visitas objetivam verificar o funcionamento dos equipamentos, bem como políticas e ações que podem ser implementadas para contribuir para a redução dos casos de feminicídio. Segundo a deputada, o Estado possui apenas 53 delegacias especializadas de mulheres em funcionamento e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pôde verificar que estrutura precária e carência de pessoal são os maiores problemas das delegacias já visitadas.

Questionado pela parlamentar, Wagner Silva da Conceição, delegado chefe do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa, ressaltou que a carência de pessoal da corporação é de conhecimento público e que apesar da falta de recursos humanos e, por vezes, materiais, estão fazendo todo esforço para que as atribuições do núcleo sejam exercidas da melhor maneira possível. Informou que o Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios foi criado pela Resolução nº 8.009, de 2019, com o objetivo de priorizar os inquéritos de feminicídios e, assim, evitar reincidências. Segundo Wagner Silva, o núcleo foi inaugurado em abril deste ano e a equipe é composta por uma delegada, uma escrivã e quatro investigadores, sendo duas mulheres.

Ingrid Estevam, delegada coordenadora do Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios, informou que o núcleo segue as diretrizes preconizadas pela ONU Mulheres nas investigações de feminicídios. Destacou que o equipamento foi criado com a finalidade de contribuir para a redução do número de feminicídios e dos índices de violência contra a mulher. Segundo ela, a prevenção é de extrema importância, mas realizar o enfrentamento e a repressão também é necessário.

Respondendo à deputada Marília Campos, Ingrid Estevam detalhou o fluxo de atendimento do núcleo. Informou que, quando ocorre a morte da mulher, a equipe da Divisão de Crimes contra a Vida do departamento, que funciona 24 horas, comparece ao local e, havendo indícios de feminicídio, a central da polícia aciona a equipe do Núcleo Especializado, que tem capacitação para investigar esse tipo de crime. Explicou que nos casos em que o autor não é preso em flagrante, instaura-se portaria para dar início imediato às diligências, oitivas e demais

procedimentos para encaminhamento do caso à Justiça. O objetivo do núcleo é encaminhar o relatório para o Poder Judiciário no menor prazo e com a melhor qualidade possível, de forma a dar celeridade ao processo. E destacou que o núcleo possui atuação regional, mas pode ser acionado sob demanda, como todo o departamento, para a realização de diligências externas.

Questionada pela advogada Isabel Araújo Rodrigues sobre a capacitação da equipe do plantão para distinguir os casos de feminicídio, a delegada informou que os servidores não tiveram treinamento específico, mas possuem experiência que lhes permite perceber os indícios e distinguir os casos. Entre esses indícios, estão o uso de arma branca, presente em 60% dos casos, e lesões em partes íntimas e no rosto da vítima, estas últimas relacionadas à tentativa de depreciar a imagem da mulher. Contudo, ela concordou com a necessidade de capacitação dos servidores, de forma que eles possam ter mais sensibilidade para identificar características de feminicídio quando se deslocam para averiguar crimes contra a vida. A delegada sugeriu que, no futuro, essa capacitação possa ser realizada por meio de educação a distância, oferecida pela Academia da Polícia Civil, facilitando a chegada desse conhecimento às delegacias do interior.

A juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues parabenizou o núcleo pela utilização de diretrizes da ONU Mulheres para realizar as investigações e enfatizou que toda a corporação deveria levar em conta esse documento para que os atendimentos às mulheres sejam mais qualificados. Destacou que não se pode falar apenas de feminicídios consumados e que não há como se falar de prevenção sem falar dos feminicídios tentados, em que os inquéritos tramitam em qualquer delegacia. Frisou, assim, a importância de capacitar todos os servidores, de forma que todos estejam aptos a perceber as evidências que tipificam o feminicídio, tendo em vista que, em muitos casos, crimes de feminicídio estariam sendo caracterizados como de lesão corporal. Ressaltou, ainda, a necessidade de capacitação dos policiais militares, principalmente do interior do Estado, já que são eles que fazem o primeiro contato com a vítima.

Wagner Silva da Conceição reforçou que o Departamento atende somente os casos de homicídio consumado, sendo que há 5.500 inquéritos instaurados, e apenas quatro deles de feminicídio. De acordo com ele, não há como atender os casos de feminicídio tentado sem estruturação da delegacia.

Questionada pela deputada se a estruturação do núcleo para esse tipo de atendimento seria a melhor maneira de atender as demandas, a delegada Ingrid Estevam explicou que a capacitação dos servidores das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – e a criação de um núcleo especializado em feminicídios tentados em cada uma dessas delegacias seria mais eficiente, já que a concentração da equipe facilitaria a investigação conjunta, além de as delegacias especializadas já contarem com o apoio de equipe multidisciplinar para o acolhimento

das vítimas. Esse entendimento acabou prevalecendo entre os presentes, apesar de críticas ao fato de o número de delegacias existentes ser insuficiente para atender todo o Estado.

Questionada pela parlamentar sobre como o núcleo poderia auxiliar as Deams nesse trabalho, a delegada informou que poderia assumir treinamentos e capacitações dos servidores que nelas atuam.

A coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Maria Izabel Ramos, enfatizou a precária estrutura das Deams e a importância de atuação na prevenção, de forma a evitar que a demanda chegue ao núcleo, tendo em vista que essas mortes são evitáveis.

O delegado Emerson Moraes informou que, segundo dados da Polícia Civil, de 2015 até abril deste ano foram registrados, em Belo Horizonte, 1.949 homicídios, sendo 151 de mulheres. A maioria dessas vítimas era parda ou negra e idade entre 21 a 25 anos, sendo o companheiro o autor na maioria dos casos. Destacou que o dia de maior prevalência desses crimes é sexta-feira (21%), seguido de sábado (19%) e de domingo (17%), e que o horário mais frequente é entre 6 horas e 12 horas (39%).

Indagado pela parlamentar se não poderia ser criado no núcleo um centro de estatísticas específicas relacionadas ao feminicídio, o chefe do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa informou que a Diretoria de Análise Criminal faz análises dos dados mensalmente, sem, contudo, ter o feminicídio como foco. Como essa diretoria abrange todo o Estado, seria mais eficiente implementar estratégias para que ela produza esses dados específicos.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que se empenhará na obtenção de recursos no orçamento do Estado para que a Polícia Civil possa ser mais bem equipada, e, assim, acolher de forma mais eficiente e humanizada as mulheres vítimas de violência.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura do Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios.

6 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Contagem, em 1º/7/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 166/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 1º/7/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita a deputada Marília Campos e o deputado Professor Irineu. A visita foi acompanhada por Mellina Isabel Silva Clemente, delegada da Delegacia de Mulheres de Contagem; Laise Aparecida Rodrigues, delegada titular da Delegacia de Mulheres de Contagem; Filipe da Silva, assistente social Delegacia de Mulheres de Contagem; Frederico José Grossi, delegado regional de Contagem; Rodrigo Macedo de Bustamante, chefe do 2º Departamento de Polícia Civil; Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade; Deborah Goulart Tavares, promotora da Vara da Violência Doméstica de Contagem; Ricardo Jorge Hyodo, escrivão do TJMG; Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Contagem; Luzia Ferreira, secretária de Desenvolvimento Social de Contagem; Rita de Cassia Marques Diniz, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Contagem; Jaqueline Abreu, membro do Conselho da Mulher; Glória de Fátima Lopes Pena, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Ana Carolina Ferreira Magalhães, 2º Ten. da Polícia Militar de Minas Gerais; Silvia da Cruz Messias, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Ronan de Oliveira Rocha, juiz da Vara de Violência Doméstica de Contagem; Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto, defensora pública titular do Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em Situação de Violência – Nudem – da Defensoria Pública de Minas Gerais; Margarete Leite, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB Contagem; Vanda Gomes da Silva, membro do Conselho da Mulher; Andrea Aparecida Tomaz, vice-presidente do Conselho da Mulher; Emília Niria, advogada; Adélia Batista de Melo, membro do Coletivo Mulheres em Luta; Milena Cafuri; Julia Prado Pinho, estagiária do Nudem – Defensoria Pública; Terezinha de Souza; Maria do Carmo Freitas Cota, membro da Paróquia Jesus Operário; Cristiani Rodrigues, membro da Associação ABC Laguna; Eva Ramalho dos Santos, membro da Associação ABC Novo Progresso; Paula Reis, da Superintendência de Política para Mulheres; Deniza Pereira Araujo, membro do Conselho da Mulher; Maria José Roberto Pereira, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Contagem; Sallua Mattar, membro do Espaço Bem me Quero; Aparecida Isabel Ferreira, membro do Conselho da Mulher; Aparecida Pereira Damasceno, membro do grupo de Defesa da Mulher; Célia Gonçalves Botelho, assessora da vereadora Glória; Gabrielle Sales, assessora da vereadora Glória; Wanderson, assessor da vereadora Silvia; Daniela Cristiane Simão, da Vara da Violência; Gabriel Lucas da Silva Pereira, membro do Conselho da Mulher; Angela Roldão; José Alfredo da Silva, assessor do deputado Prof. Irineu; Bernadete Esperança, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Douglas Estevão de Miranda, assessora da deputada Marília Campos e Daniela Tiffany P. Carvalho, assessora da deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos esclareceu aos presentes que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. A

parlamentar explicou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elegeu como pauta principal, neste ano, a luta contra o feminicídio, e que as visitas às delegacias de mulheres da região metropolitana fazem parte das várias ações que estão sendo realizadas.

As visitas têm por finalidade verificar o funcionamento dos equipamentos, bem como políticas e ações que podem ser implementadas com vistas a contribuir para a redução dos casos de feminicídio. A deputada destacou que Contagem é o município que registra maior número de feminicídios no Estado, apesar de contar com uma rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

Para a delegada Mellina Isabel Silva Clemente, a rede de enfrentamento da violência contra a mulher em Contagem está cada vez mais forte e o trabalho em equipe é de extrema importância. Relatou que a estrutura física e dimensionamento de pessoal são insuficientes para a situação local – Contagem ocupa o segundo lugar no índice de violência doméstica no Estado. Entretanto, um ponto positivo, segundo Mellina Clemente, é que a delegacia de Contagem dispõe de assistente social na equipe (única delegacia no Estado a contar com esse serviço, que é essencial para o acolhimento das vítimas). Além da assistente social, a equipe é composta por duas delegadas, duas escrivãs e nove investigadores. Mellina relatou também que até junho deste ano a delegacia já havia atendido cerca de 5 mil mulheres, número elevado para a reduzida equipe, o que prejudica a eficiência do trabalho: as medidas protetivas, por exemplo, têm levado cerca de dois meses para serem requeridas, mesmo após parceria firmada com o Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em Situação de Violência – Nudem – da Defensoria Pública de Minas Gerais. A delegacia atende também crimes sexuais e no mês de junho foram realizados 17 atendimentos desses casos, um número expressivo, que evidencia a necessidade de um cartório – com uma delegada e uma escrivã – específico para esse atendimento.

A delegada Laise Aparecida Rodrigues ratificou a escassez de servidores. Há mais de 3.000 inquéritos abertos e todo mês são instaurados, no mínimo, mais 50. Também são realizados atendimentos de crianças, o que aumenta a demanda da delegacia. Para Laise Rodrigues, seriam necessários, pelo menos, mais uma delegada, uma escrivã e três investigadores para atendimento exclusivo das medidas protetivas e de crimes sexuais. O Município de Belo Horizonte já tem delegacia especializada e Contagem não, apesar do alto índice de violência contra mulher e do feminicídio. A delegada frisou que, infelizmente, o registro da ocorrência policial não significa investigação e que a falta de servidores reduz a qualidade do serviço prestado. Além disso, ressaltou a estrutura precária da delegacia, que carece de viaturas descaracterizadas para que se proceda às investigações e de materiais de escritório, como computadores. Ressaltou ainda a necessidade de estruturação da Polícia Civil para que o inquérito possa ser devidamente encaminhado. Por fim, solicitou atenção especial para as delegacias de mulheres.

Ao ser questionada pela deputada Marília Campos sobre o motivo de o Município de Contagem ser tão afetado pela violência contra a mulher, mesmo dispondo de rede de enfrentamento do problema, Laise Rodrigues declarou que a falta de conscientização do agressor pode ser um dos motivos. Segundo a delegada, na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Belo Horizonte há o projeto Dialogar, que promove conversas com o agressor para esclarecer que o que ele pratica é crime. As tentativas de implementar programa semelhante em Contagem falharam por falta de recursos humanos. O atendimento na delegacia é somente de tentativa de feminicídio, já que os casos consumados são apurados pela delegacia de homicídios. Segundo a delegada, o fato de não haver registros de ocorrência policial antes do feminicídio leva a concluir que muitas mulheres não denunciam quando são vítimas de violência.

Filipe da Silva, assistente social da Delegacia de Mulheres de Contagem, explicou que a proposta é que a assistência social seja a porta de entrada das mulheres no serviço e que, após essa escuta mais qualificada, a vítima possa ser encaminhada para outros profissionais da rede de enfrentamento ou para o atendimento interno. Assim, mesmo que a mulher solicite uma orientação sobre pensão alimentícia, que não é o trabalho fim da delegacia, o atendimento deve ser prestado para que as mulheres conheçam melhor a unidade e saibam a quem recorrer em casos de agressões. Relatou que de 1º/3/2013 até 30/6/2019 já foram realizados 5.003 atendimentos e frisou a importância da escuta diferenciada para acolher bem a mulher em situação de violência.

A delegada Laise Rodrigues descreveu a inadequação da estrutura física da delegacia: pequena, sem acessibilidade, sem espaço próprio para o atendimento do serviço social. Segundo relatou, inicialmente era previsto que o local abrigaria a Casa da Mulher Brasileira, conforme disposto na lei Maria da Penha, que seria composta por: Nudem, da Defensoria Pública de Minas Gerais; Bem-me-queru, espaço destinado para o atendimento à mulher em situação de violência doméstica do município, e Delegacia de Mulheres. Entretanto, isso ainda não ocorreu. Informou que há tratativas em andamento para mudança de sede, de forma a ampliar o espaço e melhorar a acessibilidade e o acolhimento.

Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Contagem, parabenizou o trabalho da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do município e ressaltou a importância do espaço Bem-me-queru, destinado ao atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Afirmou que há possibilidade de convênio com o município para instalação de uma cadeia de custódia⁹ no Hospital Municipal de

⁹ No contexto abordado, a expressão “cadeia de custódia” é entendida como o atendimento prestado às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede SUS e da área de segurança pública, incluindo a adoção de procedimentos como a coleta de vestígios para encaminhamento à perícia oficial; a orientação às vítimas de violência sexual ou ao seu responsável a respeito de seus direitos e sobre a existência de serviços de referência; a capacitação de profissionais e gestores de saúde do SUS para coleta, guarda e transporte dos vestígios coletados no exame clínico; e a capacitação de profissionais da área de segurança pública (em especial os que atuam nas delegacias especializadas de atendimento a mulheres, crianças e adolescentes), para atendimento humanizado e

Contagem para que o exame de corpo de delito das vítimas de violência sexual seja realizado pelos clínicos do hospital, de forma que o custo para o Estado seja apenas o de capacitação desses profissionais. Segundo a superintendente, ainda não há esse tipo de atendimento no município – a vítima tem de se deslocar a Belo Horizonte, o que, muitas vezes, a faz desistir de registrar a ocorrência. Destacou, também, as negociações para que a sede da Delegacia de Mulheres seja transferida para a sede do antigo Fórum de Contagem.

A deputada Marília Campos relatou que na Deam de Belo Horizonte há o serviço do IML na própria delegacia no horário de expediente – das 8 horas às 18 horas – e, ratificou, que a falta desse serviço pode fazer com que a vítima desista de registrar a ocorrência. Frisou a necessidade da urgente viabilização da cadeia de custódia para o atendimento da vítima.

Segundo Luzia Ferreira, secretária de Desenvolvimento Social de Contagem, muito trabalho tem sido realizado para o fortalecimento da rede de enfrentamento do município, mas o ciclo de violência não é interrompido se não há punição do agressor. Destacou o trabalho das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD/PMMG – e relatou que somente o 29º Batalhão de PMMG dispõe do serviço. Fez apelo para que seja instalada equipe da PPVD no 18º Batalhão da PMMG, bem como em todos os outros do Estado.

A defensora pública Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto reforçou a importância do bom funcionamento da delegacia, bem como da parceria com a Defensoria Pública, para solicitar as medidas protetivas. Se os trabalhos na delegacia não puderem ser gerenciados adequadamente, a ação da defensoria pública fica prejudicada, levando conseqüentemente à impunidade do agressor e à reprodução do ciclo de violência.

Frederico José Grossi, delegado regional de Contagem, informou que já há negociação para alocação de um médico-legista para atender a Delegacia de Mulheres de Contagem. Ratificou que a demanda do município é igual à de Belo Horizonte, mas a estrutura é insuficiente para atendê-la. Relatou que já realizou diversas solicitações de escrivães para a Delegacia de Mulheres, bem como de delegados para o município e lamentou que essa seja uma demanda de todo o Estado.

O chefe do 2º Departamento de Polícia Civil, Rodrigo Macedo de Bustamante, afirmou que a chefia da PCMG vem buscando formas de recomposição do quadro de servidores. Segundo Macedo, há 76 delegados em curso de formação e cerca de 300 investigadores serão investidos até setembro deste ano, bem como escrivães. O município está cadastrado na lista de

encaminhamento aos serviços de referência e a unidades do sistema de garantia de direitos.

Verificar, a respeito, o Decreto Federal nº 7.958, de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS, e a Lei nº 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado (em particular o art. 2º, II, e o art. 3º, VII, VIII, IX e X).

prioridades para alocação desses servidores. Além disso, disse acreditar que a implementação do Projeto Dialogar no município ajudaria a reduzir o número de crimes.

A promotora da Vara da Violência Doméstica de Contagem, Deborah Goulart Tavares, frisou a necessidade de a Delegacia de Mulheres ser bem equipada e estruturada e a importância de se trabalhar em rede para que os crimes possam ser apurados com qualidade, para a aplicação da pena cabível e a redução de reincidências.

Ricardo Jorge Hyodo, escrivão do TJMG, relatou que em 6/6/2019 foi inaugurada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Inquéritos Policiais em Contagem, em virtude do crescente número de processos referentes à violência sofrida por mulheres na Comarca. A intenção é apurar o crime com mais rapidez para que não haja prescrição punitiva dos crimes de menor potencial ofensivo, reduzindo dessa forma o número de reincidências. Destacou, porém, que um empecilho para a realização do trabalho mais eficiente é a falta de defensor público para o réu, já que isso impede a finalização do processo e a punição efetiva.

O deputado Professor Irineu enfatizou a importância da luta para a redução da violência contra as mulheres e a necessidade de políticas públicas de prevenção.

As vereadoras da Câmara Municipal de Contagem, Ana Carolina Ferreira Magalhães e Glória de Fátima Lopes Pena, parabenizaram a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por terem pautado o combate a violência contra as mulheres como tema central de discussão esse ano.

Mario Lúcio Alves de Araújo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, disse estar ciente da importância da segurança pública para o município. Declarou que é um novo momento da gestão pública e que, atualmente, o Estado está em calamidade financeira, o que não impede que sejam realizadas discussões para construção de soluções sem necessidade de grande investimento inicial por parte do Estado. Relatou que, segundo dados do Observatório de Segurança Pública relacionados à Contagem, de janeiro a maio deste ano houve redução de cerca de 20% nos homicídios e 30% nos roubos, mas admitiu que a violência contra a mulher não acompanhou essa tendência, já que houve um aumento de 18,4%, em relação ao mesmo período de 2018. Ponderou que esse número pode ser ainda maior, já que muitas mulheres ainda não denunciam as violências de que são vítimas. Ressaltou a necessidade de conscientizar a população sobre a importância de denunciar e registrar as ocorrências, pois a realização de políticas públicas é baseada em estatísticas. Reconheceu que a estrutura física da delegacia é inadequada. Segundo o secretário, a diretriz do governo é rastrear imóveis do Estado para instalar os equipamentos públicos e evitar o pagamento de aluguéis desnecessários. Sugeriu que esse debate fosse aprofundado por meio da criação de um grupo de trabalho, com representantes de todas as entidades interessadas.

A subsecretária de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Abreu Gomes, informou que as ações dos programas de prevenção à criminalidade são realizadas em

Contagem desde 2004 e que, somente este ano, no município, foram atendidas 865 mulheres. Relatou que no programa Mediação de Conflitos a maioria dos atendimentos é de mulheres. Salientou que os programas de prevenção à criminalidade atuam dentro das comunidades e em parceria com a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a rede de enfrentamento da violência do município, a comunidade e as associações. Relatou ainda a inauguração do projeto Fala Garota em 2019, com o objetivo de conscientizar a respeito da violência contra as mulheres. Também reportou o início de atividades em grupos de responsabilização de homens que estão respondendo a processos por violência doméstica, no programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – Ceapa.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos relatou aos presentes que, na visita ao Núcleo Especializado de Investigação de Femicídios em 28/6/2019, foi proposta a criação de um núcleo em cada delegacia especializado em tentativas de feminicídio, de forma a agilizar as investigações, lograr maior êxito nas punições e, assim, reduzir o número de reincidências. Mas esclareceu que, para isso, é necessária a estatística dos feminicídios tentados e consumados, e solicitou esse levantamento aos delegados presentes na visita.

Além disso, a parlamentar informou que propôs uma emenda parlamentar de R\$300.000,00 destinados à compra de viaturas pela PCMG para equipar as Deams. Marília Campos afirmou que irá se empenhar para obter recursos no orçamento do Estado para que a corporação possa ser mais bem equipada e acolher de maneira mais eficiente e humanizada as mulheres em situação de violência.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, que era obter esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem. Com mais clareza a respeito do equipamento e suas necessidades, poderá, sem dúvida, contribuir no que for possível para aprimorar o atendimento das mulheres vítimas de violência.

7 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Betim, em 4/7/2019

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 1.675/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher esteve, em 4/7/2019, na Delegacia de Mulheres de Betim, localizada na Rua Cecília Júlia do Prado, 255, no Centro, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

A visita contou com a participação da autora do requerimento, deputada Marília Campos, presidente da comissão, tendo sido acompanhada por: Ariadne Elloise Coelho, delegada da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher –

Deam – em Betim; Spencer dos Santos Ferreira Junior, titular da 3ª Promotoria Criminal de Betim do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; Fabiane Patrícia Quintela, secretária municipal de Assistência Social de Betim; Patricia Sampaio Gouveia, referência de Apoio Técnico-Methodológico na Temática da Mulher da Secretaria Municipal de Assistência Social – Semas – e do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres – Cream – de Betim; Eliana Dias Rocha, coordenadora da Proteção Social Especial da Semas de Betim; Claudete de Freitas Guimarães, servidora da Semas e do Cream e coordenadora e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Sd. PM Félix e Sd. PM Suellen, da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – do 66º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Marcelo Soares de Sousa, guarda municipal de Betim; Erlinda Maria Silva, presidente da Ordem dos Advogados de Brasil de Minas Gerais – OAB/MG –, Subseção Betim; Ana Paula Souza Silva, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/MG, Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Soraia Lopes, vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/MG, Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Juliana dos Santos Gomes, presidente da comissão “OAB Vai à Escola – Direito na Escola” e membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB/MG, Subseção Betim; Fátima Maria Malta, membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB/MG, Subseção Betim; Elzilene Ambrosio de Aguiar Ferreira e Luciene Maria Ferreira, vereadoras da Câmara Municipal de Betim; Sinara Cristina Souza Ferreira e Rubenilde Evangelista de Souza, assessoras do vereador Daniel Costa, da Câmara Municipal de Betim; Larissa Maia Campos Salles, delegada da PCMG e assessora adjunta à Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG; Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Janaína Silva Melo, assessora da deputada Ana Paula Siqueira; Daysilene Mendes Reis, da Associação de Proteção e Defesa das Águas de Vargem das Flores – Aprovaagem –, de Betim; Leila Alves Xavier Catarina, do Partido Socialismo e Liberdade – Psol.

A deputada Marília Campos ressaltou a relevância de se ter a comissão que preside como uma comissão permanente na ALMG, isso significando uma grande conquista recente no Parlamento Mineiro. Mencionou o aumento do número de feminicídios em Minas Gerais no primeiro trimestre deste ano e a existência de somente 61 delegacias da PCMG especializadas em atendimento à mulher, destas apenas 56 em funcionamento no momento. Esclareceu que a intenção das visitas técnicas que a comissão vem realizando a algumas dessas estruturas é conhecer seu funcionamento e as condições de trabalho e de atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero, de modo a averiguar as deficiências e apresentá-las ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com quem tem reunião agendada para o próximo dia 15 com o intuito de compor um grupo de trabalho com foco nas Deams. Informou que, agora com as atividades do

Assembleia Fiscaliza, instituído pela Emenda à Constituição n° 99, de 2019¹⁰, pretende ter esse tema como central na próxima rodada, prevista para outubro de 2019.

A delegada Ariadne Elloise Coelho, da Deam de Betim, em resposta à deputada Marília Campos, confirmou que naquele prédio funcionam a Deam e a Delegacia da PCMG de Trânsito de Betim e que há escassez de servidores: ela mesma cumula a titularidade de ambas desde janeiro de 2018, e a Deam conta apenas com uma escritã e sete investigadores. Disse considerar que os números ideais seriam pelo menos os apontados em cartilha do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 2014, levando-se em conta a população do município (cerca de 450 mil habitantes): três delegados, com seis escritãs e 25 investigadores. No entanto, asseverou que sempre houve deficiência e que a situação hoje é melhor do que há cerca de dois anos, pois naquela época havia um acúmulo de inquéritos devido à vacância da titularidade da Deam. Ainda assim, a sensação de impunidade manifesta por algumas mulheres que procuram a Deam é justificada, pois não há como abarcar toda a demanda e não é incomum haver prescrição de alguns casos. Hoje, informou a delegada, por dia são atendidas, em média, de 10 a 20 mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de casos de estupro, inclusive de crianças, e de agressões a idosos. E numa estrutura física que também deixa a desejar: prédio com escadas e etapas dos procedimentos para registro completo dessas ocorrências em diferentes andares; necessidade de as vítimas passarem por corredores e permanecerem em locais onde estão sendo prestados serviços da delegacia de trânsito, em situação constrangedora; inexistência de cortinas e mobiliário deficitário nas salas; falta de impressoras e equipamentos; dentre outras. Questionada pela deputada Marília Campos, confirmou que o ideal seria a Deam estar instalada numa casa, sem escadas e de fácil acesso, e separada de outras delegacias, mas desde que com equipe compatível com a demanda.

A delegada ressaltou que conta sobretudo com a disposição e o empenho de sua equipe de servidores, que fazem o “humanamente quase impossível”, além do apoio do Executivo municipal, do MPMG, da Defensoria Pública, da PMMG, da Guarda Municipal, da OAB/MG – Subseção Betim e da Rede Integrada de Atenção à Mulher de Betim. Destacou a relevância do trabalho de busca ativa que vem sendo realizado pela Seam e pelo Cream, tendo em vista a condição de dependência afetiva e financeira e a situação de submissão das mulheres vitimadas pela violência de gênero, por vezes vivenciando uma espécie de “naturalização” de agressões que dura dez, quinze anos, ou mais, não raramente isso se reproduzindo como também “natural” para filhos e filhas. Nesse sentido, a delegada apontou ter havido uma queda no número de medidas protetivas concedidas entre 2017 e 2018, o que revela uma evolução nesse ciclo, que ela qualificou de complexo e sério, apesar de muitas vezes ser menosprezado por quem desconhece sua gravidade.

10 Altera o art. 54 da Constituição do Estado de Minas Gerais, estabelecendo a obrigação de que os secretários de Estado prestem contas quadrimestralmente de seus atos à ALMG ou sempre que forem convocados. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=EMC&num=99&comp=&ano=2019>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

Falou, também, da diferença entre Contagem, onde há dados específicos sobre a violência contra a mulher em razão de gênero (os quais apontam o município como o primeiro nesse *ranking*), e Betim, onde há índices altíssimos de violência, porém sem essa categoria ou detalhamento, prejudicando a concepção de políticas públicas locais destinadas ao tema. Nesse sentido, explicou que: os dados relativos à violência doméstica e familiar, em Betim, baseiam-se apenas no Registro de Evento de Defesa Social – Reds –, portanto são inconsistentes e estão aquém da realidade, pois pode não haver a devida identificação no momento da anotação da ocorrência e, sendo registrados como lesão corporal, são encaminhados para outra delegacia, e não para a Deam; como não há vara de violência doméstica e familiar contra a mulher no município, esses casos (incluindo os pedidos liminares de medida protetiva) são recebidos, analisados e decididos pela 2ª Vara, onde não há especialização.

A deputada Marília Campos comentou sobre a subnotificação, em geral, dos casos desse tipo de violência, sendo muitos deles tratados como uma agressão física qualquer, prejudicando a visibilidade do problema e seu real dimensionamento, o que impacta negativamente o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento. Daí a necessidade de empenho na obtenção de dados concretos, inclusive no sentido de conscientizar as pessoas sobre a proporção da existência da violência doméstica e familiar, que é subestimada até mesmo por parlamentares mineiros que são da área da segurança pública. A deputada também comentou sobre a situação de Contagem, onde esteve recentemente em vista da comissão à Deam local e onde a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres está mais bem articulada e estruturada, incluindo uma vara especializada. Informou que seria realizada uma audiência pública na ALMG no dia seguinte com a finalidade de debater essa rede de Contagem, e se prontificou a levar esse mesmo debate sobre Betim para o parlamento mineiro, mediante apresentação de requerimento para a realização de uma audiência pública com esse fim.

A vereadora Elzilene também manifestou sua preocupação com a inexistência de dados concretos sobre a violência doméstica em Betim e elogiou o trabalho da Rede Integrada de Atenção à Mulher e do Cream, no último ano e meio, além de agradecer o apoio da OAB/MG – Subseção Betim e da comissão. Já a vereadora Luciene reiterou a necessidade de uma melhor atenção a Betim, em face dos altos índices de violência e do porte do município.

Fabiane Patrícia Quintela, secretária municipal de Assistência Social, relatou o trabalho de busca ativa da Seam nas dez regionais de Betim, mencionando a dificuldade enfrentada, em alguns casos, para que as mulheres aceitem o atendimento e rompam o ciclo de violência. Contou que o Consórcio Mulheres das Gerais impulsionou esse trabalho, dando suporte para uma assistência mais qualificada nesse momento tão delicado. Informou ainda não dispor de dados concretos sobre resultados, mas disse que o Cream já atendeu cerca de 800 mulheres em pouco mais

de um ano de trabalho, número que surpreendeu e revelou a existência de uma demanda reprimida. Questionada pela deputada Marília Campos sobre uma abordagem mais preventiva, com políticas públicas que propiciem a autonomia das mulheres, falou sobre iniciativas que buscam ajudar na geração de renda, em parceria com outras instâncias. Disse acreditar que a dependência econômica constitui uma das maiores dificuldades a ser enfrentada, inclusive por uma questão cultural das próprias mulheres vitimadas pela violência doméstica, que, por vezes, resistem a uma mudança relacionada à independência e à igualdade. Mas afirmou que há, também, mulheres dispostas a mudar, daí a importância de uma atuação para além do momento emergencial e de um trabalho que não seja pontual, mas que contemple todas as formas de violência e acompanhe todo o processo. Concordou ser relevante a existência de uma vara especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher no município, pois os dados existentes, ainda que inconsistentes, já assustam, e também para atender a todo o médio Paraopeba, pois Betim é cidade-polo da região. Elogiou, ainda, o fortalecimento e a articulação da Rede Integrada de Atenção à Mulher, ressaltando, entretanto, ainda lhe faltar melhor estrutura.

A deputada Marília Campos citou lei recentemente sancionada em Belo Horizonte, voltada para a inclusão das mulheres em situação de violência entre os beneficiários preferenciais dos programas habitacionais do município¹¹, sugerindo que, em Betim, seja adotada política semelhante, mediante apresentação de projeto de lei pelas vereadoras presentes. Disse também estar aprendendo muito nas recentes visitas realizadas pela comissão às Deams, e mencionou dado verificado em Contagem relativo à reincidência, que é muito alto, revelando a importância de se trabalhar também com o agressor, a exemplo da proposta do projeto Dialogar¹².

Quanto a esses pontos, as presentes comentaram já haver, em Betim: algumas políticas, no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social – Cras –, que privilegiam mulheres em situação de violência doméstica e familiar; projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal relacionados a agressores e à concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica; abordagem ao agressor com vistas a reduzir a reincidência no escopo do programa Central de Penas Alternativas – Ceapa –, em parceria com o MPMG.

Ana Paula Souza Silva, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/MG – Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fez referência ao projeto Tem Saída, da cidade de São Paulo, como exemplo de política pública focada na promoção

11 Lei nº 11.166, de 25/4/2019, que altera a Lei nº 7.597, de 1998, que “dispõe sobre assentamento de famílias no município e dá outras providências”.

12 Implantado pela PCMG em 2010, visa reduzir a reincidência dos agressores nos casos de violência doméstica, por meio do diálogo com casais em dez encontros reflexivos, separadamente entre os cônjuges, conduzidos por policiais, psicólogos, assistentes sociais e voluntários da comunidade, a fim de prevenir futuras discussões e brigas, com abordagem de temas como o ciclo da violência, comunicação não violenta e a Lei Maria da Penha. Os agressores são encaminhados para o projeto Dialogar por despacho judicial como parte do cumprimento da medida protetiva.

da autonomia financeira e na empregabilidade da mulher em situação de violência doméstica e familiar que poderia servir de exemplo para Betim, pois o município é polo industrial.

Spencer dos Santos Ferreira Junior, titular da 3ª Promotoria Criminal de Betim do MPMG, esclareceu estar no cargo há cerca de quatro anos. Contou que a Rede Integrada de Atenção à Mulher estava então desarticulada, mas dois anos e meio atrás ela foi reformulada e, desde então, vem se reestruturando e se fortalecendo. Apesar de ainda carecer de mais estrutura e de recursos humanos, o fluxo de informação é eficaz, inclusive por meio de grupo de WhatsApp, há reuniões frequentes, por células, e diversas instâncias estão ativamente envolvidas: além do MPMG, Semas, Secretaria Municipal de Saúde, OAB/MG – Subseção Betim, PMMG, PCMG, Guarda Municipal, Defensoria Pública (esta, porém, sem a especialização do Núcleo Especializado na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência – Nudem). Avaliou que a visita da comissão, com tantas as pessoas ali presentes, sinalizava a relevância da sociedade civil nesse processo e que Betim estava, hoje, à frente de muitos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Esclareceu que o Cream funciona dentro da Delegacia, recepcionando as mulheres que ali chegam, propiciando um melhor acolhimento e também favorecendo a coleta de dados. Asseverou haver déficit no efetivo da PCMG em Betim, além de estruturação incompatível com o porte do município, seus índices de violência e sua condição de capital do médio Paraopeba. Em sua avaliação, o funcionamento da Deam junto com a Delegacia de Trânsito desestimula a ida das mulheres em situação de violência doméstica até lá. Além disso, esclareceu que a ausência de um titular especializado na Deam impacta no levantamento dos dados específicos sobre violência contra a mulher, porque fica a cargo da Delegacia de Homicídios (onde hoje também há déficit de titulares) definir se houve feminicídio ou não. Nesse sentido, solicitou empenho no melhor aparelhamento da Polícia Civil no município, com mais recursos humanos e melhores condições físicas e operacionais e mencionou o ajuizamento de ação civil pública, pelo MPMG, pedindo que o Estado adote as medidas administrativas e orçamentárias cabíveis a fim de equilibrar o quadro de recursos humanos da PCMG com as demandas relacionadas à prática de violência contra as mulheres no município.

Outra solicitação apresentada pelo promotor foi a criação de uma vara minimamente especializada em violência doméstica e familiar em Betim, pois hoje há apenas duas varas nessa comarca e a 2ª recebe esses casos, na proporção de quatro casos de violência contra a mulher para um caso relativo a outros delitos. Em sua opinião, a inexistência de especialização significa que os profissionais não têm afinidade, identidade nem conhecimento específico em relação ao tema, inclusive o juiz. Não sendo possível uma vara especializada, sugeriu que a 2ª Vara seja exclusiva para violência doméstica junto com o júri, e que essa providência seja tomada o quanto antes, pois há vacância na titularidade dessa vara e quem vier a se candidatar a ela poderia ser alguém

comprometido com o tema. Ainda na avaliação do promotor, caso o Tribunal de Justiça faça essa mudança, a tendência é o MPMG agir no mesmo sentido, instituindo uma promotoria especializada na comarca, assim como o Executivo, estruturando melhor a assistência prestada às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e o enfrentamento desse problema e propiciando, inclusive, mais possibilidades para ações na esfera extrajudicial.

Erlinda Maria Silva, presidente da OAB/MG – Subseção Betim, disse ter havido retrocesso, pois antes a Deam estava localizada em uma casa, em espaço não compartilhado com outra delegacia e mais bem estruturado para receber as mulheres, inclusive com a presença do Nudem. Em resposta a pergunta de Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira, Erlinda esclareceu que o Nudem está hoje desativado e, aí, as demandas relacionadas a violência contra a mulher têm sido atendidas junto com as demais da Defensoria Pública. Fez coro ao pedido por uma vara especializada em violência doméstica em Betim e enfatizou a importância da união de esforços a fim de fortalecer a Rede Integrada e seu trabalho. Mencionou a dificuldade da inclusão da OAB no Protocolo de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, construído pela Rede Integrada, e recebeu a sugestão de que possa ser ofertada orientação jurídica às mulheres em situação de violência que necessitarem. Falou da expectativa depositada na presença da comissão e da necessidade de um banco de dados que de fato reflita a realidade, pois, em sua avaliação, a violência em Betim tem crescido. Nesse sentido, a deputada Marília Campos sugeriu que a Rede Integrada passe a discutir a melhor maneira de realizar e implementar a coleta de dados sobre mulheres em situação de violência no município, haja vista a grande importância desse tipo de informação para a alocação de recursos e a estruturação de políticas públicas.

O Sd. PM Félix relatou que ele e a Sd. PM Suellen atuam em conjunto com o Cream, com o Cras e com o MPMG, esclarecendo que a PPVD foi instituída em Betim, no 66º Batalhão da PMMG, em 1º de junho deste ano.

Patricia Sampaio Gouveia, referência de Apoio Técnico-Methodológico na Temática da Mulher da Semas e do Cream, esclareceu que o Protocolo de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Doméstica já estava sendo articulado há dois anos, quando ela assumiu seu atual cargo, avaliando que a OAB não estava tão envolvida nesse processo, mas pode, no momento, atuar na prestação de assessoramento jurídico às mulheres em situação de violência, estabelecendo uma pessoa de referência, assim como ela o é no Cream. Contou que acompanham as mulheres em situação de violência em todo o percurso do atendimento, e muitas relatam a sensação de impunidade dos agressores. Asseverou que a prevenção tem sido um ponto fundamental de atuação do Cream, com ótimos resultados, inclusive o acionamento do Cras em certos casos, pelas próprias mulheres em situação de violência. Mencionou, ainda, a existência de comissões que implementam ações preventivas junto com a PMMG e outros membros da Rede Integrada, sendo que o Cream

participa com equipe multidisciplinar composta por psicólogos, educadores e assistentes sociais. Mesmo reconhecendo a inexistência de dados específicos sobre a violência doméstica e familiar em meio aos altos índices de violência no município, informou que a comissão parlamentar mista de inquérito realizada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, trouxe, em seu relatório final datado de junho de 2013, números sobre Betim, os quais constituem uma referência de diagnóstico, assim como os da publicação Mapa da Violência.

Janaína Silva Melo, assessora da deputada Ana Paula Siqueira, mencionou que o gabinete tem sido procurado por mulheres que não sabem onde buscar ajuda e assistência em situações de violência, o que demonstra a necessidade de algum tipo de divulgação. A esse respeito, a deputada Marília Campos sugeriu que a Rede Integrada reflita sobre a questão e pense na possibilidade da elaboração de uma cartilha ou boletim de divulgação, a exemplo do que se faz em Contagem.

Larissa Maia Campos Salles, delegada da PCMG e assessora adjunta à Presidência da ALMG, mencionou haver um déficit de 47% nos recursos humanos da PCMG no Estado, conforme divulgado nas atividades do Assembleia Fiscaliza, situação configurada ao longo dos últimos anos. Citou o recente anúncio, pelo Poder Executivo, da nomeação de 425 investigadores de polícia, excedentes de concurso realizado em 2014, além de haver delegados e escrivães hoje no curso de formação na Acadepol, sugerindo uma atuação no sentido de cobrar nomeações para suprir a carência de Betim.

Ao abordar novamente a questão da subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar no município, inclusive os que resultam em tentativa de feminicídio e em feminicídio consumado, a presidente da comissão fez coro à demanda por um titular especializado para a Deam e reiterou a necessidade de se trabalhar na construção de indicadores específicos sobre Betim, a fim de subsidiar solicitações aos órgãos envolvidos na abordagem dessa temática. Segundo ela, é fundamental ter-se um banco de dados preciso sobre os crimes contra a mulher no município, a fim dar visibilidade a esse cenário de violência.

A parlamentar mencionou, também, duas iniciativas as quais considera relevantes: a instituição do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio¹³ e o projeto de se realizar um concurso de redação nas escolas públicas estaduais sobre o assunto, hoje em discussão com a Secretaria Estadual de Educação. Disse acreditar que ambas dão visibilidade ao problema e mobilizam as pessoas, em especial os jovens, resultando em conscientização e surtindo efeito também como prevenção, ao abrirem espaço para a reflexão sobre a naturalização do ciclo de violência contra a mulher. Por

13 Lei nº 23.144, de 14/12/2018.

essas razões, sugeriu que se promova iniciativa semelhante ao concurso de redação nas escolas públicas municipais de Betim.

Ao final, a deputada Marília Campos se disponibilizou, no escopo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e em parceria com as deputadas ali representadas por meio de suas assessoras, a promover as articulações necessárias para a divulgação da situação de Betim, inclusive as conquistas e os avanços da Rede Integrada, bem como para buscar a melhoria das condições e estruturas no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher em razão de gênero, aí incluídas políticas de prevenção. Nesse sentido, confirmou que apresentaria requerimento para a realização de uma audiência, na ALMG, com a finalidade de debater a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Betim.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher cumpriu a finalidade da visita, pois conheceu a estrutura e o funcionamento da Delegacia de Mulheres de Betim. Em sua decorrência, será apresentado requerimento solicitando a realização de audiência pública, na ALMG, para debater a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Betim.

8 – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Belo Horizonte, em 15/7/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 3.260/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 15/7/2019, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, com a finalidade de conhecer as ações de enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, sobretudo no que se refere à estruturação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – do Município de Contagem.

A presidenta da comissão, deputada Marília Campos, realizou a visita, acompanhada do deputado Professor Irineu e com a participação de gestores estaduais e municipais, representantes da sociedade civil organizada, assessores e assessoras parlamentares e técnicos da Sejusp. Entre os presentes, destacamos: Mário Lúcio Alves de Araújo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Alexandre Leão Batista Silva, secretário adjunto de Estado de Segurança Pública; Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto, defensora pública na Comarca de Contagem; Eduardo Felisberto Alves, comandante da 2ª Região de Polícia Militar; Frederico José Grossi, delegado regional de Contagem; Etevaldo Luiz Caçadini de Vargas, subsecretário de Inteligência e Atuação Integrada da Sejusp; Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade da Sejusp; Décio Camargos, secretário Municipal de Defesa Social de Contagem; Luzia Ferreira,

secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Contagem; Sílvia da Cruz Messias, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Laíse Aparecida Rodrigues, delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem; Mellina Isabel Silva Clemente, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem; Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para Mulheres de Contagem; Margarete Leite Gonçalves de Lima, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-Contagem; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Rede Feminista da Saúde; e Maria José Roberto Pereira, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Contagem.

O secretário Mário Lúcio Araújo presidiu uma reunião realizada entre autoridades e representantes da sociedade civil presentes. Iniciou, então, fazendo uma apresentação dos dados sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher em Minas Gerais, produzidos pelo Observatório de Segurança Pública. Esclareceu que os indicadores referem-se aos períodos de janeiro a maio dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

No que se refere aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado, o secretário informou a ocorrência de 62.000 registros em 2016, 61.000 em 2017, 60.043 em 2018 e 62.987 em 2019, refletindo um aumento de 4,9% no número de vítimas em 2019, comparado ao mesmo período de 2018. No que toca ao número de feminicídios, foi informado o registro de 59 casos em 2016, 52 em 2017, 56 em 2018, e 56 em 2019, no Estado. Questionado pela deputada Marília Campos sobre o número de tentativas de feminicídio, foi informado, pela equipe técnica da Sejusp, que entre 2018 e 2019 houve redução de 15% nesse índice no Estado, com o registro de 106 casos em 2018 e 90 em 2019.

Também foram apresentados pelo secretário dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da 2ª Região Integrada de Segurança Pública – 2ª Risp –, que abrange 10 cidades, entre elas o Município de Contagem, e agrega uma população total aproximada de 1.980.000 habitantes. Na 2ª Risp, registrou-se aumento de 7,6% no número de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em 2019, se comparado a 2018. Quanto ao número de feminicídios, foram noticiados 10 casos em 2016; 5 em 2017; 7 em 2018 e 5 em 2019, indicando redução de 28% no número de vítimas em 2019, se comparado a 2018. No que se refere ao número de tentativas de feminicídio, foram notificados 9 casos em 2018 e 8 em 2019, segundo informou a equipe técnica da Sejusp.

Especificamente sobre Contagem, foi informado que foram registrados 5 feminicídios no município no ano de 2018 e nenhum em 2019. Quanto às tentativas de feminicídio, foram registradas 4 ocorrências em 2018 e 5 no ano de 2019. Ainda segundo o secretário, verificou-se aumento de 9,5% da violência doméstica e familiar contra a mulher no município em 2019, se comparado a 2018.

Em resposta a questionamentos, foi esclarecido pela equipe técnica do Observatório de Segurança Pública que as estatísticas baseiam-se em informações colhidas nos registros de eventos de defesa social – Reds –, lavrados pelas Polícias Civil e Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar. Ou seja, refletem, seguramente, todos os eventos que geraram registros policiais. Porém, segundo os técnicos, não é possível assegurar que casos atendidos diretamente pelas unidades de saúde compõem essa base de dados, já que essas situações precisam ser devidamente notificadas pelos serviços de saúde para passarem a compor a base de dados da segurança pública.

Em seguida, manifestou-se a deputada Marília Campos. Relembrou que a reunião do grupo de trabalho decorria da visita realizada à Deam de Contagem no dia 1º/7/2019, a partir de proposta apresentada pelo secretário Mário Lúcio Araújo. Ressaltou, então, sua expectativa em relação à continuidade das atividades desse grupo, firmando que ele deve funcionar em caráter permanente, com o objetivo de pensar e colaborar para a construção de estratégias, no Estado, que contribuam para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Sobre a Deam de Contagem, a deputada reiterou que a atual estrutura do prédio é inadequada e a equipe insuficiente, lembrando que a unidade não dispõe do atendimento noturno e nos finais de semana. Considerou que a inexistência de plantão 24 horas na delegacia especializada é um dos fatores que concorrem para a subnotificação dos casos de violência contra a mulher – tendo em vista que, diante dessa dificuldade, a vítima pode desistir de noticiar posteriormente uma violência sofrida. Também ressaltou sua preocupação com a lavratura dos Reds, asseverando que, por vezes, eventos de violência doméstica e familiar contra a mulher não são devidamente tipificados – citou, nesse sentido, relatos anteriores, feitos à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, de situações de violência doméstica descritas como lesão corporal, por exemplo. Salientou, desse modo, a relevância do reconhecimento e da correta identificação, pelos órgãos do sistema de justiça, dos casos de violência contra a mulher, como forma de garantir efetividade à investigação criminal e também à prestação jurisdicional.

A deputada defendeu, ainda – considerando o baixo quantitativo de Deams no Estado –, a criação de núcleos especializados em feminicídio no âmbito das delegacias de polícia, nos moldes do núcleo já criado em Belo Horizonte, a fim de propiciar uma atuação especializada em relação a esses crimes. Por fim, reiterou a necessidade da implementação de mecanismos para o aprimoramento de dados e estatísticas sobre a violência de gênero, inclusive no que toca aos índices de feminicídios e tentativas de feminicídio em Minas Gerais.

Décio Camargos, secretário municipal de Defesa Social de Contagem, informou que a prefeitura tem buscado colaborar nas medidas de segurança pública no município, citando a disponibilização de 12 guardas municipais e cerca de 20 estagiários para auxiliarem nas delegacias

da Polícia Civil. Esclareceu que a Guarda Civil Municipal, além de atuar em conjunto com as Polícias Civil e Militar, possui um projeto de implantação de uma patrulha específica para atuar nos casos previstos pela Lei Maria da Penha, nos moldes da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD –, da Polícia Militar.

Luzia Ferreira, secretária municipal de Desenvolvimento Social de Contagem, relembrou a criação em 2012 na ALMG, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, que teve por objeto estudar o tema e ampliar as discussões acerca desse tipo de violência no âmbito do parlamento. Firmou que aquela comissão já indicava, àquela época, a insuficiência de estatísticas sobre a violência contra a mulher no Estado. Destacou que vários casos de violência ainda chegam somente às unidades de saúde, as quais, nem sempre, formalizam a devida notificação à delegacia especializada, prejudicando, em consequência, a base de dados da segurança pública. Defendeu, então, a articulação mais consistente entre os órgãos de segurança pública e os equipamentos de saúde, como forma de propiciar a efetiva notificação dos casos. Feita essa consideração, informou que o Município de Contagem atualmente possui a titularidade do prédio onde funcionou o antigo fórum da comarca, esclarecendo que esse prédio já foi oferecido pela atual administração municipal para comportar a delegacia especializada. Salientou que a viabilidade do funcionamento da Deam no referido prédio ainda deve ser objeto de análise pela Polícia Civil, mas, segundo a secretária Luzia Ferreira, o funcionamento da Deam nesse local parece uma boa estratégia, já que o prédio do antigo fórum encontra-se em local estratégico, próximo à Guarda Municipal, ao prédio em que funciona o Espaço Bem-Me-Quero (Centro de Referência para o atendimento à mulher em situação de violência), à sede da Defensoria Pública, à Secretaria de Defesa Social. Lembrou a necessidade de uma reforma emergencial no imóvel, que poderia receber, além da Deam, uma unidade da Polícia Militar, já que o espaço construído é amplo e dispõe de elementos de acessibilidade. Finalizou dizendo que o prefeito de Contagem tem manifestado interesse e apoio às políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, tanto de prevenção quanto de proteção.

O deputado Professor Irineu ratificou a importância da organização dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil para o combate à violência contra a mulher. Para ele, o maior problema verificado em relação à Deam de Contagem refere-se ao espaço e à estrutura da unidade, que são insuficientes. Finalizou ressaltando que as vítimas precisam se sentir seguras em denunciar atos de violência, o que demanda cada vez mais dos órgãos do sistema de justiça, boas práticas. Para ele, a qualidade no atendimento pode contribuir, inclusive, para a redução da subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar.

Frederico Grossi, delegado regional de Contagem, reiterou que a Deam de Contagem carece de melhor estrutura, equipes qualificadas e condições para desenvolver os projetos inerentes.

Registrou, contudo, sua percepção de que a Chefia da Polícia Civil tem se mostrado sensível em relação à reestruturação das delegacias no Estado.

Ana Cláudia Arêas, defensora pública na Comarca de Contagem, frisou a importância da atuação articulada entre os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada para o enfrentamento da violência contra a mulher. Considerou que Contagem possui uma rede de proteção atuante e ressaltou que o incremento da Deam fortalece substancialmente essa rede como um todo. Para a defensora, além do investimento na estrutura física da delegacia especializada, é imprescindível investir na capacitação dos agentes, especialmente para lavratura dos Reds, que devem ser mais explicativos e precisos. O registro inicial, ressaltou, impacta diretamente todo o trabalho a ser desenvolvido pela rede de proteção, bem como os resultados dos órgãos do sistema de justiça – como a apuração, a carga da Polícia Civil, e a responsabilização, advinda da decisão do Poder Judiciário. Asseverou que, por vezes, os Reds não demonstram cabalmente as diferentes situações de violência doméstica e familiar e não coincidem com a real narrativa das vítimas. Exemplificou o registro de tentativas de feminicídio como lesão corporal, problema que precisa ser sanado.

Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil, afirmou que tem atuado a partir da priorização de demandas e da mitigação dos problemas, diante das dificuldades financeiras no Estado, como um todo. Lembrou que as modalidades criminosas são diversas, assim como são várias as adversidades enfrentadas pela Polícia Civil, diante das conhecidas carências em recursos humanos e logísticos.

Informou que 100% dos casos de feminicídio no ano de 2019 em Minas Gerais tiveram procedimento instaurado, sendo 70% dos autores identificados – percentual que considerou expressivo, já que na hipótese dos homicídios em geral, o índice de apuração não chega a 70%. No caso dos feminicídios tentados, foram instaurados procedimentos em 95% dos casos, com 63% dos autores identificados. Disse ainda que foram emitidos 2.849 expedientes apartados de medidas protetivas em 2019.

Asseverou que a resolução dos problemas enfrentados pelas Deams está entre as prioridades da Polícia Civil. Porém, registrou, existem 72 comarcas no Estado sem delegados de polícia – citando, como exemplo, o plantão regional de Patrocínio, atualmente sem delegado. Afirmou, por conseguinte, que a Polícia Civil não possui condições, no momento, de realizar o atendimento 24 horas na Deam de Contagem. Sobre a transferência da delegacia especializada para o antigo fórum da comarca, considerou o prédio apropriado, ressaltando a necessidade de análise técnica prévia, já que o imóvel precisa ser reformado. Destacou, então, como prioridade dentro das providências possíveis a serem adotadas pela Polícia Civil, a mudança da estrutura física da Deam

para outro local, com melhores instalações, seja para o prédio do antigo fórum, seja para outro local eventualmente escolhido.

Informou que 425 investigadores estavam em curso de formação da Polícia Civil, sendo que, após a conclusão, alguns agentes poderiam ser designados para delegacias especializadas, consideradas mais sensíveis. No que se refere à lavratura dos Reds, concordou que os registros podem ser mais detalhados nos casos de violência contra a mulher, já que constituem peças essenciais para o êxito da investigação criminal. Destacou como medida relevante a criação do núcleo de investigação de feminicídios em Belo Horizonte e falou sobre o interesse da Polícia Civil em ampliar essas células no interior do Estado, de acordo, contudo, com a disponibilidade de recursos orçamentários e humanos para essa finalidade. Ao final, considerou relevante promover discussões entre representantes da sociedade civil e de órgãos públicos estaduais e municipais interessados na questão, para a busca de entendimentos e alternativas de avaliação e resolução dos problemas.

O secretário Mário Lúcio Araújo acrescentou que se encontra em fase de desenvolvimento uma ferramenta, denominada MG Mulher, a ser implementada ainda neste ano pela Polícia Civil. O objetivo, de acordo com o secretário, é permitir que mulheres em situação de violência, para as quais já tenham sido expedidas medidas protetivas, possam acionar a Polícia Civil pelo aparelho celular. Ainda segundo o secretário, a Polícia Militar também avalia o trabalho com essa ferramenta.

A deputada Marília Campos considerou o compromisso assumido de alteração da sede da Deam de Contagem para um novo local como um importante passo. Restariam, então, segundo a deputada, outras questões a serem implementadas, como a ampliação da equipe de trabalho da Deam e o funcionamento da unidade em regime de plantão; a capacitação de equipes de outras delegacias para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; a formalização do convênio para implantação da cadeia de custódia¹⁴, junto ao Hospital Municipal de Contagem, a fim de propiciar a preservação e a idoneidade das provas periciais; e a implementação de ações voltadas para os agressores, tendo em vista o alto índice de reincidência – citando como prática a ser replicada o projeto Dialogar, desenvolvido pela Polícia Civil. Além disso, a deputada pleiteou a oficialização do grupo de trabalho – que se reunia naquele momento – como uma instância permanente, com a indicação formal dos órgãos e entidades componentes.

Sobre as ações direcionadas aos homens agressores, foi esclarecido pela equipe técnica da Sejusp que o programa Central de Penas Alternativas – Ceapa –, desenvolvido entre as estratégias de prevenção social à criminalidade no Estado, tem atuado com esses homens, a partir do encaminhamento pelo Poder Judiciário, e por meio de grupos de responsabilização. Segundo os

14 Vide Nota 9.

técnicos da Sejusp, o número de encaminhamentos ao programa poderia ser, até mesmo, ampliado. Foi informado também que o programa Mediação de Conflitos tem realizado o acompanhamento de mulheres em situação de violência, inclusive para orientação e encaminhamento aos serviços necessários. Os técnicos levantaram a possibilidade de os órgãos do sistema de justiça encaminharem essas mulheres em situação de violência para o Mediação de Conflitos, destacando que a única condição para o atendimento é que a mulher esteja inserida em algum dos territórios onde o programa atua. Finalizaram esclarecendo que em Contagem são atendidas aproximadamente 700 mulheres no âmbito desse programa.

O secretário cobrou, então, um canal de interlocução mais eficiente entre gestores do programa Mediação de Conflitos, Deams e a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, entendendo relevante a aproximação das atividades implementadas nessas várias esferas, já que complementares. Recomendou, assim, aos técnicos da Sejusp que acompanhavam a reunião, a realização de um encontro com gestores desses programas para entendimentos e definições a respeito.

Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para Mulheres de Contagem, lembrou que vários órgãos integram a rede de enfrentamento à violência em Contagem, citando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil. Esclareceu também que o município conta com serviço específico para o atendimento da mulher em situação de violência, o Espaço Bem-Me-Quero, que também compõe a rede. Ressaltou sua preocupação no sentido de firmar-se o diálogo entre essas instâncias de atuação, destacando a necessidade de integração do programa Mediação de Conflitos com o Espaço Bem-Me-Quero e com a rede, de modo geral.

Outro ponto destacado pela superintendente refere-se à implementação da cadeia de custódia. Segundo ela, foram entabulados alguns compromissos, no ano de 2018, para a implantação da cadeia da custódia em Contagem, Belo Horizonte, Betim e Sarzedo, por meio de uma pactuação entre prefeituras, secretarias municipais e hospitais municipais. Cobrou, então, a continuidade das medidas necessárias à implementação da cadeia de custódia, nos quatro municípios, já que as ações nesse sentido foram paralisadas.

Laise Aparecida Rodrigues, delegada titular da Deam de Contagem, relembrou a realização de um curso sobre a cadeia de custódia no município no ano de 2013. Reiterou a necessidade da capacitação, por técnicos do Instituto Médico Legal, de profissionais do Hospital Municipal de Contagem, para a implantação da cadeia de custódia, ou, alternativamente, a disponibilização de um perito no município para a realização dos exames periciais.

Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Rede Feminista da Saúde, reforçou a relevância da pactuação para a implantação da cadeia de custódia. Asseverou que Minas Gerais desenvolveu, ao longo dos anos, grande *expertise* no que toca a projetos de enfrentamento da violência contra a mulher, mas está perdendo o protagonismo nessas ações. Demonstrou preocupação, por outro lado, quanto à produção de dados e indicadores, frisando que os dados brutos não são eficazes, por si sós, para a orientação das políticas públicas. Considerou que a eventual redução nos números pode ocorrer em decorrência de outros fatores e não necessariamente pela diminuição da violência, a exemplo da subnotificação – sobre a subnotificação, citou notícia veiculada pelo jornal *O Tempo*, segundo a qual uma mulher teria ficado nove horas em uma delegacia de Polícia Civil e não foi atendida. Frisou que se a Deam não é eficiente, como porta de entrada, toda a rede e o sistema de justiça também não cumprirão a contento seu papel institucional. Reiterou a necessidade da participação de representantes da Secretaria de Estado de Saúde no grupo de trabalho, a fim de colaborar nas discussões inerentes à implantação da cadeia de custódia e também à qualificação dos dados de violência contra a mulher oriundos das notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan.

Sobre esse ponto específico – a cadeia de custódia – mencionado pelas participantes, o secretário reiterou a necessidade de sua implementação. Concordou, ainda, com a necessidade de formalização do grupo de trabalho, conforme suscitado pela deputada Marília Campos e outras participantes, destacando que seria importante a integração de outros órgãos ou instituições, a exemplo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Estado de Saúde, além de conselhos de direitos.

Eduardo Felisberto Alves, comandante da 2ª Região de Polícia Militar, esclareceu que a corporação atua em dois momentos distintos: no primeiro, para efetivar as medidas imediatas ou primárias de intervenção, a partir do recebimento das denúncias pelo 190, e, no segundo momento, por meio da PPVD, que acompanha os casos – especialmente aqueles percebidos como mais graves – por meio da realização de visitas, com o objetivo de prevenir outros eventos e mitigar, em consequência, a reincidência. Sobre os Reds, informou que existe uma resolução interna a respeito de sua lavratura, mas concordou com a importância de aprimoramento desses registros. Também informou que a PMMG deseja ampliar o atendimento pela PPVD em Contagem, já que hoje existe somente uma célula no município. Ao final, esclareceu que foi feita uma vistoria no prédio do antigo fórum de Contagem pela corporação, que avaliou que o edifício tem condições de abrigar, além da Deam, um equipamento da PMMG e, ainda, uma unidade prisional, se for considerado necessário. Em uma avaliação preliminar, estimou um custo de R\$500.000,00 a R\$600.000,00 para a reforma integral do imóvel.

Questionado pela secretária municipal Luzia Ferreira, o secretário Mário Lúcio Araújo esclareceu que inexistia rubrica no orçamento do Estado para essa reforma. Propôs, em seguida, a realização de uma visita ao prédio do antigo fórum em Contagem, por uma comissão do grupo de trabalho, para verificar as condições do imóvel. Salientou que seria providenciada uma visita prévia por engenheiros da Sejusp, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Propôs, também, fosse agendada uma reunião com o prefeito de Contagem para tratar pessoalmente do assunto, inclusive no que se refere ao orçamento necessário à obra.

A deputada Marília Campos argumentou que a Deam pode ser transferida tanto para o prédio do antigo fórum quanto para outro imóvel no município, sendo que deve ser considerado o que melhor atenda à população. Asseverou que seria interessante que fossem verificados outros locais, sem desconsiderar o imóvel em questão, considerando-se a proporção da reforma a ser realizada no antigo fórum, o que exigiria um prazo grande.

Sobre isso, o secretário reputou a possibilidade de a reforma ser realizada por fases, o que poderia agilizar o prazo da reforma da área correspondente à Deam. Considerou interessante aproximar ou concentrar as atividades das Polícias Civil e Militar, destacando que unidades “isoladas” – além de gerarem mais custos, como o pagamento de alugueis de vários imóveis, por exemplo – geram prejuízos para a eficiência e a integração dos órgãos de segurança pública. Lembrou, nesse sentido, a concepção das Risps, que aproximam e integram as polícias, produzindo melhores resultados.

Especificamente sobre a reforma do prédio do antigo fórum, Décio Camargos, secretário de Defesa Social de Contagem, destacou que há previsão orçamentária no município para essa finalidade e que a proposta é iniciar a reforma ainda neste ano.

O secretário Mário Lúcio Araújo finalizou a reunião, destacando a relevância do encontro do grupo de trabalho, que trouxe várias contribuições para o aprimoramento dos serviços e das entregas à população na área de segurança pública.

Registrou, então, como próximos compromissos do grupo de trabalho:

- visita¹⁵ ao prédio do antigo fórum em Contagem, por uma comissão retirada do grupo de trabalho, precedida de visita técnica a ser realizada por engenheiros da Sejusp, da Polícia Civil e da Polícia Militar;
- reunião com o prefeito de Contagem para tratar pessoalmente da disponibilização do mencionado imóvel para o funcionamento da Deam.

Anotou, também, como principais ações a serem pensadas, a partir das discussões realizadas:

15 Visita realizada em 29/7/2019, pela deputada Marília Campos, acompanhada de componentes do grupo de trabalho.

- institucionalização¹⁶ do grupo de trabalho interdisciplinar de enfrentamento à violência contra a mulher, ampliando-o, para participação de outros organismos, inclusive da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;
- retomar os procedimentos, a nível municipal inclusive, para a implementação da cadeia de custódia em Contagem;
- buscar estratégias para ampliar as ações direcionadas aos homens agressores, como forma de mitigar conflitos e a reincidência;
- promover a aproximação, em Contagem, da Deam, da PPDV, do Espaço Bem-Me-Quero, da rede de enfrentamento da violência contra a mulher e dos programas Mediação de Conflitos e Ceapa;
- capacitar policiais militares e civis, tanto das Deams, quanto das demais delegacias, para a lavratura dos Reds e o atendimento das mulheres em situação de violência;
- buscar estratégias para melhorar a coleta de dados e indicadores, aproveitando de modo eficiente os índices das notificações de saúde também dentro dos dados da segurança pública.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, de conhecer as ações de enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como discutir as medidas para a reestruturação da Deam do Município de Contagem. Na oportunidade, foram ouvidos, em reunião, autoridades e gestores com atuação na política de segurança pública, bem como representantes da sociedade civil organizada, componentes da rede de enfrentamento da violência contra a mulher, o que propiciou a realização de alguns compromissos e o apontamento de ações a serem objeto de planejamento no Estado.

9 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Santa Luzia, em 18/7/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.101/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 18/7/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – do Município de Santa Luzia, com a finalidade de conhecer a estrutura e o funcionamento da unidade.

A deputada Marília Campos, presidenta da comissão, realizou a visita, com a participação de autoridades, gestores, assessores e assessoras parlamentares e representantes da sociedade civil. Entre os presentes, destacamos: Wander Carvalho, secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania de Santa Luzia; Suzane Duarte Almada, vereadora de Santa Luzia; Luíza Maria

¹⁶ Posteriormente à realização desta visita, foi publicado o Decreto nº 47.704, de 3/9/2019, que institui o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Ferreira Pinto, vereadora de Santa Luzia; Paulo Henrique Paulino e Silva, vereador de Santa Luzia; Bianca Prado, delegada da Deam de Santa Luzia; Isabel Fernandes Lino de Azevedo, assistente social do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, da Deam de Santa Luzia; Karla França, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais; Adriana Aparecida Brito, gestora da Política de Prevenção Social da Criminalidade em Santa Luzia; Fabricio Cassanjo, presidente da Comissão de Prevenção à Violência Doméstica da OAB-MG, Subseção de Santa Luzia; Sgt. PM Cristiane Rodrigues Dias Rocha, da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD –, da PMMG, de Santa Luzia; Kátia Cilene Goulart dos Santos, superintendente da Assistência Social de Santa Luzia; Nágila, assistente social, com atuação na proteção social básica; Rivane Danielle Pinheiro Araújo, assistente social, com atuação no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – de Santa Luzia; Andreza Mara Santos Duarte, psicóloga, com atuação no Creas de Santa Luzia; Dayana Maria Fonseca, Flávia Souza Rocha e Bruna Cristina Santos, do programa Mediação de Conflitos em Santa Luzia; Paula, coordenadora da Ocupação Vitória; Fernanda Perpétuo, advogada, com atuação no Consórcio Mulheres das Gerais; e Madalena Dias, representante da sociedade civil e assessora do mandato da vereadora Suzane Duarte Almada.

Após conhecer as dependências da Deam, a deputada Marília Campos deu início a uma reunião entre os presentes.

A deputada informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG tem realizado uma série de visitas às delegacias especializadas de atendimento à mulher da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lembrou que a comissão pretende produzir uma publicação reunindo os relatórios dessas visitas, de modo a consubstanciar as realidades vivenciadas nas delegacias e as principais demandas. Convidou os presentes, então, a participarem de uma reunião na Assembleia Legislativa para a apresentação desse documento, em data a ser marcada, ressaltando a importância do comparecimento das pessoas que integram as redes de enfrentamento da violência contra a mulher dos vários municípios visitados. Isso porque, considerou, esse evento será uma oportunidade para sensibilizar representantes dos Poderes Legislativo e Executivo quanto à violência contra a mulher, bem como para dar visibilidade às várias dificuldades vivenciadas pelas Deams no Estado.

A deputada também abordou o crescimento da violência contra a mulher em Minas Gerais, incluindo o número de feminicídios – e destacou que o problema ainda é agravado por fatores como a subnotificação e falhas na caracterização ou tipificação dos casos de violência contra a mulher e tentativas de feminicídio, muitas vezes registrados, por exemplo, como lesão corporal. Informou, ainda, que o crescimento dos índices de violência contra a mulher foi uma das questões abordadas durante reunião realizada entre um grupo de trabalho e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, na data de 15/7/2019. Naquela oportunidade, lembrou a deputada, foram

apresentadas as demandas da Deam de Contagem, as quais também se aplicam, de modo geral, às demais delegacias especializadas do Estado. Encerrou sua fala inicial destacando a necessidade da ampla mobilização de gestores e sociedade civil em torno do direito à vida das mulheres e do fortalecimento das políticas de enfrentamento da violência.

Wander Carvalho, secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania de Santa Luzia, informou que o município está tomando as providências necessárias à reativação do Conselho Municipal da Mulher, cuja posse está definida para a data de 31/7/2019. Ele considerou que a atuação do conselho contribuirá substancialmente para a articulação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher no município, propiciando maior aproximação entre representantes da rede e gestores – como da área da saúde, por exemplo, que tem representação no conselho. Também informou que o município é associado do Consórcio Mulheres das Gerais e tem desenvolvido um trabalho relevante no acompanhamento das mulheres em situação de violência por meio do Creas.

A deputada Marília Campos interveio para pontuar a relevância da reativação do Conselho Municipal da Mulher em Santa Luzia, salientando que a Comissão de Defesa Direitos da Mulher da ALMG tem fomentado a criação de conselhos municipais e trabalhado para fortalecer esses organismos. Considerou importante que os conselhos atuem no aprimoramento das leis municipais sobre o tema da violência contra a mulher. Sugeriu, nesse sentido, que o Município de Santa Luzia estabeleça, por meio de lei específica, uma data de combate ao feminicídio, indicando como exemplo a Lei nº 23.144, de 2018, que institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Asseverou que a incorporação dessa data pelos municípios por meio de leis com essa finalidade propicia visibilidade ao problema da violência contra a mulher e contribui, em consequência, para o seu enfrentamento.

A deputada também abordou o acordo firmado, no âmbito do Estado, para a realização de concurso de redação nas escolas estaduais sobre o assunto. Explicou que o objetivo do projeto é mobilizar a comunidade escolar sobre a não violência contra a mulher e contribuir para a disseminação de uma cultura de paz no ambiente escolar, e sugeriu que também sejam promovidas, pelo município, iniciativas semelhantes.

Karla França, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais, informou que o consórcio agrega 12 municípios. Esclareceu que atualmente coordena a Casa Sempre Viva, um equipamento de referência no âmbito da rede, que executa um importante papel no acolhimento e na proteção das mulheres em situação de violência. Explicou que a unidade dispõe de uma equipe capacitada para o atendimento nas áreas jurídica e psicossocial, efetivando, ainda, encaminhamentos a outros serviços da rede. Registrou que a adesão dos municípios ao consórcio incrementa e fortalece as redes locais de enfrentamento da violência. Enalteceu, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Creas de Santa Luzia no atendimento às mulheres em situação de violência.

Paulo Henrique Silva, vereador de Santa Luzia, destacou que, apesar de todo o esforço por parte dos servidores da Deam e de gestores do município, a delegacia requer atenção do Estado: além da necessária melhoria na estrutura e em equipamentos, a unidade possui um grande déficit de recursos humanos. Cobrou maior apoio, inclusive por meio da disponibilização de mais recursos para a unidade, por parte do poder público estadual.

Adriana Brito, gestora da Política de Prevenção Social da Criminalidade em Santa Luzia, discorreu sobre os quatro programas desenvolvidos no âmbito da política: Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Penas Alternativas – Ceapa – e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp. Destacou que o Mediação de Conflitos vem realizando o acompanhamento das mulheres em situação de violência e a Central de Penas Alternativas também tem desenvolvido um trabalho voltado para os homens agressores, por meio de grupos reflexivos.

Dayana Fonseca, do programa Mediação de Conflitos em Santa Luzia, acrescentou que o projeto atende muitas mulheres. Esclareceu que, a partir de uma demanda específica – como a realização de um divórcio, por exemplo –, são identificadas, em muitos casos, várias formas de violência contra as mulheres. Para ela, as maiores necessidades são a criação de uma casa de apoio para as mulheres em situação de violência no município; a implantação do plantão 24 horas na Deam de Santa Luzia; a consolidação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher na cidade e o fortalecimento das ações de prevenção das violências, inclusive no âmbito das escolas.

Fabricio Cassanjo, presidente da Comissão de Prevenção à Violência Doméstica da OAB/MG, Subseção de Santa Luzia, informou que o município tem desenvolvido ações voltadas para a prevenção da violência contra a mulher, citando projetos em espaços como escolas e indústrias. Falou sobre a intenção da OAB de realizar uma parceria com a Deam de Santa Luzia para, no menor prazo possível, instalar uma sala na delegacia e disponibilizar estagiários do curso de Direito durante todo o horário de funcionamento da unidade.

A Sgt. PM Cristiane Rocha, da PMMG em Santa Luzia, discorreu sobre o trabalho desenvolvido pela PPVD, informando que a patrulha realiza o pós-atendimento nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de um programa de acompanhamento das vítimas e também dos autores; o objetivo, frisou, é contribuir para o rompimento do ciclo da violência. Esclareceu que a PPVD é uma atividade que consta do portfólio de serviços da PMMG, mas, por não ser um serviço de prestação obrigatória, sua implantação depende da existência de condições, especialmente recursos humanos. Registrou que o serviço existe desde o ano de 2017 em Santa Luzia e conta atualmente com três militares. Ressaltou que são muitos os casos a serem acompanhados, porém são priorizados pelo serviço aqueles de maior gravidade, tendo em vista as condições de atendimento da equipe – que é bem reduzida. Detalhando um pouco mais sobre o trabalho, esclareceu que a PPVD presta, a partir do primeiro contato, o suporte à vítima. Após essa

primeira intervenção, a PPVD passa a realizar um acompanhamento da mulher em situação de violência, inclusive com o monitoramento do agressor, priorizando os casos considerados mais graves ou em que há reincidência. Questionada pela deputada Marília Campos, disse que a principal demanda para a melhoria desse serviço é a designação de mais uma equipe para realizar esse atendimento.

Kátia Goulart dos Santos, superintendente da Assistência Social de Santa Luzia, disse que o município passa por um momento de reestruturação da assistência social, ressaltando que a política de assistência social possui papel importante para a política de enfrentamento da violência praticada contra a mulher, já que desenvolve ações de natureza protetiva e preventiva.

Nágila, assistente social, Rivane Araújo, assistente social, e Andreza Duarte, psicóloga, com atuação na proteção social básica e no Creas de Santa Luzia, abordaram o desenvolvimento do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Paefi –, por meio do qual se realiza acompanhamento técnico especialmente voltado para mulheres, crianças e adolescentes, e idosos. Esclareceram que o Creas recebe encaminhamentos de toda a rede municipal. No caso das mulheres em situação de violência, informaram que o acompanhamento é realizado em parceria com o Consórcio Mulheres das Gerais. Ressaltaram, também, que há uma rede de proteção à mulher e enfrentamento à violência formalizada no município, mas que precisa ser mais bem articulada, de forma a tornar-se mais efetiva.

Flávia Rocha e Bruna Santos, do programa Mediação de Conflitos em Santa Luzia, ratificaram a necessidade da implantação da casa de apoio no município. Acrescentaram que muitas mulheres têm dificuldade de acessar a Deam, bem como de se deslocar de um equipamento para o outro, citando como exemplo as moradoras de regiões ou bairros mais distantes, como o Palmital, o São Cosme e o Alto São Cosme, os quais apresentam grandes índices de violência doméstica e familiar. Asseveraram que tais dificuldades inviabilizam, muitas das vezes, o devido atendimento das mulheres que necessitam do acompanhamento da rede.

Paula, coordenadora da Ocupação Vitória, destacou que cerca de 20% da ocupação está localizada no Município de Santa Luzia (na divisa com Belo Horizonte). Pontuou a ausência de ações no que toca ao atendimento das mulheres em situação de violência da comunidade, frisando que as intervenções policiais têm sempre por foco outras situações, como o tráfico de drogas. Pleiteou a implementação de medidas de cuidado e proteção das mulheres nas ocupações, particularmente nos territórios urbanos, por meio de ações nas áreas de saúde, assistência social, defesa social e segurança, tanto por parte do município quanto do Estado.

Fernanda Perpétuo, advogada, com atuação no Consórcio Mulheres das Gerais e na Casa Sempre Viva, firmou que “a rede não conhece a rede”, referindo-se à falta de articulação entre

os vários órgãos e entidades que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Defendeu o desenvolvimento de mais ações de prevenção da violência doméstica e familiar, bem como de capacitação permanente das pessoas que prestam os serviços, inclusive no âmbito da própria rede.

Isabel Azevedo, assistente social do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Deam de Santa Luzia, entregou à deputada Marília Campos cópia do protocolo de atendimento adotado na delegacia, o qual vem sendo empregado desde julho de 2018. Ressaltou, também, a importância de gestores e servidores da área da saúde municipal conhecerem melhor esse protocolo. Nesse sentido, avaliou ser necessária a reativação da Comissão de Prevenção à Violência, já implantada em Santa Luzia com a participação de representantes de vários órgãos, a exemplo da Secretaria Municipal de Saúde, da Deam e do Conselho Tutelar.

Madalena Dias, representante da sociedade civil e assessora do mandato da vereadora Suzane Almada, cobrou a revisão da lei e a adequação do edital que dispõe sobre as regras de composição do Conselho Municipal da Mulher, a fim de propiciar a participação de grupos da sociedade civil de fato interessados e atuantes nas políticas para mulheres. Segundo ela, a legislação – e o edital de chamamento, por conseguinte – dificulta o acesso de grupos de mulheres que, apesar de extremamente representativos no município, não preenchem requisitos previstos, a exemplo da preexistência de registro em cartório, e não podem integrar, em consequência, o conselho. Além dessa questão, corroborou as manifestações anteriores sobre a necessidade de implantação de uma casa de apoio, ou um centro de referência no município, a exemplo da Casa Sempre Viva, gerida pelo Consórcio Mulheres das Gerais.

Bianca Prado, delegada da Deam de Santa Luzia, esclareceu que acumula essa e outra função, a de titular da 2ª Delegacia de Polícia Civil do município. Informou que existem atualmente cerca de 4.500 procedimentos em curso na Deam, frisando que “seriam necessários três delegados para o atendimento da demanda gerada”. Registrou que são instaurados na Deam cerca de 80 inquéritos policiais por mês, com aproximadamente 30 prisões em flagrante, tendo sido lavrados, em 18 meses, cerca de 3.200 boletins de ocorrência – uma média de seis por dia. Ressaltou que muitas das ocorrências referem-se a crimes sexuais, em especial estupro de vulnerável, sendo muito alto o quantitativo desse último crime no município.

Sobre os recursos de infraestrutura e humanos, informou que o prédio em que funciona a Deam é de propriedade do município, esclarecendo, sobre sua equipe de trabalho, que dispõe somente de uma escrivã e quatro investigadores. Acrescentou que na 2ª Delegacia de Polícia Civil, da qual é titular, conta também com somente quatro investigadores, apesar de a unidade abranger 54 bairros do município. A título de comparação, lembrou que a Deam de Contagem

possui cerca de 3.000 procedimentos instaurados, ao passo que a Deam de Santa Luzia, que possui número maior, 4.500 procedimentos, conta com metade da equipe.

Ressaltou que o número de servidores hoje é menor que nos anos 1990, pelo que considera praticamente impossível a implantação do plantão 24 horas na Deam de Santa Luzia. Considerou interessante, diante dessa dificuldade, que todas as equipes das delegacias de plantão contassem com, pelo menos, uma mulher, para auxiliar no atendimento de mulheres em situação de violência: seria, segundo a delegada, uma medida para minorar o problema e propiciar melhores condições de atendimento.

A delegada frisou que, na realidade, “gasta-se um mês para se prender um autor em flagrante e se não é flagrante, muitas vezes, a prisão sequer é realizada”. Além disso, vários pedidos de prisão preventiva nem mesmo chegam a ser cumpridos, tamanha a escassez de recursos humanos. Toda essa situação gera a inaplicabilidade ou a inexecução dos preceitos da Lei Maria da Penha.

Questionada pela deputada Marília Campos sobre a relação entre a Polícia Civil e o Poder Judiciário no município, a delegada destacou que há interação e uma boa relação com a juíza criminal, mas a sobrecarga de trabalho prejudica a produção dos resultados. Informou, no que toca à Defensoria Pública, a inexistência de defensor público com atuação na área criminal na comarca.

Sobre o protocolo de atendimento na Deam, explicou que a vítima é ouvida pelo investigador, num atendimento que pode durar de meia hora até duas horas – média de 45 minutos –, momento em que é lavrado o boletim de ocorrência, expedido o requerimento para deferimento de medida protetiva e prestadas todas as informações necessárias para o comparecimento da vítima ao Instituto Médico Legal para o exame pericial, além da coleta de uma oitiva parcial da vítima. Ainda de acordo com a delegada, em razão da falta de pessoal, a equipe prioriza a atuação nos casos considerados mais graves. Para isso, é realizada uma triagem, de modo a propiciar maior celeridade nos procedimentos que envolvem vítimas ainda mais vulneráveis à situação de violência. Os resultados das apurações demoram, não há recursos humanos, firmou a delegada, registrando que se não for prioridade, a apuração se encerra, em média, após três anos.

Para a delegada Bianca Prado, o aumento do efetivo é uma necessidade urgente. Informou que a Deam dispõe atualmente de uma assistente social e precisa de uma psicóloga em caráter efetivo – já que a delegacia conta com uma psicóloga voluntária, e estagiários, que auxiliam no atendimento psicossocial. No entanto, lembrou, os estagiários estão efetivamente na delegacia somente oito meses por ano, já que não estão disponíveis em períodos de férias e no início do ano letivo.

Diante dessa situação, a delegada esclareceu que parcerias com a sociedade civil têm sido buscadas. Citou, como exemplo, a recente criação de grupos de mulheres voltados para o desenvolvimento de ações destinadas ao seu empoderamento. Informou que há previsão de 150 mulheres participarem desses encontros, sendo que o início do primeiro grupo está previsto para o mês de agosto. A intenção é realizar, no espaço da Deam, atividades que auxiliem na autonomia dessas mulheres, como a realização de oficinas por exemplo. Também informou que atualmente são atendidos de 200 a 300 homens agressores, encaminhados pela juíza criminal da comarca, os quais participam de 10 a 12 encontros reflexivos, em grupos organizados pela Ceapa e pela rede de enfrentamento da violência contra a mulher. A delegada lembrou que as medidas inerentes ao processo penal, por si só, não trazem a resolutividade necessária às questões vivenciadas pelas mulheres em situação de violência. São necessárias diversas outras medidas, de cunho social, inclusive.

Respondendo a questionamentos da deputada Marília Campos, informou que não foram registradas ocorrências de feminicídio, no ano de 2019, em Santa Luzia; no entanto, foram noticiadas três tentativas neste ano. Sobre o quantitativo de registros de violência contra a mulher, informou que foram noticiadas na Deam 1.077 ocorrências policiais de violência contra a mulher de janeiro a junho de 2018 e 1.030 de janeiro a junho de 2019.

A delegada reiterou, como principal problema na Deam, a insuficiência de recursos humanos: “falta gente”, frisou. Asseverou que seria necessário, no mínimo: uma delegada titular (que respondesse exclusivamente pela Deam), mais uma escrivã e mais três investigadores (de preferência com formação ou perfil favoráveis ao atendimento). Além da ampliação da equipe da Deam, considerou necessária a disponibilização de uma viatura descaracterizada para investigação. Ressaltou ainda como medidas relevantes para a efetiva persecução penal em Santa Luzia, a designação de um defensor público com atuação na área criminal e de execução penal e a criação de mais uma Vara Criminal e de Execuções Penais na comarca – que auxiliaria na distribuição dos processos e propiciaria, em consequência, maior agilidade nos casos inerentes à Lei Maria da Penha.

Acrescentou que há uma parceria importante entre a Polícia Civil e a administração municipal, ressaltando que atualmente há um guarda municipal lotado na Deam. Lembrou que a Guarda Civil municipal tem um projeto para implementação de uma patrulha, nos moldes da PPVD, da PMMG. Segundo a delegada, a instituição está cogitando realizar um seminário para os guardas municipais sobre o tema.

A Deam lida com grandes problemas, firmou a delegada. E, para além de todas as dificuldades enfrentadas, a delegacia especializada lida, ainda, com o preconceito em relação ao

trabalho desenvolvido, advindo, entre outras causas, de uma certa aceitação das violências praticadas contra a mulher, como se se tratasse de um crime menor.

A deputada Marília Campos lamentou a ausência de defensor público com atuação na área criminal na comarca, o que prejudica muito, a seu ver, a condição de defesa das mulheres. Corroborou a manifestação da delegada Bianca Prado no que concerne à urgente necessidade de aumentar o quantitativo de profissionais e melhorar a estrutura de atendimento da Deam. Considerou o mesmo em relação à PPVD, que precisa ser ampliada. Também considerou importante o trabalho com os homens agressores, ressaltando que além da Ceapa, órgãos municipais e estaduais precisam investir de fato em projetos com essa finalidade.

Ao final, a deputada reiterou a relevância das visitas realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG às Deams, frisando que essas ocasiões constituem uma grande oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido. Ressaltou que a comissão visa dar visibilidade não somente aos problemas, mas também às boas experiências, as quais somente são possíveis graças ao grande esforço pessoal dos profissionais que compõem as equipes das delegacias especializadas. Destacou que, em meio a tantas dificuldades, encontrou pessoas dedicadas e comprometidas com o trabalho, a exemplo da equipe da Deam de Santa Luzia.

Frisou, por outro lado, a necessidade da consolidação e da divulgação dos dados de violência contra a mulher em Santa Luzia, e no Estado de forma geral, como forma de propiciar “a disputa” de recursos orçamentários. A deputada também falou sobre o Projeto de Lei nº 4.813/2017, de sua autoria, que institui a Política de Prevenção Social da Criminalidade – que inclui os programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Ceapa e PrEsp –, destacando que essa futura norma pode contribuir no enfrentamento da violência contra a mulher. Solicitou, então, o apoio dos presentes à aprovação desse projeto de lei na Assembleia Legislativa.

Ao final, colocou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG à disposição da rede de enfrentamento da violência contra a mulher e do Município de Santa Luzia, e reiterou o convite para que os ali presentes participem do lançamento da publicação que reunirá os registros das visitas realizadas pela comissão às Deams. Frisou sua intenção de, por meio dessa publicação, incentivar a busca de investimentos para as polícias, principalmente a Polícia Civil, durante o processo de discussão do orçamento e do Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado na Assembleia.

A vereadora Suzane Almada destacou o trabalho da rede, bem como dos coletivos de mulheres, apesar das várias limitações, realçando a importância da adesão pelo Município de Santa Luzia ao Consórcio Mulheres das Gerais, assim como a reativação do Conselho Municipal da Mulher. Frisou a necessidade de garantir recursos, também durante a revisão do PPA e da LOA

municipais, para o desenvolvimento de ações essenciais e transversais, como a criação de vagas em Umeis, a realização de exames especializados para as mulheres, condições para a maior escolaridade e inserção da mulher no mercado de trabalho e o apoio a projetos culturais de interesse das mulheres.

Ao final da reunião, os participantes propuseram a realização de uma reunião da rede de enfrentamento da violência contra a mulher de Santa Luzia, que foi inicialmente agendada para o dia 12/8/2019, às 14 horas, no auditório da Prefeitura, para discutir a integração das instituições e entidades que compõem a rede e as estratégias de atuação no município.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo colhido informações sobre os recursos humanos e verificado as condições da estrutura física do prédio da Deam de Santa Luzia. Em decorrência da visita, foi solicitado o encaminhamento de requerimentos¹⁷ com as seguintes finalidades:

- pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – para efetivar as melhorias estruturais necessárias na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Santa Luzia, disponibilizar para a unidade uma viatura descaracterizada para investigações, bem como ampliar a equipe, por meio da designação de uma delegada de polícia (para atuação exclusiva na Deam); mais uma escrivã e mais três investigadores, considerando-se ser esse quantitativo de profissionais imprescindível à realização das atividades inerentes à delegacia especializada;
- pedido de providências à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para ampliar o trabalho da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – em Santa Luzia, por meio da designação de, pelo menos, mais uma equipe para a realização desse atendimento no município;
- pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Prefeitura Municipal de Santa Luzia para realizarem estudo sobre a implantação de uma casa de apoio ou centro de referência para a mulher no Município de Santa Luzia;
- pedido de providências à Defensoria Pública do Estado para analisar a oportunidade da designação de defensor público com atuação na área criminal e de execução penal para a Comarca de Santa Luzia;
- pedido de providências ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para analisar a oportunidade da implantação de mais uma Vara Criminal e de Execuções Penais na Comarca de Santa Luzia;

¹⁷ Requerimentos de Comissão nºs 4.768, 4.769, 4.770, 4.771, 4.773, 4.775 e 4.776/2019, aprovados na 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 17/10/2019.

- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Santa Luzia para estruturar o Conselho Municipal da Mulher;
- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Santa Luzia para ampliar as ações voltadas para a prevenção à violência doméstica e familiar, com vistas a contribuir para a redução dos índices de violência no município.

10 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Vespasiano, em 29/8/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.100/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 29/8/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Vespasiano, localizada na Rua Modestino Fonseca Cota, 369, Bairro Jardim Itaú, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Marcelo Mandel, delegado regional de Vespasiano; Nilo Costa Junior, inspetor da PCMG; Hermes da Silva Neto, inspetor da Deam; Francielly Queiroz, delegada substituta da Deam; Gilson Rodrigues, chefe do 3º Departamento da PCMG; Camila Soares, escrivã da Deam; vereadora Luciene Maria Fonseca, da Câmara Municipal de Vespasiano; vereador Irmão Josué, da Câmara Municipal de Vespasiano; Nayara Rocha Perdigão Lara, secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Vespasiano; Rondinélia Pereira Carvalho, do programa Mediação de Conflitos; Eduarda Castro Soares e Patrícia Rodrigues Guimarães, da OAB Vespasiano; Adriana Alves Lara, ativista e ex-vereadora do Município de Vespasiano; Suelen Mansur, da Prefeitura de Vespasiano; Denise Pereira, da Pastoral Carcerária; Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Lorena Luiza Chagas Lemos, Daniela Tiffany e Hamilton Reis, assessores da deputada Marília Campos; Roseli Fonseca, Thercia Faria, Elaine Moares e Wesley Silva Gualberto, assessores da vereadora Luciene Maria Fonseca; Tania Maria Colares, da sociedade civil; Aduana, Rosa Costa, Santuza Fonseca e Cássia Oliveira, moradoras de Vespasiano.

Inicialmente, a deputada Marília Campos esclareceu aos presentes que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Deam de Vespasiano. A parlamentar explicou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elegeu como pauta principal, neste ano, a luta contra o feminicídio, e que as visitas às delegacias de mulheres da região metropolitana fazem parte das várias ações que estão sendo realizadas. As visitas objetivam verificar o funcionamento dos equipamentos e as políticas e ações que podem ser implementadas com vistas a contribuir para a redução dos casos de feminicídio. Por fim, destacou que o índice de feminicídios está cada vez maior e que é necessário promover debates para enfrentar esse problema.

O inspetor Hermes da Silva Neto apresentou as dependências da delegacia à deputada e demais visitantes. Informou que a delegacia funciona em uma casa alugada pela Prefeitura de Vespasiano. A estrutura é composta por uma recepção com brinquetoca, um cartório, uma inspetoria, a sala da delegada, uma cozinha e um banheiro. Segundo ele, a unidade, criada em 2000, foi transferida para o atual endereço há um ano e conta hoje com uma delegada substituta, um inspetor, dois investigadores e uma escrivã, sendo que a delegada titular está de licença maternidade, um dos investigadores, de licença médica e o outro, de férias. Contou que além da falta de efetivo, a delegacia precisa de materiais e equipamentos básicos para a realização dos trabalhos, como viaturas descaracterizadas. Ponderou que apesar do reduzido número de servidores, eles se empenham para realizar o trabalho da melhor maneira possível, acolhendo as vítimas e solicitando as medidas protetivas com a urgência necessária.

Explicou que a delegacia atende exclusivamente casos de violência doméstica e sexual e que o expediente é de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12 horas e das 14 horas às 18h30min. À noite e aos finais de semana, as vítimas precisam se dirigir ao plantão, em uma delegacia instalada no Bairro Morro Alto, mas, segundo ele, as mulheres preferem esperar para serem atendidas na delegacia especializada, a não ser em situações emergenciais. Contou que o atendimento do Instituto Médico Legal é realizado na delegacia regional, que conta com plantão e quatro médicos legistas, que se revezam.

Ao ser indagado pela deputada Marília Campos, Marcelo Mandel, delegado regional de Vespasiano, informou que há, atualmente, mil inquéritos em tramitação e 1,5 mil investigações – diligências preliminares – em andamento. Reconheceu o déficit de efetivo e relatou que uma das prioridades da corporação é designar ao menos mais um investigador para a delegacia, mas frisou que o efetivo ideal seria de, pelo menos, mais quatro investigadores e um escrivão, além de profissionais de apoio administrativo. Explicou que está ocorrendo uma municipalização da segurança pública. Os prefeitos estão fazendo parcerias com a Polícia Civil e, além de alugar imóveis para instalação das delegacias, estão cedendo servidores públicos para auxiliarem com o trabalho administrativo, como telefonistas e recepcionistas.

Ao ser questionada pela deputada Marília Campos, a escrivã Camila Soares informou que são recebidas, por mês, cerca de 40 denúncias presenciais e 160 por telefone. Disse ainda que, em 2018, foram solicitadas 480 medidas protetivas, e que neste ano, até agora, já houve 284 solicitações. Informou, também, que o juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vespasiano é muito atuante e preza pela concessão rápida das medidas protetivas e, ainda, encaminha os casos mais urgentes para acompanhamento da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD. Frisou que, como única escrivã, monta todos os processos e não consegue atender a demanda a contento. E

explicou que todos os processos estão iniciados, mas são priorizados para andamento os casos mais urgentes e reiterados.

A secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Vespasiano, Nayara Rocha Perdigão Lara, informou que a sede da delegacia mudou de local no início do ano e que priorizaram para escolha da nova sede a localização e a infraestrutura. Salientou que a secretaria, apesar das dificuldades, tem estruturado a rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Vespasiano. Ressaltou o trabalho conjunto de prevenção e repressão, que envolve a realização de atividades nas escolas com visitas rotineiras, por meio de uma equipe composta de uma psicóloga e duas assistentes sociais, seminários sobre o tema e os programas de mediação de conflitos e de acompanhamento de agressores. Além disso, destacou que conseguiram, junto à PMMG, a implantação da PPVD no município, que atua em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – e conta, atualmente, com uma sargento, um cabo e uma soldado. Informou, ainda, que o Conselho Municipal da Mulher se reúne uma vez ao mês, que nas reuniões são discutidas ações e medidas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e que, geralmente, participam representantes da PCMG, PMMG, Ministério Público, Defensoria Pública, além da sociedade civil organizada. A divulgação dos encontros ocorre por meio do *site* da prefeitura.

Gilson Rodrigues, chefe do 3º Departamento da PCMG, frisou a importância do Mediação de Conflitos, programa estadual que tem parceria com a prefeitura. Além disso, declarou que seria interessante que todo escrivão tivesse um auxiliar para a realização dos trabalhos burocráticos, o que contribuiria para o melhor fluxo do trabalho.

A deputada Marília Campos concordou com Gilson Rodrigues sobre a importância do programa Mediação de Conflitos e informou que está tramitando na ALMG o Projeto de Lei nº 4.813/2017, de sua autoria, que objetiva instituir a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, transformando, assim, os programas em políticas de Estado, de forma a manter sua continuidade mesmo após trocas de governo.

Francielly Queiroz, delegada substituta da Deam, explicou que acumula o comando da delegacia especializada com o de outras duas unidades, entre as quais uma de homicídios, que possui alta demanda. Indagada pela deputada Marília Campos sobre os casos de feminicídios tentados e consumados neste ano, a delegada informou que houve registro de dois casos de feminicídios tentados, que já foram concluídos e devidamente encaminhados, e nenhum caso de feminicídio consumado. Questionada por Bernadete Monteiro sobre a dificuldade em se caracterizar o feminicídio, a delegada informou que não há dificuldades, já que o investigador é capacitado para perceber os indícios desse tipo de crime.

Ao ser questionado por Bernadete Monteiro sobre a escassez de servidores, o delegado regional Marcelo Mandel informou que essa escassez já está formalmente documentada e só pode ser suprida com a realização de concurso público. Informou que possivelmente receberão, em outubro, delegados do último concurso. Contou que, como não há curso específico para capacitação dos servidores para identificação de feminicídios, procura manter os servidores antigos sem movimentação para não acarretar prejuízos relacionados ao conhecimento técnico e prático.

A vereadora Luciene Maria Fonseca, da Câmara Municipal de Vespasiano, agradeceu à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pela pauta prioritária de combate às violências contra as mulheres. Lembrou da violência física que sofreu dentro do plenário da Câmara Municipal em 2017 e disse que reuniu forças para enfrentar a situação, sem sentir medo nem vergonha. Ressaltou a importância de as mulheres se encorajarem e denunciarem seus agressores. Além disso, propôs que a delegacia de mulheres do município atenda todos os casos de violência contra a mulher, não só os de âmbito doméstico e familiar, para que casos como o dela possam ser denunciados nessa delegacia.

A deputada Marília Campos ressaltou que foi criado, por meio da Lei nº 23.144, de 2018, de sua autoria, o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, com o objetivo de estabelecer um marco para ampliar a visibilidade do tema, assim como dar oportunidade para que sejam promovidas ações para difundir o combate ao feminicídio. Neste ano a data marcou o lançamento oficial de um concurso estadual de redação sobre o tema “A importância da educação na prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio”.

Tania Maria Colares, moradora de Vespasiano, ficou surpresa com a rede de proteção à mulher do município e lamentou o reduzido número de servidores na delegacia. Frisou a importância de se abordar, nas escolas, o tema da violência doméstica, da necessidade de empoderar a mulher, bem como do fortalecimento da rede de proteção da mulher após a denúncia, já que muitas vezes elas são dependentes economicamente dos parceiros.

Cássia Oliveira, moradora de Vespasiano, lamentou a violência sofrida pela vereadora em 2017 e destacou a necessidade de se combater o machismo por meio da educação. Sugeriu a realização de concurso de redação no município nos mesmos moldes do que está acontecendo na rede estadual, como informou a deputada.

Denise Pereira, que trabalha na Pastoral Carcerária há mais de sete anos, denunciou que após o Presídio de Vespasiano ter se transformado em presídio exclusivamente feminino, há aproximadamente três meses, a pastoral ainda não teve acesso aos pavilhões para verificar relatos de superlotação.

Rondinélia Pereira Carvalho, do programa Mediação de Conflitos, denunciou que o serviço 181 Disque Denúncia não está funcionando adequadamente.

Adriana Alves Lara, ativista e ex-vereadora do Município de Vespasiano, ponderou que a rede de proteção às mulheres não deveria ser no Conselho Municipal da Mulher. De acordo com ela, um lugar específico daria mais liberdade para as mulheres e poderia ser um centro de acolhimento para, inclusive, fortalecer a vítima para seguir com a denúncia. Destacou a importância da capacitação dos servidores que atendem as mulheres vítimas de violência e sugeriu o uso da justiça restaurativa como estratégia para atuação nos casos de violência doméstica, pois, de acordo com ela, só punir não é a solução.

Nayara Rocha Perdigão Lara informou que a Prefeitura realiza treinamento com professores sobre a violência doméstica e eles ficam responsáveis por discutir a temática com os alunos. Explicou que após a denúncia as mulheres são acompanhadas pelo Creas e que há instituições conveniadas para abrigá-las. A deputada Marília Campos sugeriu a criação de um Centro de Apoio à Mulher, nos moldes do Benvinda, do Município de Belo Horizonte, que busca acolher e promover ações de fortalecimento das mulheres.

O vereador Irmão Josué parabenizou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por colocar a temática da violência contra a mulher em foco e concordou com a fala da presidenta da comissão sobre a necessidade da criação de um projeto semelhante ao Benvinda no município. Reforçou a importância da capacitação dos servidores que atuam com as mulheres vítimas de violência, inclusive de servidores da área da saúde para que tenham condições de identificar os casos de agressões.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que a comissão publicará um documento com os relatórios de todas as visitas realizadas pela comissão às delegacias de mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse documento será entregue ao Executivo, em audiência pública na ALMG, quando serão cobradas providências para a melhoria de estruturas e equipamentos, bem como para a recomposição do quadro de pessoal. Por fim, destacou que a luta é por mais recursos para o fortalecimento das delegacias especializadas, que possuem muita demanda e poucos servidores.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Vespasiano.

Em sua decorrência, foram apresentados os seguintes requerimentos¹⁸:

- pedido de informações sobre o funcionamento do serviço do Disque Denúncia 181, tendo em vista denúncia de seu funcionamento deficiente;

18 Requerimentos de Comissão nºs 4.230, 4.231, 4.232, 4.233 e 4.235/2019, aprovados na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2017.

- visita ao presídio feminino de Vespasiano, nesse município, para verificar as condições de encarceramento das detentas;
- pedido de providências para a criação de um grupo de Alcoólicos Anônimos no Bairro Morro Alto;
- pedido de providências para a criação de um centro de referência da mulher no município, com vistas a acolher as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
- pedido de informações sobre a alteração de funcionamento do presídio de Vespasiano que concentrou a população carcerária feminina.

11 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Nova Lima, em 30/8/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.102/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 30/8/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Valéria Decat de Moura Resende, delegada regional da 2ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Karina Resende Oliveira Vorcara, delegada de Polícia que responde pela Deam de Nova Lima; Lincoln Sette Câmara Simões, escrivão de Polícia da PCMG; Patrícia Magela Simões, escrivã de Polícia da PCMG; Tiago Lucas Teixeira, investigador de Polícia da PCMG; Jacqueline Campos Machado David, investigadora de Polícia da PCMG; Juliana Miranda de Souza, investigadora de Polícia da PCMG; Diego Garzon Henrique, secretário de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Nova Lima – PMNL; Janaína Araújo Dias Barbosa, diretora do Departamento de Direitos da Cidadania da PMNL; Raphael Henrique Pereira, integrante da Coordenadoria de Diversidade Sexual da PMNL; Tom Nascimento, integrante da Coordenadoria de Igualdade Racial da PMNL; Angélica Fortes, da Coordenadoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência da PMNL; Fátima Christianne Prezote, presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – Comdim – da PMNL; Elisângela Cruz, secretária executiva do Comdim; Carla Veloso, integrante do Comdim; Ramon Mascarenhas, integrante do Centro de Referência da Mulher da PMNL; Magda Buzetti Campos, integrante da Coordenadoria da Mulher de Nova Lima; Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos; Douglas Felipe Santana e Gabriela Regina de Faria, assessores do vereador – de Nova Lima – Flávio de Almeida; e Valtecir Costa, chefe de gabinete do vereador Flávio de Almeida.

A deputada Marília Campos esclareceu que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima. A parlamentar informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como ponto central da agenda de 2019. Explicou que as visitas às delegacias especializadas de atendimento à mulher constituem parte das ações desempenhadas pela comissão para conhecer o problema, especialmente porque são nesses espaços que as mulheres são primeiramente atendidas. A deputada ponderou que, dos 853 municípios do Estado, apenas 62 possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher, sendo que nem todas possuem delegadas ou delegados exclusivos.

A comissão foi recepcionada pela delegada regional Valéria Decat de Moura Resende, que chefia a 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil, com sede em Nova Lima. Segundo a delegada, no mesmo prédio onde funciona a Deam de Nova Lima, que é responsável pelas ocorrências de violência contra a mulher em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, também funciona a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima. Explicou que, desde maio de 2016, a delegada de Polícia Karina Resende Oliveira Vorcaro responde pelas duas unidades.

Em seguida, devido ao grande número de presentes na visita, todos foram encaminhados para uma área localizada no andar inferior do prédio. Nesse momento, a delegada de Polícia Karina Resende Oliveira Vorcaro apresentou algumas informações acerca da Deam de Nova Lima: como dito, a Deam divide a estrutura física com a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima, que possui atribuição de investigação de crimes diversos, como homicídios e tráfico de drogas; reconheceu que o mais adequado seria que a Deam possuísse uma autoridade policial exclusiva para atender as mulheres em situação de violência; as duas delegacias contam com um quadro de 2 escrivães e 6 investigadores de Polícia, sendo que um investigador está de licença médica por ter quebrado o pé durante uma operação policial; essa cumulação de espaço físico e de servidores acaba por prejudicar as atividades; afirmou que a demanda de trabalho da Deam é enorme; por mês, em média, 50 medidas protetivas são solicitadas ao Poder Judiciário, 60 inquéritos policiais são instaurados, 30 guias de exame de corpo de delito são emitidas e 22 prisões em flagrante são realizadas; sob sua responsabilidade tramitam 1.500 inquéritos policiais nas duas delegacias; mesmo com o acúmulo de trabalho e a deficiência de servidores, nenhuma mulher deixa de ser atendida e, se for necessário, a medida protetiva é solicitada ao Poder Judiciário no mesmo dia do atendimento; a delegacia registrou dois feminicídios em 2019; as ocorrências de lesão corporal e ameaça constituem a maioria dos casos que aportam na delegacia; como a unidade policial funciona apenas nos dias de semana, ocorrências policiais que ocorrerem nos finais de semana são encaminhadas à Central de Flagrantes da Polícia Civil em Belo Horizonte, localizada no Barreiro; a unidade possui excelente relação com a rede de proteção de mulheres do Município de

Nova Lima, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública; a delegacia tem o apoio da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, que, no município, conta com 2 policiais militares, que são muito bons e cooperativos; um cômodo da delegacia está sendo reformado para atender, com privacidade, mulheres vítimas de crimes sexuais, o qual, além de possuir entrada exclusiva, que evita que a vítima tenha que passar por dentro das duas delegacias, contará com mobiliário adequado e estrutura mais acolhedora; por fim, disse ser necessário, além de designação de autoridade policial exclusiva para a Deam, reforço no número de policiais civis.

Diego Garzon, secretário de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Nova Lima – PMNL –, ressaltou que o Executivo municipal tem realizado um intenso trabalho para fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Afirmou que foi lançado no mesmo dia da visita um edital público para implementação da Casa de Passagem feminina, estrutura pública que, quando implementada, receberá mulheres em situação de rua e de violência. Afirmou que o município enviou projeto de lei à Câmara de Vereadores de Nova Lima propondo a criação de um benefício assistencial denominado Aluguel Social, que será destinado às mulheres em situação de violência. Segundo ele, esse benefício complementar outro que já existe em Nova Lima, o Vida Nova, que é uma espécie de Bolsa Família. Assim, além de dar às mulheres condições de se manterem, o objetivo é garantir um local seguro para elas viverem temporariamente. Afirmou, ainda, que o município pretende fortalecer as políticas de prevenção por meio de parceria com o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto Albam.

Angélica Fortes, da Coordenadoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência da PMNL, observou que o prédio onde funcionam as duas delegacias não possui acessibilidade para pessoas com deficiência física, pois tem muitas escadas. Ela perguntou aos policiais civis se havia na unidade algum profissional para auxiliar na comunicação de pessoas com deficiência na fala ou auditiva. O investigador de Polícia Tiago Lucas Teixeira afirmou que, em casos específicos, devido à falta de acessibilidade para pessoas com deficiência física na unidade policial, os próprios policiais civis deslocam-se à residência da pessoa para coleta de declarações. Quanto aos profissionais para auxiliar na comunicação de pessoas com deficiência na fala ou auditiva, relatou que a unidade não possui esse tipo de profissional, mas que em apenas um caso isso foi necessário, e contaram com a ajuda de uma Igreja Batista próxima à delegacia.

Fátima Christianne Prezote, presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – Comdim – da PMNL, ressaltou a importância do funcionamento integrado da rede de proteção das mulheres que atualmente existe no Município de Nova Lima. Segundo ela, a integração é total entre todos os atores, o que colabora para o enfrentamento pleno da violência contra a mulher no município.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos ponderou que somente com o fortalecimento das políticas públicas será possível romper o ciclo da violência contra as mulheres. A deputada informou que propôs uma emenda parlamentar, no valor de R\$300.000,00, destinada à melhoria da estrutura das Deams do Estado. Por fim, a parlamentar convidou os presentes na visita para um evento, a ser agendado pela ALMG, em que se dará publicidade aos relatórios das visitas que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem realizado.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima.

Em sua decorrência, foram aprovados, posteriormente, requerimentos¹⁹ com o seguinte teor:

- pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Lima, haja vista que atualmente a delegacia se encontra sem delegada titular;
- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Nova Lima para implementar, de maneira específica, ações direcionadas à conscientização de agressores que pratiquem atos de violência contra as mulheres.

12 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Ibitité, em 5/9/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.402/2019, de autoria das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro e Celise Laviola, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 5/9/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – do Município de Ibitité, com a finalidade de verificar o funcionamento e o atendimento da unidade.

As deputadas Marília Campos e Ione Pinheiro realizaram a visita, com a participação de autoridades, gestores, assessores e assessoras parlamentares e representantes da sociedade civil. Entre os presentes, destacamos: Bernardo de Barros Machado, delegado regional de Ibitité; Joice Fernanda Campos Silva, inspetora da Polícia Civil; Daniel Belmiro de Almeida, vereador, presidente da Câmara Municipal de Ibitité; Jussara Freitas Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibitité; Leide Fernandes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibitité; Jussara de Andrade Veiga Resende, conselheira tutelar em Ibitité; e Elias Fernandes Pereira, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – de Ibitité.

¹⁹ Requerimentos de Comissão nºs 4.226 e 4.228/2019, aprovados na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2019.

As deputadas iniciaram a visita conhecendo as dependências da Deam, sendo, em seguida, realizada uma reunião entre os presentes.

A deputada Marília Campos, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deu início à reunião informando que a comissão tem realizado visitas a Deams de municípios do colar metropolitano, a fim de conhecer o trabalho desenvolvido, bem como as demandas dessas unidades. Falou sobre o aumento dos índices de violência contra a mulher no Estado, inclusive de feminicídios e tentativas de feminicídio. Ressaltou que o trabalho que a comissão tem realizado objetiva o fortalecimento das delegacias especializadas e das redes de enfrentamento da violência contra a mulher, como um todo.

Considerou importante o fomento das ações voltadas para a proteção da mulher e a prevenção da violência – citou, nesse sentido, a recente iniciativa de realizar-se, por meio da Secretaria Estadual de Educação, um concurso de redação nas escolas estaduais sobre o tema da não violência contra a mulher. Comentou, também, sobre sua intenção de produzir uma publicação reunindo os relatórios das visitas realizadas, de forma a conferir maior visibilidade à situação das Deams e propiciar melhorias nas unidades e nas condições de trabalho das respectivas equipes.

A deputada Ione Pinheiro lembrou o compromisso firmado pela Chefia da Polícia Civil, ainda no ano de 2018, de designação de uma delegada para a Deam de Ibirité. De acordo com a deputada, esse compromisso foi reassumido pelo atual chefe da instituição, o delegado-geral Wagner Pinto de Souza, que informou que a designação se dará tão logo os 79 delegados recentemente nomeados concluam o curso da Acadepol. A deputada lembrou que, além de Ibirité, a Deam também abarca os Municípios de Sarzedo e Mário Campos.

Daniel Almeida, presidente da Câmara Municipal de Ibirité, asseverou que a Prefeitura e a Câmara têm colaborado, na medida do possível, para a segurança pública no município, inclusive por meio da cessão de servidores para a Deam.

Bernardo Machado, delegado regional de Ibirité, informou que está no cargo desde janeiro de 2019. Disse que, diante da inexistência de delegados titulares nas Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher e de Homicídios do Município de Ibirité, definiu que ele pessoalmente responderia, além da delegacia regional, pela Delegacia de Polícia de Sarzedo. Com esse arranjo, o delegado de Sarzedo passou a responder interinamente, desde então, pela Deam e pela unidade de Homicídios de Ibirité. Segundo ele, essa foi a alternativa encontrada para possibilitar o atendimento em todas as unidades.

Informou que se encontram em andamento na Deam pouco mais de 1.000 inquéritos policiais, tendo sido expedidos cerca de 800 requerimentos de medidas protetivas. Acrescentou que

são expedidos de 60 a 80 requerimentos de medidas protetivas por mês ao Judiciário pela Deam²⁰. Questionado pelas deputadas, informou que não foram noticiados feminicídios no município em 2019, tendo a Deam registrado, no entanto, duas tentativas de feminicídio neste ano.

Destacou a alta incidência de crimes sexuais contra crianças e adolescentes: segundo o delegado, esses delitos possuem os maiores índices e apontam a gravidade desse problema nos municípios abarcados pela Deam. Citou a prisão de 15 pedófilos na comarca no ano de 2019. Esclareceu, também, que grande parte das denúncias acontecem por intermédio de unidades escolares, sendo que cerca de 90% desses delitos sexuais ocorrem no seio familiar, sendo os agressores pessoas da família – como pais e padrastos – ou pessoas conhecidas e de confiança das vítimas.

A respeito da estrutura e dos equipamentos disponíveis, o delegado destacou que as instalações da unidade são pequenas, considerando suficiente o número de viaturas disponíveis. Sobre a equipe de trabalho da Deam, reiterou que a unidade não conta com um delegado titular, esclarecendo que, no momento da visita, o delegado interino encontrava-se de plantão no Município de Betim. Além do delegado – não exclusivo –, a equipe é composta por uma escrivã de carreira, dois escrivães *ad hoc* cedidos pelo município e quatro investigadores. O atendimento técnico psicossocial e jurídico é realizado por uma psicóloga, um assistente social e um advogado, todos cedidos pelo município.

O delegado esclareceu que o plantão regionalizado de Ibirité foi extinto no ano de 2017, funcionando atualmente o plantão no Município de Betim. Ressaltou, então, a dificuldade em realizarem-se as perícias, já que não há unidade do Instituto Médico Legal na cidade, lembrando que o horário de funcionamento da Deam é das 8h30min às 12 horas e das 14 horas às 18h30min.

Questionado pelas deputadas, esclareceu que há uma boa relação entre a Polícia Civil, particularmente a Deam, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Jussara Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibirité, informou que o município está em processo de elaboração de normativa para formalização da rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Esclareceu que existem alguns fluxos e protocolos de atendimento nos serviços de saúde, como na maternidade e no hospital de pronto socorro da cidade, especialmente para os casos de violência sexual. Asseverou que os Municípios de Ibirité e Contagem aguardam a implantação da cadeia de custódia²¹, tendo sido produzido um termo de

20 De acordo com o Ofício SN/GAB/2019, datado de 11/9/2019, expedido pelo delegado de Polícia Welington Martins Faria, que responde interinamente pela Deam de Ibirité, “desde o mês de janeiro de 2019, foram instaurados 69 inquéritos policiais visando apurar possíveis crimes de estupro de mulheres e de vulneráveis, que totalizam o número de 77 possíveis vítimas. No tocante aos citados inquéritos, 15 destes já foram concluídos e encaminhados à Justiça desta comarca, sendo que em 9 destes procedimentos, indicamos os suspeitos, inclusive culminando na prisão de alguns”.

21 Vide Nota 9.

pactuação com essa finalidade em dezembro de 2018. No entanto, o convênio não foi assinado e os procedimentos necessários à formalização da cadeia de custódia restaram paralisados. Pleiteou, assim, a implantação da cadeia de custódia, bem como a adesão do município ao Consórcio Mulheres das Gerais.

Destacou, por outro lado, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan –, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, como uma fonte confiável e imprescindível de dados sobre a violência contra a mulher. Considerou, ainda, que as violências são agravos que também podem ser notificados por outros órgãos ou instâncias, como os Centros de Referência de Assistência Social – Cras –, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – e os conselhos tutelares (esclareceu, sobre os conselhos tutelares, que o município conta com dois conselhos e que se encontra em andamento a eleição dos membros do terceiro). Informou que profissionais desses serviços estão sendo qualificados para o preenchimento da ficha de notificação – para que esses registros sejam posteriormente encaminhadas à gestão da área de saúde do município. Acrescentou que o município passa por uma reorganização e reativação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Busca-se articular, entre outras representações, a Deam, a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – da PMMG (esclareceu que há uma equipe em Ibitaré), a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Informou que o programa Central de Penas Alternativas – Ceapa – é desenvolvido em Ibitaré desde o ano de 2018 e tem atuado no acompanhamento de homens agressores, encaminhados pela juíza criminal da comarca. Explicou que o trabalho é realizado por meio de grupos reflexivos com 30 homens cada – foi citado que há, inclusive, uma fila de espera para esses grupos, atualmente com 46 cadastrados. Destacou que o Consep, em parceria com a Fundação Helena Antipoff, pretende desenvolver projeto semelhante, e também outro, dirigido às mulheres em situação de violência.

Mencionou, por fim, que se encontra em fase de implantação no município, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um observatório sobre as vulnerabilidades sociais, que, acredita, contribuirá para a coleta de informações também sobre as questões da violência.

A deputada Marília Campos ratificou a importância da adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais, lembrando que essa medida propiciará, entre outros benefícios, o acesso do município à Casa Sempre Viva – equipamento de acolhimento das mulheres gerenciado pelo consórcio. Corroborou falas anteriores sobre a importância da adoção de políticas de prevenção da violência contra a mulher pelo município, indicando como medidas importantes a serem implementadas, a criação de dia ou semana de combate ao feminicídio (a exemplo da Lei nº 23.144, de 2018, que institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio); o trabalho que vem sendo

implementado com homens agressores (a exemplo da experiência da Ceapa); e atividades afins no âmbito da rede de ensino (a exemplo do concurso de redação nas escolas públicas estaduais sobre o tema da não violência).

Joice Silva, inspetora da Polícia Civil na Deam, ratificou que a formalização da rede de enfrentamento da violência contra a mulher é muito relevante, reforçando que a estruturação da rede propicia a organização do fluxo de atendimento das mulheres. Destacou a boa parceria estabelecida com a PPVD, da PMMG, e com o Poder Judiciário, lembrando que são realizadas reuniões mensais com a juíza criminal da comarca. Lembrou também que a Polícia Civil tem buscado uma parceria com a Fundação Helena Antipoff, para a realização de um trabalho voltado para o empoderamento da mulher, inclusive no que se refere à sua autonomia econômica, como forma de contribuir para que ela consiga sair do ciclo de violência.

Explicou que a psicóloga com atuação na Deam realiza um primeiro atendimento das mulheres, procedendo aos encaminhamentos para outros serviços da rede, como o Creas, por exemplo. Questionada, esclareceu que não há atendimento clínico posterior, considerando importante a implementação no município de um acompanhamento psicológico específico das vítimas de violência, tendo em vista que essas mulheres, muitas das vezes, não falam nos encontros em grupos.

Jussara Resende, conselheira tutelar em Ibitité, afirmou que, em regra, os casos de pedofilia não chegam ao conhecimento dos conselheiros tutelares, sendo que há uma tendência de se retirar a criança da família. Cobrou a mudança desse comportamento, tanto por parte das autoridades competentes, quanto da sociedade de modo geral, frisando que o sistema de justiça, e a própria rede de proteção, precisam trabalhar para o afastamento do agressor, e não pela retirada da criança da família. Lembrou, ainda, que o abrigo reveste-se em medida excepcional, que deve ser aplicada como último recurso e reiterou que a rede deve priorizar e garantir a manutenção da criança na família – realizando, inclusive, a busca ativa da família extensa com essa finalidade.

Jussara Versiani, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ibitité, interveio para informar que o município já elaborou, há algum tempo, uma cartilha sobre os direitos da criança e do adolescente. Disse que esse material está sendo reformatado pela atual administração. Frisou que o trabalho do município direcionado a crianças e adolescentes, e também a mulheres, idosos e pessoas com deficiência, precisa ser retomado, com a reorganização dos serviços e equipamentos que atualmente integram a rede de proteção e a participação, também, de novos parceiros.

Acerca da situação narrada pela conselheira tutelar Jussara Resende, o delegado regional Bernardo Machado sugeriu a realização de uma reunião da rede de proteção para tratar da

violência praticada contra crianças e adolescentes, inclusive para a elaboração de um fluxo ou protocolo de atuação dos vários órgãos envolvidos. Segundo ele, o mesmo pode ser realizado em relação à proteção das mulheres em situação de violência.

Leide Fernandes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibitaré, discorreu sobre o “caso Estefânia”: uma mãe, com transtorno mental, que teve o filho recém-nascido retirado após alta da maternidade, tendo sido o bebê encaminhado de imediato para o abrigo, sem a pertinente atuação do Conselho Tutelar. Ressaltou que, após uma grande mobilização de representantes da rede de proteção, a situação foi revertida, estando a criança sob a guarda de uma pessoa da família extensa – uma prima –, que também acolheu a mãe. Suscitou, então, que os serviços e equipamentos da política de proteção da criança e do adolescente – como de saúde e de assistência social, por exemplo –, bem como os órgãos do sistema de justiça, precisam atuar de maneira integrada na garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, sob pena de incorrerem em erros que acarretam graves violações de direitos.

Elias Pereira, presidente do Consep de Ibitaré, destacou, a princípio, a importância da parceria realizada entre o conselho e a Fundação Helena Antipoff para a implementação de projetos para o acompanhamento de mulheres que sofreram situações de violência, e também de homens agressores. Asseverou que o plantão regional de Betim atende 17 municípios, pelo que não há condições de realizar todo o atendimento necessário, com a eficiência esperada. Registrou que os policiais militares precisam se deslocar para Betim para o registro das ocorrências, permanecendo naquela cidade por horas, situação que impossibilita o patrulhamento ostensivo no Município de Ibitaré, que fica desguarnecido do policiamento militar. De acordo com o conselheiro, o plantão regional de Betim limita o quantitativo de atendimentos – apontou que muitas vezes a guarnição da Polícia Militar nem mesmo chega a ser recebida, apesar do longo prazo de espera.

A deputada Ione Pinheiro reiterou a necessidade do aprimoramento constante da rede de proteção, considerando importante também a maior articulação da Polícia Civil, inclusive para levar suas demandas aos Poderes Executivo e Legislativo. Destacou, ainda, a necessidade de ampliarem-se as ações em educação de crianças e jovens sobre o tema da não violência e ratificou que espera seja cumprido o compromisso firmado pela Chefia da Polícia Civil no que se refere à designação de uma delegada titular para a Deam de Ibitaré, bem como à implementação das medidas necessárias à melhoria da estrutura da unidade e à adequação do quadro de recursos humanos.

A deputada Marília Campos solicitou ao delegado Bernardo Machado a participação de representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na reunião da rede de proteção, a ser agendada. Lembrou que pessoas que compõem a rede de proteção de outros municípios – como Contagem e Nova Lima, por exemplo – podem ser chamadas a colaborar, já que possuem conhecimento acumulado sobre essa atuação. Também sugeriu que, após a mencionada reunião

entre as instituições e entidades da rede de proteção – tanto de crianças e adolescentes, quanto de mulheres –, seja realizada audiência pública específica na ALMG para dar continuidade às discussões.

Ao final, ressaltou que as soluções das demandas da Deam de Ibirité – e também das demais delegacias especializadas visitadas pela comissão – passam por atribuir visibilidade aos vários problemas e sensibilizar o Legislativo para a disponibilização de recursos orçamentários durante a revisão do orçamento e do Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado. Sugeriu, assim, a mobilização de todos nesse sentido.

Foram entregues às deputadas alguns documentos pelos participantes da visita, a exemplo de: boletim da Secretaria Municipal de Saúde, com alguns dados e indicadores desde o ano de 2009; ofício do Consep de Ibirité nº 20/2019, solicitando o aumento do efetivo nas delegacias do Município de Ibirité; e ofício do Consep solicitando a reativação do plantão regional da Polícia Civil no Município de Ibirité, com a designação de quatro equipes de delegados, escrivães e investigadores.

A comissão cumpriu o objetivo da visita, tendo colhido informações sobre as condições de funcionamento e atendimento da Deam de Ibirité. Em decorrência da visita, foi solicitado o encaminhamento de requerimentos²² com as seguintes finalidades:

- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Ibirité, à Chefia da Polícia Civil do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para envidarem os esforços necessários, no âmbito de suas competências, para a formalização de convênio para implantação da cadeia de custódia no Município de Ibirité;
- pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil do Estado para analisarem a oportunidade da reativação do plantão 24 horas no Município de Ibirité;
- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Ibirité para priorizar a adesão ao Consórcio Mulheres das Gerais, como forma de incrementar as ações de enfrentamento da violência contra a mulher no município, especialmente no que toca à participação da Casa Abrigo Sempre Viva, gerenciada pelo Consórcio;
- pedido de providências à Chefia da Polícia Civil para designar, com a urgência possível, uma delegada titular para a Deam de Ibirité;

22 Requerimentos de Comissão nºs 4.221, 4.222 e 4.223/2019, aprovados na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2019. Requerimentos de Comissão nºs 4.277 e 4.278/2019, aprovados na 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 12/9/2019. Requerimentos de Comissão nºs 5.119, 5.120 e 5.121/2019, aprovados na 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 24/10/2019. Requerimento de Comissão nº 5.290/2019, aprovado na 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 30/10/2019.

- pedido de informações ao delegado da Deam de Ibirité sobre o número de casos de pedofilia e as ações de enfrentamento da violência sexual contra mulheres e crianças;
- pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o número de casos de estupro de mulheres (com a indicação do número de casos de estupro de vulnerável) registrados, de janeiro de 2019 até o momento, em cada delegacia no Estado;
- pedido de informações ao delegado da Deam de Ibirité sobre o número de casos de estupro de mulheres (com a indicação do número de casos de estupro de vulnerável) registrados na unidade, de janeiro de 2019 até o momento;
- seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité documento entregue por Jussara Versiani, com pedido de providências para que se reavalie o afastamento da referida servidora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social documento em que consta denúncia apresentada por Jussara Versiani.

13 – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam –, Sabará, em 19/9/2019

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.575/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 19/9/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Bruno Gonçalves Affonso, delegado regional de Polícia Civil de Sabará; Vinícius Silva Peixoto, delegado de Polícia Civil que responde pela Deam de Sabará; Maurício de Souza Negreiros, investigador de Polícia da PCMG; Laudiocínio Oliveira Salgado, investigador de Polícia da PCMG; Nádia Aparecida Bramante Bragança Basílio, escrivã de Polícia da PCMG; Mary Lucia Gomes dos Reis, investigadora de Polícia da PCMG; Gleyson Lana Silva, escrivão de Polícia da PCMG; Kaisy Franciele Correa Domingo, estagiária acadêmica da PCMG; Hamilton Alves, secretário de Cultura da Prefeitura de Sabará; Silvânia da Cruz Corrêa, integrante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas; Viviane Rocha Castro, integrante do Creas; Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos; e Marilac Oliveira, moradora de Sabará.

A comissão foi recepcionada pelo delegado regional Bruno Gonçalves Affonso, que chefia a Polícia Civil no Município de Sabará. A deputada Marília Campos esclareceu que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará. A parlamentar informou que a Comissão de Defesa dos

Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como ponto central da agenda de 2019. Em seguida, explicou que a comissão já visitou nove delegacias de mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte e está sendo confeccionado um documento que dará publicidade aos relatórios dessas visitas, o qual será lançado em solenidade na ALMG no dia 30/10/2019.

Segundo o delegado regional Bruno Gonçalves Affonso, no mesmo prédio onde funciona a Deam de Sabará, que é responsável pelas ocorrências de violência contra a mulher, também funciona a 3ª Delegacia de Polícia Civil de Sabará. Afirmou que, desde que assumiu a chefia da Polícia Civil no município, em setembro de 2016, o efetivo policial vem caindo e, atualmente, Sabará possui um efetivo aquém do necessário para o perfeito andamento das investigações policiais. Ressaltou que, de tempos em tempos, promove mutirões nas delegacias de Sabará com o objetivo de acelerar as investigações.

Vinicius Silva Peixoto, delegado de Polícia Civil que responde pela Deam de Sabará, apresentou algumas informações a respeito da delegacia: como dito, a Deam divide a estrutura física com a 3ª Delegacia de Polícia Civil de Sabará, que possui atribuição de investigação de crimes diversos, como roubos e tráfico de drogas; reconheceu que o mais adequado seria que a Deam possuísse delegada de Polícia exclusiva para atender as mulheres em situação de violência; comentou que, apesar da recente nomeação de novos delegados de Polícia, sabe que eles serão designados para atuar nas unidades policiais do interior do Estado, que estão em situação crítica, razão pela qual Sabará não receberá nenhum novo delegado ou delegada; afirmou que tramitam na Deam cerca de 1.000 inquéritos policiais; pontuou que ocorreram dois feminicídios tentados em 2018 e em 2019, contudo esclareceu que esses crimes são investigados pela delegacia especializada de homicídios de Sabará; afirmou que em 2018 ocorreram 1.285 casos de violência contra mulheres e em 2019 esse número já chegou a 621; ressaltou que os números de violência contra as mulheres estão estáveis nos últimos três anos; esclareceu que o efetivo atual da delegacia é de um escrivão e três investigadores, sendo que o ideal seria que a unidade contasse com dois escrivães, mas sabe que o organograma da instituição não permite; como a unidade policial funciona apenas nos dias de semana, afirmou que as ocorrências policiais que ocorrerem nos finais de semana são encaminhadas à delegacia de plantão de Sabará, que, após formalizar a ocorrência, a encaminha para a Deam; ressaltou que Sabará possui unidade do Instituto Médico Legal – IML –, mas que não funciona aos finais de semana, razão pela qual, em casos de extrema urgência, a vítima é encaminhada para o IML de Belo Horizonte; esclareceu que o deferimento da medida protetiva não exige necessariamente o exame de corpo de delito, contudo, para que se comprovem no inquérito policial determinados tipos de crimes, como lesões corporais, é necessário realizar o referido exame; relatou que solicita ao Poder Judiciário cerca de 30 medidas protetivas por mês; afirmou que a estrutura da delegacia é boa, haja vista que possuem computadores, impressoras e viaturas novas; afirmou que a

relação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Militar e a prefeitura municipal é boa; asseverou que a Polícia Militar não conta com Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD –, mas que os policiais militares que atuam nas ocorrências são muito bons; questionado pela parlamentar acerca do trabalho ou política pública que a delegacia desenvolve com os autores de violência contra a mulher, respondeu que sua atividade consiste em prendê-los; questionado pela deputada acerca do número de casos de estupro de vulnerável registrados na delegacia, respondeu que, desde o início do ano, foram registrados 33 casos, sendo que, na quase totalidade deles, o agressor é alguém próximo da vítima.

Gleyson Lana Silva, escrivão da Deam, pontuou que todas as pessoas que procuram a delegacia são prontamente atendidas. Acerca dos casos de estupro de vulnerável, comentou que a maioria deles chega à delegacia por encaminhamento de outros órgãos públicos, como escolas ou conselho tutelar.

Mary Lucia Gomes dos Reis, investigadora da Deam, defendeu que as políticas públicas voltadas para a reestruturação social das vítimas de violência são mais importantes do que aquelas voltadas à conscientização dos agressores. Isso porque, em sua opinião, grande parte das mulheres vítimas de violência são dependentes financeiramente dos agressores. Assim, deve-se diminuir a vulnerabilidade social e econômica dessas mulheres para que elas possam deixar o relacionamento abusivo. Caso essas políticas não existam, muitas mulheres acabam permanecendo nesses relacionamentos abusivos, sendo constantemente vítimas de violência doméstica, pois não têm condições financeiras de se manter ou de procurar um local para morarem.

Hamilton Alves, secretário de Cultura da Prefeitura de Sabará, afirmou que o município colabora como pode para dirimir o problema da violência contra as mulheres. Pontuou que o imóvel onde está localizada a Deam foi cedido pelo ente municipal. Afirmou que o município conta com a Coordenadoria de Mulheres e com o Conselho de Mulheres, além de fazer parte do Consórcio Mulheres das Gerais. O secretário pontuou, ainda, que a prefeitura tem trabalhado bastante para o empoderamento das mulheres sabarenses, incentivando-as a se profissionalizarem na atividade do artesanato e se associarem. Questionado se tais iniciativas seriam apenas para as mulheres vítimas de violência, respondeu que as políticas públicas são destinadas a todas as mulheres do município, independentemente se foram vítimas de algum tipo de violência.

Viviane Rocha Castro, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, afirmou que, desde o início do ano, o centro acompanha 54 casos de mulheres vítimas de violência. Ressaltou que o atendimento é realizado por equipe multidisciplinar e que o centro, até o momento, não atua com os autores dos atos de violência contra mulheres.

Marilac Oliveira, vítima de violência, estava na delegacia para registrar uma ocorrência policial. Ela prestou depoimento emocionado sobre seu drama pessoal: seu irmão, por

questões patrimoniais, pratica violência física e psicológica contra ela. Relatou que possuía medida protetiva contra ele, contudo, por meio da contratação de advogados, seu irmão conseguiu retirar a medida protetiva. Afirmou que estava na delegacia para registrar uma nova agressão perpetrada por seu irmão e solicitou, no mesmo ato, que o delegado requeresse ao Poder Judiciário a concessão de nova medida protetiva. Marilac teceu muitos elogios ao atendimento do delegado de Polícia Vinícius Peixoto, afirmando que ele procedeu sua oitiva de forma qualificada e diferenciada. Por fim, ressaltou que, ao contrário do que muitos pensam, não apenas companheiros, namorados ou maridos praticam violência contra as mulheres. Até mesmo irmãos, como é o seu caso, podem praticar violência contra as próprias irmãs.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos agradeceu aos policiais civis pela acolhida. Ponderou que as visitas têm permitido uma importante aprendizagem sobre a atividade policial relacionada à violência contra as mulheres e, também, sobre a situação dos municípios visitados. Segundo a deputada, esse aprendizado contribui para que, juntos, soluções efetivas possam ser encontradas para o problema da violência contra a mulher em todo o Estado. A deputada informou que propôs uma emenda parlamentar, no valor de R\$300.000,00, destinada à melhoria da estrutura das Deams do Estado. Por fim, a parlamentar reforçou o convite aos presentes para participarem do evento referenciado por ela no início da visita, a ser realizado dia 30/10/2019, na ALMG, de lançamento do documento que dará publicidade aos relatórios das visitas às Deams realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 2019.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Sabará.

Em sua decorrência, foram aprovados, posteriormente, requerimentos²³ com o seguinte teor:

- pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sabará, haja vista que atualmente a delegacia se encontra sem delegada titular;
- pedido de providências à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para implementar a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – no Município de Sabará;
- pedido de providências à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para destinar um prédio novo, na região central do município de Sabará, para abrigar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam;

23 Requerimentos de Comissão n°s 4.473, 4.474, 4.475, 4.476 e 4.478/2019, aprovados na 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 26/9/2019.

- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Sabará para aderir aos programas e políticas públicas aprovados pelo Poder Executivo Estadual com vistas a reduzir os índices de violência doméstica no município;
- pedido de providências à Prefeitura Municipal de Sabará para estruturar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres do Município de Sabará.

14 – 1ª Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais, em 11/10/2019

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 3.624/2019, de autoria das deputadas Marília Campos e Andréia de Jesus, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher esteve, em 11/10/2019, na 1ª Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica – PVD – de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, localizada na Praça Rio Branco, 56, Centro, para conhecer o trabalho desenvolvido pela 1ª Companhia Independente e os resultados obtidos a partir de sua implantação.

A visita contou com a participação da deputada Marília Campos, uma das autoras do requerimento e presidenta da comissão, tendo sido acompanhada por: Maj. PM Cleide Barcelos dos Reis Rodrigues, comandante da 1ª Companhia Independente de PVD; Ten. PM Bruna Lara, subcomandante da 1ª Companhia Independente de PVD; Sgt. PM Ana Paula; Cb. PM Torres; Cb. PM Michael; Débora Antoniazzi Del Guerra, assessora da deputada Andréia de Jesus; Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; e Solange Rodrigues Barbosa, assistida pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna.

Ao recepcionar a comissão, a Maj. PM Cleide e o Cb. PM Torres informaram que a 1ª Companhia Independente de PVD foi criada em setembro de 2017 e implantada em novembro do mesmo ano, estando instalada no prédio da 1ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, no qual também se encontram o Comando do Policiamento da PMMG da capital, bem como a Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – da capital. A Maj. PM Cleide disse já ter sido considerada uma mudança de endereço, porém concluiu-se que o atual atende melhor a toda a Região Metropolitana, dada sua centralidade, pois às vezes mulheres vítimas de violência doméstica e agressores se dirigem ao local para alguma etapa do protocolo seguido pela Companhia em seu trabalho de prevenção. Esclareceu, ainda, que a 1ª Companhia Independente atua a partir do segundo atendimento, realizado com base em uma triagem dos boletins de ocorrência que registram casos de violência doméstica e familiar. O objetivo do trabalho de PVD realizado pela 1ª Companhia é, ao abordar vítima e agressor, romper o ciclo de violência, por meio de uma sequência de passos e ações descritos no protocolo utilizado. Além disso, há o foco no atendimento

humanizado e presencial, inclusive na casa da mulher vítima da violência, com oportunidade de fala e escuta, isso constituindo grande diferencial, para além dos contatos com o agressor e seu monitoramento. Segundo a Maj. PM Cleide, a Companhia Independente já atendeu 4.622 ocorrências em Belo Horizonte desde o início de suas atividades, de maneira bem-sucedida.

A deputada Marília Campos mencionou que Minas Gerais hoje figura como o Estado com o maior número de feminicídios no País, e que há apenas 21 patrulhas da PMMG de PVD. Contou que a atuação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito do Assembleia Fiscaliza²⁴, em 2019, tem sido pautada para ampliar o tema “Pela vida das mulheres”, eleito este ano para celebrar o dia 31 de março. Nesse sentido, políticas públicas articuladas entre diversas instâncias, a exemplo das áreas de segurança pública, desenvolvimento social e educação, vêm sendo debatidas e questionadas pela comissão, destacando a necessidade e a relevância de se constituir uma política de governo robusta e apropriada para a defesa de um segmento que é o maior do Estado, porém em situação de vulnerabilidade.

A presidenta da comissão indagou a Maj. PM Cleide acerca da suficiência de uma Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – em Contagem, e a comandante da 1ª Companhia explicou que um sistema, constituído a partir de bancos de dados, está sendo criado exatamente para dimensionar a implantação e a atuação da PPVD da PMMG, de acordo com o número de casos por localidade. A Maj. PM Cleide salientou que, em relação ao trabalho da 1ª Companhia, os casos mais graves, conforme registrados nos boletins de ocorrência, são priorizados, aí inclusos os de feminicídios tentados, e a grande diferença em relação à prevenção de outros estados é que, neles, a polícia só atua após a aplicação de medidas protetivas deferidas judicialmente.

Nesse sentido, em Minas Gerais a práxis tem sido de se preocupar com as mulheres que nem sempre estão cientes de todas as formas de violência doméstica que as vitimizam, nem tampouco de seus direitos (como a aplicação das próprias medidas protetivas) e do amparo que podem receber, por meio da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A deputada Marília Campos observou que a abordagem da PMMG é também eficaz no sentido de conscientizar o agressor, de modo a afastá-lo mesmo não havendo medida protetiva e a forçar uma mudança em seu comportamento, ao que a Maj. PM Cleide complementou que tem sido possível romper o ciclo de violência em muitos dos casos assistidos pela 1ª Companhia, pois os autores das agressões costumavam, antes da atuação dos policiais da PVD, considerar suas atitudes “naturais”.

24 Iniciativa da Mesa da Assembleia de fortalecimento das ações de fiscalização e de controle dos atos do governo do Estado, na qual secretários, dirigentes das entidades da administração indireta e titulares de órgãos diretamente subordinados ao governador deverão comparecer à ALMG para prestar contas de sua atuação, a cada quadrimestre, conforme previsão do art. 54 da Constituição Estadual de Minas Gerais (alterado, com essa finalidade, por meio da Emenda à Constituição nº 99, de 12/3/2019) e da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019.

Em seguida, a Maj. PM Cleide, com a assistência de outros policiais da 1ª Companhia, fez uma apresentação destacando as seguintes informações:

- os seis pilares da PVD da PMMG: atendimento especializado por meio das PPVDs, intervenção imediata e estratégica, realização de estudos e pesquisas (para aperfeiçoar, monitorar e avaliar o serviço de PVD), capacitação e sensibilização dos integrantes da PVD (proporcionando um atendimento mais humanizado às vítimas), palestras educativas para públicos diversos e integração com a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- os objetivos do serviço de PVD: quebrar o ciclo da violência, oferecer atendimento especializado às vítimas reais e potenciais, atuar diretamente na dissuasão do agressor (e, como é feita mais de uma abordagem, aqui também reside uma diferença em relação ao trabalho feito em outros estados, nos quais o autor é interpelado uma única vez), e apresentar à vítima os órgãos da Rede de Enfrentamento, encaminhando-a a algum deles conforme sua demanda e interesse;
- o número de vítimas de violência doméstica e familiar em Belo Horizonte no 1º semestre de 2017, de 2018 e de 2019 – respectivamente, 9.209, 9.003 e 9.053 (a Maj. PM Cleide atribuiu o aumento de 50 casos em 2019 na comparação com 2018 a uma maior conscientização e à redução da subnotificação, em parte resultado das palestras educativas e ações elucidativas com foco em todos os atos que podem caracterizar violência doméstica e familiar);
- o número de feminicídios consumados em Belo Horizonte no mesmo período – respectivamente, três, dois e seis, sendo que alguns desses casos sequer tinham boletim de ocorrência registrado ou medida protetiva deferida;
- o número de feminicídios tentados em Belo Horizonte no mesmo período – respectivamente, 21, 19 e 18;
- os dados relativos ao efetivo e à quantidade de viaturas da 1ª Companhia Independente de PVD, em novembro de 2017, quando ela foi implantada (respectivamente, 33 e 8), maio de 2018 (respectivamente, 39 e 11) e setembro de 2019 (respectivamente, 42 e 11);
- o perfil do efetivo da 1ª Companhia: 45% na faixa etária entre 26 e 30 anos, 56% com mais de três anos no serviço de PVD, 82% com cursos superior e técnico (diversas áreas) e 47% de policiais femininas;
- o detalhamento das nove etapas do protocolo do serviço de PVD executado pela 1ª Companhia Independente;
- as estratégias de sensibilização da população em geral, incluindo palestras e ações sociais educativas promovidas e realizadas pela 1ª Companhia Independente de PVD em diversos locais e para públicos distintos;

- o comparativo dos números de PVD da 1ª Companhia entre janeiro e setembro de 2018 e de 2019, a saber, respectivamente: 12.560 e 14.678 atividades registradas (aumento de 16,86%), 4.881 e 9.772 visitas realizadas (aumento de 100,20%), 35 e 63 prisões (aumento de 80%, associado, pela Maj. PM Cleide, à criminalização do descumprimento de medida protetiva), 1.816 e 2.139 famílias atendidas (aumento de 17,79%), 539 e 628 autores monitorados (aumento de 16,51%), 155 e 509 relatórios encaminhados aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (aumento de 228,39%) e 624 e 1.158 encaminhamentos aos outros órgãos da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (aumento de 85,58%).

Em relação à apresentação, surgiram as seguintes observações:

- a comandante da 1ª Companhia relatou acontecer de o autor de feminicídio se suicidar após matar a mulher, ou se entregar à polícia ou, ainda, chamar a polícia e aguardar sua chegada ao local do crime;
- a deputada Marília Campos mencionou ter ouvido a respeito de um feminicídio na noite anterior e uma tentativa de feminicídio naquela manhã, por meio de atropelamento;
- a Maj. PM Cleide disse haver casos em que o agressor questiona a medida protetiva, por não saber quem cuidará de suas roupas e cozinhará para ele;
- contou também haver vítima com décadas de casamento marcadas por todos os tipos de violência, inclusive estupros que resultaram em seus filhos;
- ela avaliou, ainda, que a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma questão cultural, numa sociedade onde ela é coisificada e, os relacionamentos, banalizados – daí a relevância de se educarem as crianças de forma diferente, ensinando-lhes o respeito, o cuidado com o outro, a humanidade e a equidade;
- ao explicar sobre as diferentes formas de violência praticadas contra a mulher, a fala da Maj. PM Cleide foi complementada por Solange Rodrigues Barbosa, assistida pelo Cerna, avaliando que a mulher se sente motivada a denunciar quando ela se conscientiza/é conscientizada acerca dessas diversas formas de violência, a começar da psicológica e da moral;
- Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira, perguntou se havia dados relativos às vítimas com recorte por faixa etária, nível socioeconômico e raça, e a comandante da 1ª Companhia informou que há, sim, nos atendimentos que eles realizam, porém não são considerados por não serem reputados relevantes, pois a violência atinge todos os segmentos da mesma forma, daí não priorizarem esse tipo de análise nem ela estar consolidada ou disponível – entretanto, nesse sentido a deputada Marília Campos informou haver dados apontando maiores índices entre as mulheres negras, isso sendo relevante a fim

de dar visibilidade à questão racial bem como à socioeconômica, pois as mulheres com menos poder aquisitivo estão mais suscetíveis à dependência financeira e à falta de autonomia, quadros de extrema relevância para a elaboração e a implementação de políticas públicas relacionadas ao tema;

- a deputada Marília Campos perguntou sobre o índice de reincidência, pois, nas delegacias especializadas visitadas recentemente pela comissão, foi informada de que são altos, e a Maj. PM Cleide informou que, nos atendimentos da 1ª Companhia, esse índice é de cerca de apenas 5%, pois os agressores são monitorados, ressaltando, contudo, que aí não estão incluídas as vítimas que se recusam a aderir ao protocolo da PVD, recusa essa que, em certos casos, acontece até dez vezes;
- questionada sobre o porquê dessa recusa, a Maj. PM Cleide disse acreditar estar relacionada ao medo, sendo, contudo, necessários estudos a fim de melhor compreender essa questão, o que está nos planos da 1ª Companhia;
- além desses estudos, a comandante da 1ª Companhia de PVD esclareceu que há a intenção de consolidar e tratar cientificamente outros dados da violência contra a mulher, a exemplo dos recortes racial e socioeconômico, inclusive por município e região, carecendo, porém, de efetivo e capacitação específica para tal.

Após a apresentação, foi exibido vídeo no qual policiais militares femininas reproduzem depoimentos e agradecimentos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar atendidas pelo serviço prestado pela 1ª Companhia.

Na sequência, a deputada Marília Campos destacou a relevância de políticas públicas de prevenção à violência doméstica contra a mulher e mencionou a realização, em breve, de audiência pública da comissão para divulgar e entregar a autoridades publicação contendo os relatórios das visitas que realizou, este ano, com o intuito de divulgar as informações apuradas e fortalecer essas políticas, indagando se a Maj. PM Cleide teria alguma sugestão, nesse sentido. A comandante da 1ª Companhia de PVD entregou, então, documento à presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher contendo demandas específicas: renovação de frota, a fim de reduzir gastos com manutenção; e aquisição de equipamentos de proteção individual, especificamente coletes balísticos e pistolas de emissão de impulso elétrico, importantes para a segurança dos policiais no momento da abordagem de agressores. A parlamentar esclareceu que verificará se ainda há possibilidade de alocação de recursos para essas finalidades por meio de emendas no processo de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e da Lei Orçamentária Anual – LOA. Asseverou, também, que encaminharia requerimento com esse teor, solicitando à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Comando-Geral da PMMG providências para suprir as demandas apresentadas. A Maj. PM Cleide comentou, ainda, que, a partir de agora, todos os

policiais militares de Minas Gerais terão capacitação específica na temática violência doméstica e familiar e o serviço de prevenção existe em 31 municípios mineiros, havendo previsão, por parte do governo, de que seja ampliado para todos os municípios com mais de 30 mil habitantes.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher cumpriu a finalidade da visita, pois conheceu o trabalho desenvolvido pela 1ª Companhia e os resultados obtidos a partir de sua implantação. Em sua decorrência, será apresentado requerimento solicitando à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja renovada a frota da 1ª Companhia Independente de PVD da PMMG, a fim de reduzir gastos com manutenção, e para que sejam adquiridos e disponibilizados, para a referida Companhia, equipamentos de proteção individual, especificamente coletes balísticos e pistolas de emissão de impulso elétrico, fundamentais para a segurança e a integridade física dos policiais militares da PVD no momento da abordagem de agressores²⁵.

15 – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 30/10/2019

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 4.597/2019, de autoria das deputadas Marília Campos, Leninha e Andréia de Jesus, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 30/10/2019, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG – para avaliar a reestruturação dos Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – no Estado.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral da DPMG; Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública chefe de gabinete do defensor público-geral da DPMG; Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, defensora pública da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; Renata Salazar Botelho Guarani, defensora pública do Nudem; Alice Neto de Almeida, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais; Fernanda Perpétuo, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais; Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Rogéria Sampaio, integrante do Conselho da Mulher de Ribeirão das Neves; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, Marcela Menezes e Hamilton Reis, assessores da deputada Marília Campos; e Débora Antoniazzi Del Guerra, assessora da deputada Andréia de Jesus.

O defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG –, Gério Patrocínio Soares, a defensora pública chefe de gabinete do defensor público-geral da

²⁵ Requerimento de Comissão nº 4.767/2019, aprovado na 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 17/10/2019.

DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, a defensora pública da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, e a defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem –, Samantha Vilarinho Mello Alves, receberam a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e todos foram encaminhados para uma sala de reuniões.

A deputada Marília Campos informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como tema central da agenda política de 2019. Em seguida, explicou que a comissão já visitou diversas delegacias de mulheres localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte para conhecer a situação desses espaços públicos. A deputada convidou a todos para a solenidade que ocorrerá na ALMG para o lançamento de publicação que conterà os relatórios das citadas visitas técnicas às delegacias. A parlamentar esclareceu que, nessas visitas, ficou constatado que em diversas comarcas não há defensores públicos, mesmo nos municípios próximos à capital. Já nas comarcas visitadas que possuem defensores públicos, constatou-se grande limitação de pessoal, chegando ao ponto de o defensor ter que escolher entre atender a mulher vítima de violência ou atender o agressor, que, por lei, também tem o direito de ser assistido por um defensor público. A deputada também pontuou que restou constatado grande desentrosamento entre instituições e dentro dos próprios órgãos públicos que atuam na resolução das questões referentes à violência contra as mulheres. Pontuou que nos casos de violência contra a mulher, além da situação criminal, é necessária uma resolução sob o ponto de vista cível, como estipulação de guarda de filhos e valores referentes a pensão alimentícia, e o desentrosamento chega ao ponto de até mesmo Varas de Família atuarem de forma contraditória às Varas Especializadas de Violência contra a Mulher.

Rogéria Sampaio, integrante do Conselho da Mulher de Ribeirão das Neves, afirmou que naquele município há apenas três defensores públicos para atender toda a demanda, que, segundo ela, é muito grande. Afirmou que, de maneira equivocada, casos de violência contra as mulheres que são considerados mais leves estão sendo encaminhados para o Juizado Especial Criminal, quando o correto seria o encaminhamento para as Varas Criminais Especializadas em Violência contra a Mulher.

Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, apresentou o preocupante aumento do número de feminicídios em 2019. Segundo ela, somente em Belo Horizonte ocorreu um aumento de 300% no primeiro semestre de 2019. Sendo assim, a demanda por atendimentos no Nudem aumentou bastante, contudo o núcleo ainda conta com as mesmas quatro defensoras públicas. Requereu ao defensor público-geral a alocação de mais defensoras públicas no Nudem de Belo Horizonte, haja vista a existência de vagas.

Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Nudem, confirmou que, realmente, a demanda de atendimentos no núcleo aumentou bastante em 2019. Citou que participou da capacitação dos servidores que atuam na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres – Deam – de Belo Horizonte, oportunidade em que orientou os policiais civis a encaminharem para o Nudem as mulheres que não possuem condições de contratar um advogado particular. Segundo a defensora, tal orientação não era dada de forma clara às mulheres que procuravam atendimento na Deam de Belo Horizonte. Assim, após essa orientação, o número de atendimentos por encaminhamento da Deam aumentou bastante. Citou que, neste ano, uma das assistidas que estava sendo atendida pelo Nudem foi assassinada pelo companheiro. Nesse caso trágico, as medidas protetivas já haviam sido deferidas pelo Poder Judiciário, contudo o agressor não havia sido encontrado para ser cientificado formalmente da decisão judicial. Relatou grande sobrecarga de trabalho das defensoras públicas lotadas no Nudem e afirmou que elas estão trabalhando no limite de suas capacidades, já havendo comprometimento da saúde física e mental das defensoras.

Fernanda Perpétuo, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais, ressaltou que, embora o Nudem de Belo Horizonte esteja passando pela sobrecarga citada, em muitas comarcas do Estado nem mesmo existem esses núcleos e, em tantas outras, não há sequer representante da Defensoria Pública.

O defensor público-geral da DPMG, Gério Patrocínio Soares, esclareceu que: a instituição conta com 637 defensores públicos, distribuídos em 111 comarcas em todo o Estado; que 185 comarcas ainda não contam com nenhum defensor público; o número de comarcas que possuem Nudem é bem reduzido; o Nudem de Belo Horizonte possui quatro defensoras públicas, o que é considerado um quadro robusto; para aumentar o número de defensores públicos é necessário realizar concursos públicos, que, por sua vez, dependem de aumentos de orçamento da DPMG; que a última nomeação de defensores públicos foi realizada pelo governador Fernando Pimentel e que, desde então, 60 defensores se aposentaram ou foram exonerados; que está em andamento um concurso público, que será finalizado até maio de 2020, para provimento de 30 novos cargos de defensor público; para nomear excedentes, ou seja, para que o concurso público nomeie mais do que os 30 defensores públicos, é necessário aumentar o orçamento da instituição; o concurso que está em andamento não suprirá nem mesmo a demanda dos defensores públicos que já se aposentaram nos últimos anos; a Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que deu nova redação ao art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público; afirmou que a instituição, como forma de tornar mais eficiente a atuação dos defensores públicos frente ao quadro reduzido, vem atuando em mediação e conciliação de conflitos, que consiste em tentar resolver a demanda que aponta à DPMG sem a necessidade de judicializar a situação; acredita que os órgãos estaduais que atuam

com a violência doméstica deveriam estar integrados em um só local, nos moldes do que já ocorre com as situações envolvendo crianças e adolescentes autores de atos infracionais; a instituição tem buscado a eficiência e o aprimoramento de suas atividades, sendo o mais recente exemplo disso o edital para contratação de estagiários que estejam cursando pós-graduação.

Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos, ressaltou sua preocupação com a utilização de processos de mediação e conciliação para resolução de questões envolvendo a violência contra as mulheres. A preocupação da assessora foi corroborada por Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e por Alice Neto de Almeida, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais. A deputada Marília Campos propôs, então, que o tema fosse debatido em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O defensor público-geral concordou e ressaltou a importância do diálogo para a obtenção de avanços na política de enfrentamento da violência contra a mulher.

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo avaliado a reestruturação dos Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – no Estado.

Em decorrência da visita foram apresentados requerimentos com o seguinte teor:

- realização de audiência pública da comissão para debater a utilização de processos de mediação e conciliação para resolução de questões envolvendo a violência contra as mulheres;
- pedido de providências ao defensor público-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – para que, na nomeação dos novos defensores Públicos do concurso que se encontra em andamento (VIII Concurso Público da DPMG) seja dada prioridade para nomeá-los em Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem –, haja vista o aumento nos índices de violência contra as mulheres no Estado;
- pedido de providências ao governador do Estado para ampliar o quadro de defensores públicos, de forma a cumprir o art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um representante da Defensoria Pública do Estado;
- pedido de informações ao secretário de Estado de Governo acerca do cronograma que viabilizará o cumprimento do art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público;

- pedido de providências ao governador do Estado para que realize suplementação orçamentária em favor da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – possibilitando que a instituição nomeie os excedentes do concurso público que se encontra em andamento (VIII Concurso Público da DPMG), considerando que, das 296 comarcas do Estado, 185 ainda não contam com defensores públicos e, ainda, a obrigação constitucional de, até 2022, todas as comarcas contarem com um representante da DPMG.

REUNIÕES E ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA ALMG

Ricardo Barbosa



Luiz Santana



Sarah Torres



Willian Dias



Ricardo Barbosa



Gilvan Silva



REUNIÕES E ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA ALMG

Clarissa Barçante



Guilherme Bergamini



Gilvan Silva



Ricardo Barbosa



Gilvan Silva



Gilvan Silva



REUNIÕES E ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA ALMG

Gilvan Silva



Guilherme Dardanhan



Flavia Bernardo



Daniel Protzner



Gilvan Silva



Gilvan Silva



REUNIÕES E ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA ALMG

Luiz Santana



Clarissa Barçante



Willian Dias



Sarah Torres



Clarissa Barçante



Clarissa Barçante



REUNIÕES E ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA ALMG

Guilherme Dardanhan



Gilvan Silva





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS